

EMENTÁRIO

1º PERÍODO

AESGA – Lei n. 2174 de 23 de Agosto de 1985

FDG – Unidade Acadêmica da AESGA

Curso
Bacharelado em Direito

Nome da Disciplina
Introdução à Sociologia

Autenticação

Código DIR30160	Semestre 1º	CARGA HORÁRIA		CRÉDITOS	
		T	P	T	P
		60	-	04	-

EMENTÁRIO

EMENTA:

Abordar a Sociologia enquanto disciplina capaz de fornecer instrumentos para a compreensão da realidade social e a necessidade sociocultural. Analisando os aspectos estáticos e dinâmicos da ordem e da mudança social, destacando as questões sociais e culturais que fazem a interface com busca da compreensão e a criação artificial dessas necessidades dos grupos humanos.

BIBLIOGRAFIA:

ALVES, Elizete Lanzonie SANTOS, Sidney Francisco Reis dos. **Iniciação à Antropologia Jurídica: Por onde caminha a humanidade**, Florianópolis: Conceito Editorial, 2007.

MARCONI, Marina de Andrade. **Antropologia: Uma introdução**, 6 ed. 3 reimpr. São Paulo: Atlas: 2007.

VILA NOVA, Sebastião. **Introdução à Sociologia**. 6 ed. revista e Aum. 5reimpr. São Paulo: Atlas, 2009

AESGA – Lei n. 2174 de 23 de Agosto de 1985

FDG – Unidade Acadêmica da AESGA

Curso
Bacharelado em Direito

Nome da Disciplina
História do Pensamento Jurídico

Código	Semestre	CARGA HORÁRIA		CRÉDITOS	
		T	P	T	P
		DIR054760	1º	60	-

Autenticação

EMENTÁRIO

EMENTA: Trajetória do pensamento jurídico internacional e brasileiro, apoiados na historiografia. A História do Direito desde a Antiguidade oriental até a Contemporaneidade do Mundo Ocidental. O Direito no Brasil desde o Período Colonial até a República contemporânea brasileira. As Constituições Brasileiras, sua trajetória histórica e suas características.

BIBLIOGRAFIA:

CICCO, Claudio de. **História do Pensamento Jurídico e da Filosofia do Direito**. São Paulo: Saraiva, 2015.

CASTRO, José Reinaldo. **O Direito na História**. São Paulo: Max Limonad, 2012.

AESGA – Lei n. 2174 de 23 de Agosto de 1985

FDG – Unidade Acadêmica da AESGA

Curso
Bacharelado em Direito

Nome da Disciplina
Introdução à Economia

Autenticação

Código	Semestre	CARGA HORÁRIA		CRÉDITOS	
		T	P	T	P
BAS1000260	1º	60	-	04	-

EMENTÁRIO

EMENTA:

Conceitos e Princípios Básicos da Teoria Econômica. Evolução do Pensamento Econômico. Metodologia da Ciência Econômica. Importância da Ciência Econômica para as demais ciências e para o Direito. Microeconomia (estrutura de mercado e relações de consumo) e Macroeconomia (dinâmica dos agregados e papel do estado na economia). Crescimento e Desenvolvimento econômicos. Globalização da Economia, sua interação com a Economia nacional e perspectivas futuras.

BIBLIOGRAFIA:

PINHO, Diva Benevides; VASCONCELLOS, Marco A. S. de (Org). **Manual de Economia**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

ROSSETTI, José Paschoal. **Introdução à Economia**. 20. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

VASCONCELLOS, Marco A. S. de; GARCIA, Manuel Enriquez. **Fundamentos de Economia**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

AESGA – Lei n. 2174 de 23 de Agosto de 1985

FDG – Unidade Acadêmica da AESGA

Curso
Bacharelado em Direito

Nome da Disciplina
Ciência Política e Teoria Geral de Estado

Autenticação

Código	Semestre	CARGA HORÁRIA		CRÉDITOS	
		T	P	T	P
BAS1000560	1º	60	-	04	-

EMENTÁRIO

EMENTA: Trajetória histórica do pensamento político da Antiguidade e medieval. Estado na Teoria Moderna: o Estado Absolutista e o Estado Liberal Burguês. As Formas de Governo e as Formas de Estado. Sistemas de Governo e Funções de Estado. Estado de Direito e Democracia. Democracia Representativa e Democracia Direta. A Crise do Estado Contemporâneo.

BIBLIOGRAFIA:

DALLARI, Dalmo de A. Elementos de Teoria Geral do Estado. 32 ed. São Paulo. Saraiva, 2013.

STRECK, Lenio Luiz & MORAIS, José Luis Bolzan de. Ciência Política e Teoria do Estado. 7 ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2012.

AESGA – Lei n. 2174 de 23 de Agosto de 1985

FDG – Unidade Acadêmica da AESGA

Curso
Bacharelado em Direito

Nome da Disciplina
Introdução ao Estudo do Direito I

Código	Semestre	CARGA HORÁRIA		CRÉDITOS	
		T	P	T	P
DIR30160	1º	60	-	04	-

Autenticação

EMENTÁRIO

EMENTA: A disciplina estuda o Direito: A Sociedade e o Estado. Natureza e Cultura. Conhecimentos sobre a Linguagem do Direito. Sentido e Direito. Direito e as Ciências Afins. Noção de Direito. Gênese e Universidade do Fenômeno Jurídico . Ética e Normatividade. Direito e Moral. Direito e Justiça. Acepções do Direito. Direito Natural e Direito Positivo. Conceitos Fundamentais. Direito Público e Direito Privado.

BIBLIOGRAFIA:

REALE Miguel. Lições Preliminares de Direito. São Paulo. Editora Saraiva, 27ª Ed., 2009.

NUNES Rizzatto- Manual de Introdução ao Estudo do Direito. São Paulo: Editora Saraiva. 12ªed., 2014.

AESGA – Lei n. 2174 de 23 de Agosto de 1985

FDG – Unidade Acadêmica da AESGA

Curso Bacharelado em Direito
--

Nome da Disciplina Introdução à Filosofia

Autenticação

Código	Semestre	CARGA HORÁRIA		CRÉDITOS	
		T	P	T	P
BAS1000560	1º	60	-	04	-

EMENTÁRIO

EMENTA: A guisa da reflexão dos fundamentos teórico-rationais e epistemológico primitivos que dão suporte à mitologia em toda cultura humana, suscita a compreensão de que o pensar humano é evolutivo, sistematizado, difundido e contextualizado ao longo da historicidade humana de forma sistêmica e dialética, quando evidencia as diferenças dos modos de pensar e das cosmovisões implícitas no mundo moderno quanto ao dualismo epistêmico (teoria x práxis), esta cadeira, desenvolve no aluno meios de percepção da sua relação com o mundo do trabalho e as contradições nele existentes, modelado pelo nosso sistema sócio-político tornando-o apto a entender-se que, enquanto homem, é sujeito político no contexto individual e coletivo da sociedade em que está inserido e por isso, também é responsável pela nova ordem política e social.

BIBLIOGRAFIA:

ANZENBACHER, Arno – Introdução à filosofia ocidental; tradução de Antônio Celiomar Pinto de Lima. – Petrópolis, RJ. Vozes, 2009.

CHAUÍ, Marilena – Iniciação à filosofia: ensino médio, volume único. São Paulo: Ática, 2010.

GHIRALDELLI, Paulo Jr – Caminhos da Filosofia; Rio de Janeiro: ed. DP&A 2005.

GIANNOTTI, J. A. – Lições de Filosofia primeira; São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

GIANNOTTI, José Arthur – Notícias no espelho. Introdução Luciano Codato. – São Paulo: Publifolha, 2011.

MARCONDES, Danilo – Iniciação à História da Filosofia dos pré-socráticos a Wittgenstein; 8ª ed. Jorge Zahar Editor 2004 – Rio de Janeiro.

2º PERÍODO

AESGA – Lei n. 2174 de 23 de Agosto de 1985

FDG – Unidade Acadêmica da AESGA

Curso
Bacharelado em Direito

Nome da Disciplina
Direito Constitucional I

Autenticação

Código	Semestre	CARGA HORÁRIA		CRÉDITOS	
		T	P	T	P
DIR2011260	1º	60	-	04	-

EMENTÁRIO

EMENTA: Constituição: Conceito e posição no quadro geral do direito. Sentido formal e material. Estrutura. Classificação das constituições. Sistemas constitucionais. Poder constituinte e poder de reforma. Limitações. Constituições brasileiras. Estruturado estado brasileiro. Supremacia da constituição. Distribuição de competência: União. Estados. Distrito Federal. Município. Intervenção Federal. Estadual. Poder Legislativo. Senado Federal e Câmara dos Deputados. Mandato Parlamentar, Processo Legislativo. Poder Executivo. Ministros de Estado. Poder Judiciário. Funções Essenciais à Justiça.

BIBLIOGRAFIA:

CUNHA JÚNIOR, Dirley da. **Curso de Direito Constitucional**. 8ª ed., Ed. JusPodvum, 2014.

MENDES, Gilmar Ferreira; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. **Curso de Direito Constitucional**. 9ª ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2014.

FERNANDES, Bernardo Gonçalves. **Curso de Direito Constitucional**. 6ª edição: Revista, ampliada e atualizada; Editora Jus Podium. 2014.

NOVELINO, Marcelo. **Manual de Direito Constitucional** - Volume Único, Edição 9ª, Editora: Forense, 2014.

AESGA – Lei n. 2174 de 23 de Agosto de 1985

FDG – Unidade Acadêmica da AESGA

Curso
Bacharelado em Direito

Nome da Disciplina
Direito Civil I

Autenticação

Código DIR30160	Semestre 1º	CARGA HORÁRIA		CRÉDITOS	
		T	P	T	P
		60	-	04	-

EMENTÁRIO

EMENTA: A disciplina estuda a parte introdutória do direito civil. Nesta, analisa-se os conceitos iniciais indispensáveis para o estudo do direito civil, englobando principalmente o estudo da lei. Estuda também a Lei de Introdução ao Código civil, até o estudo dos bens, merece destaque o estudo da personalidade jurídica da pessoa natural, principalmente na questão do nascituro, além do estudo aprofundado dos direitos da personalidade, instituto inovador, criado pelo legislador civilista de 2002.

BIBLIOGRAFIA:

GONÇALVES, Carlos Roberto, **Direito Civil Brasileiro, Parte Geral, Vol. I**, 11 ed. São Paulo, Saraiva, 2013.

PAMPLONA, Rodolfo Filho, **Novo Curso de Direito Civil, Parte Geral, Vol. I**, 15 ed. São Paulo, Saraiva, 2013.

VENOSA, Sílvio de Salvo, **Direito Civil, Parte Geral, Vol. I**, 13 ed. São Paulo, Atlas, 2013.

AESGA – Lei n. 2174 de 23 de Agosto de 1985

FDG – Unidade Acadêmica da AESGA

Curso
Bacharelado em Direito

Nome da Disciplina
Sociologia Jurídica

Autenticação

Código	Semestre	CARGA HORÁRIA		CRÉDITOS	
		T	P	T	P
BAS2010960	1º	60	-	04	-

EMENTÁRIO

EMENTA: A disciplina Sociologia Jurídica é uma das sociologias específicas, que tem por objeto de estudo o direito como fato social, através de métodos e técnicas de pesquisas (isto é, pesquisa baseada na observação controlada dos fatos). Indaga a realidade social total em função do direito, estudando as relações recíprocas existentes entre a realidade total e o fenômeno jurídico.

BIBLIOGRAFIA:

SALDANHA, Nelson Nogueira, **Sociologia do Direito**;

NETO, A. L. Machado, **Sociologia Jurídica**. 6 ed. Saraiva.

SOARES, Ricardo Mauricio Freire, **Sociologia do Direito**; São Paulo: Saraiva, 2012.

AESGA – Lei n. 2174 de 23 de Agosto de 1985

FDG – Unidade Acadêmica da AESGA

Curso
Bacharelado em Direito

Nome da Disciplina
Introdução ao Estudo do Direito II

Autenticação

Código	Semestre	CARGA HORÁRIA		CRÉDITOS	
		T	P	T	P
DIR30160	1º	60	-	04	-

EMENTÁRIO

EMENTA: A disciplina estuda o Direito: gênese e Universidade do Fenômeno Jurídico. Ética e Normatividade. Direito e Moral. Direito e Justiça. Acepções do Direito. Direito Natural e Direito Positivo. Conceitos Fundamentais. Teoria da Norma. Teoria do Ordenamento Direito Público. Direito Privado. Noções sobre Direitos Fundamentais.

BIBLIOGRAFIA:

REALE Miguel. Lições Preliminares de Direito, ajustada ao novo Código Civi.l São Paulo. Editora Saraiva, 27ª Ed., 2009.

DINIZ Maria Helena- Compêndio de Introdução à Ciência do Direito. São Paulo: Editora Saraiva. 25 ed, 2014..

NUNES Rizzatto- Manual de Introdução ao Estudo do Direito. São Paulo: Editora Saraiva, 2014.

AESGA – Lei n. 2174 de 23 de Agosto de 1985

FDG – Unidade Acadêmica da AESGA

Curso
Bacharelado em Direito

Nome da Disciplina
Teoria da Argumentação Jurídica

Autenticação

Código	Semestre	CARGA HORÁRIA		CRÉDITOS	
		T	P	T	P
SEC057960	1º	60	-	04	-

EMENTÁRIO

EMENTA: Estudo da Hermenêutica Jurídica e do pensamento e Linguagem dos Juristas em geral. Interpretação e Ideologia Jurídica. Retórica e Sentido. Principais concepções argumentativas do Direito. Argumentação e Poder Judiciário. O exercício da prática jurídica na redação de documentos jurídicos.

BIBLIOGRAFIA:

HENRIQUES, A. **Argumentação e Discurso Jurídico**. São Paulo:Atlas, 2008.

MONTEIRO, C. de S. **Teoria da Argumentação Jurídica e Nova Retórica**. 4ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2003.

AESGA – Lei n. 2174 de 23 de Agosto de 1985

FDG – Unidade Acadêmica da AESGA

Curso
Bacharelado em Direito

Nome da Disciplina
Filosofia Jurídica

Autenticação

Código	Semestre	CARGA HORÁRIA		CRÉDITOS	
		T	P	T	P
BAS2011460	1º	60	-	04	-

EMENTÁRIO

EMENTA: A guisa da reflexão dos fundamentos teórico-rationais e epistemológico primitivos que dão suporte à mitologia em toda cultura humana, suscita a compreensão de que o pensar humano é evolutivo, sistematizado, difundido e contextualizado ao longo da historicidade humana de forma sistêmica e dialética, quando evidencia as diferenças dos modos de pensar e das cosmovisões implícitas no mundo moderno quanto ao dualismo epistêmico (teoria x práxis), esta cadeira, desenvolve no aluno meios de percepção da sua relação com o mundo do trabalho e as contradições nele existentes, modelado pelo nosso sistema sócio-político tornando-o apto a entender-se que, enquanto homem, é sujeito político no contexto individual e coletivo da sociedade em que está inserido e por isso, também é responsável pela nova ordem política e social.

BIBLIOGRAFIA:

ADEODATO, João Maurício - Filosofia do direito: uma crítica à verdade na ética e na ciência (em contraposição à ontologia de Nicolai Hortmann). 4ª ed. – São Paulo: Saraiva, 2009.

ALMEIDA, Guilherme Assis e Martha OchsenhoferChristmann – Ética e direito: uma perspectiva integrada. 3ª ed. – São Paulo: Atlas, 2009.

ARENDT, Hannah – A condição humana; tradução Roberto Raposo, revisão técnica: Adriano Correia. – 11ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

BITTAR, Eduardo C. B. – Democracia, justiça e direitos humanos: estudos de teoria crítica e filosofia do direito. – São Paulo: Saraiva, 2011.

BITTAR, Eduardo Carlos Bianca – Linguagem jurídica. – 4ª ed. – São Paulo: Saraiva, 2009.

BITTAR, Eduardo Carlos Bianca e Guilherme Assis de Almeida – Curso de Filosofia do Direito. – 8ª ed. – São Paulo: Atlas, 2010.

BOBBIO, Norberto – A era dos direitos; tradução de Carlos Nelson Coutinho; apresentação de Celso Lafer. – Nova ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.

BOBBIO, Norberto – Elogio da serenidade e outros escritos morais; tradução Marco Aurélio Nogueira. –

São Paulo: Editora UNESP, 2002.

BOBBIO, Norberto – O filósofo e a política: antropologia; organização e apresentação José Fernández Santillán; prefácio Norberto Bobbio; tradução César Benjamin (Palavras preliminares e partes I a V), Vera Ribeiro (partes VI a IX). – Rio de Janeiro: Contraponto, 2003.

REALE, Miguel – Filosofia do direito. – 20ª ed. - São Paulo: Saraiva, 2002.

3º PERÍODO

AESGA – Lei n. 2174 de 23 de Agosto de 1985

FDG – Unidade Acadêmica da AESGA

Curso
Bacharelado em Direito

Nome da Disciplina
Metodologia do Trabalho Científico e da Pesquisa Jurídica

Código	Semestre	CARGA HORÁRIA		CRÉDITOS	
		T	P	T	P
BAS1021360	1º	60	-	04	-

Autenticação

EMENTÁRIO

EMENTA: A vida na universidade. A leitura de texto e a escrita. Concepção de ciência, conhecimento. As normas de citação. O método a pesquisa científica. Especificidade do texto científico. A produção científica. Metodologia de pesquisa social aplicadas ao Direito. Projeto de pesquisa aplicado ao Direito.

BIBLIOGRAFIA:

MEZZAROBA, Orides e MONTEIRO, Cláudia Servilha. Manual de metodologia da pesquisa no direito. 5 ed., São Paulo: Saraiva, 2009.

LAKATOS, Eva M. & MARCONI, Marina de Andrade. Fundamentos da Metodologia científica, 7ª edição, São Paulo: Altas, 2010.

AESGA – Lei n. 2174 de 23 de Agosto de 1985

FDG – Unidade Acadêmica da AESGA

Curso
Bacharelado em Direito

Autenticação

Nome da Disciplina Direito Constitucional II
--

Código	Semestre	CARGA HORÁRIA		CRÉDITOS	
		T	P	T	P
DIR3021860	1º	60	-	04	-

EMENTÁRIO

EMENTA: Dos direitos das pessoas face ao Estado, das respectivas garantias constitucionais, da seguridade social, da proteção à educação, ao meio ambiente e à família, dos direitos de nacionalidade e políticos. Encerra-se o programa com a defesa do Estado.

BIBLIOGRAFIA:

FERNANDES, Bernardo Gonçalves. **Curso de Direito Constitucional**. 6a edição: Revista, ampliada e atualizada; Editora JusPodium. 2014.

CUNHA JÚNIOR, Dirleyda. **Curso de Direito Constitucional**. 8ª ed., Ed. JusPodvum, 2014.

NOVELINO, Marcelo. **Manual de Direito Constitucional** - Volume Único, Edição 9ª, Editora: Forense, 2014.

MENDES, Gilmar Ferreira; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. **Curso de Direito Constitucional**. 9ª ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2014.

AESGA – Lei n. 2174 de 23 de Agosto de 1985

FDG – Unidade Acadêmica da AESGA

Curso
Bacharelado em Direito

Nome da Disciplina
Direito Civil II

Autenticação

Código	Semestre	CARGA HORÁRIA		CRÉDITOS	
		T	P	T	P
DIR3021660	1º	60	-	04	-

EMENTÁRIO

EMENTA: A disciplina estuda a parte introdutória do direito civil. Nesta, analisa-se os conceitos sobre fatos jurídicos em sentido amplo e o estudo dos negócios jurídicos, finalizando com o estudo da prova no Código Civil.

BIBLIOGRAFIA:

GONÇALVES, Carlos Roberto, **Direito Civil Brasileiro, Parte Geral, Vol. I**, 21 ed. São Paulo, Saraiva, 2013.

PAMPLONA, Rodolfo Filho, **Novo Curso de Direito Civil, Parte Geral, Vol. I**, 15ed. São Paulo, Saraiva, 2013.

NEVES, Sílvia Batista, **Ensaio de Direito Civil**, São Paulo, Método.

AESGA – Lei n. 2174 de 23 de Agosto de 1985

FDG – Unidade Acadêmica da AESGA

Curso
Bacharelado em Direito

Nome da Disciplina
Teoria Geral do Processo

Autenticação

Código	Semestre	CARGA HORÁRIA		CRÉDITOS	
		T	P	T	P
DIR3021560	1º	60	-	04	-

EMENTÁRIO

EMENTA: Conceitos jurídicos fundamentais processuais. Jurisdição. Ação. Processo. Norma Processual. Normas fundamentais. Acesso á Justiça. História do processo.

BIBLIOGRAFIA:

CINTRA, Antônio C. de A.; GRINOVER, Ada P.; DINAMARCO, Cândido R.. **Teoria Geral do Processo**. 29 ed. Malheiros. 2013.

ALVIM, Carreira Alvim. **Teoria geral do Processo**. 15 ed. Forense. 2012.

AESGA – Lei n. 2174 de 23 de Agosto de 1985

FDG – Unidade Acadêmica da AESGA

Curso
Bacharelado em Direito

Nome da Disciplina
Direito Penal I

Autenticação

Código	Semestre	CARGA HORÁRIA		CRÉDITOS	
		T	P	T	P
DIR2011160	1º	60	-	04	-

EMENTÁRIO

EMENTA:Disciplina teórico-científica de relevância para o entendimento dos princípios do direito penal. Abrange a evolução histórica, o embasamento doutrinário, os princípios gerais, os conceitos, as categorias, os institutos, as problemáticas teóricas, o acervo terminológico específico, além das tendências atuais.

BIBLIOGRAFIA:

BITENCOURT, Cezar Roberto. **Código Penal Comentado**. São Paulo: Saraiva.

BITENCOURT, Cezar Roberto. **Tratado de Direito Penal. Parte Geral**. 17ª edição. São Paulo: Saraiva.

GOMES, Luis Flavio. **Direito Penal, parte geral, 2ª edição**. Ed. Revista dos Tribunais.

GRECO, Rogerio. **Curso de Direito Penal**. Vol 1. Ed. Impetrus.

JESUS, Damásio E. de. **Direito Penal. Vol. 1, P. Geral**. São Paulo: Saraiva.

MIRABETE, Fabbrini. **Manual de Direito Penal. Vol. 1**. Atlas.

Curso Bacharelado em Direito
--

Nome da Disciplina Ética Geral e Profissional

Autenticação

Código	Semestre	CARGA HORÁRIA		CRÉDITOS	
		T	P	T	P
DIR30160	1º	60	-	04	-

EMENTÁRIO

EMENTA: A disciplina estuda a Ética Geral e a Profissional. Conceito de Ética. Moral Absoluta ou Relativa? A classificação da Ética. A Ética dos Bens. Relação da Ética com as outras Ciências. A Ética e a Profissão Forense. A Ética do Advogado, do Juiz, do Defensor Público, do Promotor de Justiça.

BIBLIOGRAFIA:

BITTAR, Eduardo C. B. **Curso de ética Jurídica**. São Paulo: Editora Saraiva. 11ª Ed., 2014.

Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil e Código de Ética – Comentado.

NALINI José Renato.- **Ética Geral e Profissional**- São Paulo.- Editora Revista dos TRIBUNAIS. 12ª Ed.,2015.

Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil. EOAB E Código de Ética e disciplina..., 2007.

MAMEDE, GLADSTON- **Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil**- São Paulo- Atlas, 2014.

SODRÉ Eduardo- **Estatuto da Advocacia- Regulamento Geral e Código de Ética**. .

4º PERÍODO

AESGA – Lei n. 2174 de 23 de Agosto de 1985

FDG – Unidade Acadêmica da AESGA

Curso
Bacharelado em Direito

Nome da Disciplina
Direito Administrativo I

Autenticação

Código	Semestre	CARGA HORÁRIA		CRÉDITOS	
		T	P	T	P
DIR5042560	1º	60	-	04	-

EMENTÁRIO

EMENTA: O direito administrativo e suas relações com outros ramos do direito. A administração pública na ordem jurídico-constitucional. O sistema administrativo brasileiro. O estudo dos poderes instrumentais da administração pública. Ato administrativo e servidores públicos.

BIBLIOGRAFIA:

CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Manual de direito administrativo**. 25ª ed. São Paulo: Lumen juris, 2012.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. **Curso de direito administrativo**. 26ª ed. São Paulo: Malheiros. 2011.

DI PETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito administrativo**. 25ª ed. São Paulo: Atlas. 2011.

GASPARINI, Diógenes. **Direito Administrativo**. 14 ed. Ver. São Paulo: Saraiva.

MEDAUAR, Odete. **Direito Administrativo Moderno**. 17ª Ed. Revista dos Tribunais: Rio de Janeiro.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito administrativo brasileiro**, lei 11.448, de 15.01.2007 por Eurico de Andrade Azevedo, Délcio Balestero Aleixo e José Emmanuel Burle Filho. 39 ed. São Paulo: Malheiros. 2013.

AESGA – Lei n. 2174 de 23 de Agosto de 1985

FDG – Unidade Acadêmica da AESGA

Curso
Bacharelado em Direito

Nome da Disciplina
Direito Empresarial I

Autenticação

Código	Semestre	CARGA HORÁRIA		CRÉDITOS	
		T	P	T	P
DIR4032160	1º	60	-	04	-

EMENTÁRIO

EMENTA A abordagem do Direito Empresarial I trará os fundamentos da Teoria Geral do Direito Empresarial. Nesta, analisa-se o ramo do direito através do seu desenvolvimento histórico até a matéria relacionada às inovações ocorridas no advento do Código Civil de 2002. A disciplina tem como foco a teoria da empresa em substituição a teoria dos atos de comércio que se destaca na pessoa do empresário, na formação do estabelecimento para a consecução da finalidade da atividade denominada empresa. Estuda também obrigações do empresário a este conferida em lei. Por fim, estuda-se a sobre a propriedade industrial.

BIBLIOGRAFIA:

COELHO, Fábio Ulhoa. **Curso de Direito Comercial**. São Paulo: Saraiva. 27ª edição, 2015.

BERTOLDI, Marcelo M/ Márcia Carla Pereira Ribeiro. **Curso Avançado de Direito Comercial**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais. 9ª edição, 2015.

RAMOS, André Luiz Santa Cruz . **Direito Empresarial esquematizado**, Editora Método..5ª edição, 2015.

AESGA – Lei n. 2174 de 23 de Agosto de 1985

FDG – Unidade Acadêmica da AESGA

Curso
Bacharelado em Direito

Nome da Disciplina
Direito Civil III

Autenticação

Código	Semestre	CARGA HORÁRIA		CRÉDITOS	
		T	P	T	P
DIR4032260	1º	60	-	04	-

EMENTÁRIO

EMENTA: A disciplina estuda as relações obrigacionais oriundas da celebração de negócios jurídicos. Nesta, analisa-se o surgimento do vínculo obrigacional, as espécies de obrigação, sua extinção pela adimplência, e as consequências da inadimplência.

BIBLIOGRAFIA:

GONÇALVES, Carlos Roberto, **Direito Civil Brasileiro, Parte Geral, Vol. I**, 11 ed. São Paulo, Saraiva, 2013.

PAMPLONA, Rodolfo Filho, **Novo Curso de Direito Civil, Parte Geral, Vol. I**, 15ed. São Paulo, Saraiva, 2013.

NEVES, Silvio Batista, **Ensaio de Direito Civil**, São Paulo, Atlas, 2009.

AESGA – Lei n. 2174 de 23 de Agosto de 1985

FDG – Unidade Acadêmica da AESGA

Curso
Bacharelado em Direito

Nome da Disciplina
Direito Constitucional III

Autenticação

Código	Semestre	CARGA HORÁRIA		CRÉDITOS	
		T	P	T	P
		DIR4032460	1º	60	-

EMENTÁRIO

EMENTA: Controle de constitucionalidade no Brasil. Processo Legislativo. Hermenêutica constitucional

BIBLIOGRAFIA:

BARROSO, Luís Roberto. **O Controle De Constitucionalidade no Direito Brasileiro** - 6ª edição. São Paulo, Saraiva.

FERNANDES, Bernardo Gonçalves. **Curso de Direito Constitucional**. 6a edição: Revista, ampliada e atualizada; Editora JusPodium. 2014.

CUNHA JÚNIOR, Dirleyda. **Curso de Direito Constitucional**. 8ª ed., Ed. JusPodvum, 2014.

NOVELINO, Marcelo. **Manual de Direito Constitucional** - Volume Único, Edição 9ª, Editora: Forense, 2014.

MENDES, Gilmar Ferreira; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. **Curso de Direito Constitucional**. 9ª ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2014.

AESGA – Lei n. 2174 de 23 de Agosto de 1985

FDG – Unidade Acadêmica da AESGA

Curso
Bacharelado em Direito

Nome da Disciplina
Direito Processual Civil I

Autenticação

Código	Semestre	CARGA HORÁRIA		CRÉDITOS	
		T	P	T	P
DIR4021960	1º	60	-	04	-

EMENTÁRIO

EMENTA: Parte Geral do CPC. Competência jurisdicional civil. Sujeitos do processo. Litisconsórcio. Intervenção de terceiro. Atos processuais. Negócios jurídicos processuais. Comunicações processuais. Prazos. Despesas processuais. Litigância de má-fé. Gratuidade da justiça.

BIBLIOGRAFIA:

DIDIER JR., Fredie. **Curso de Direito Processual Civil**. Volume 1, Editora JusPodvm, 17ª edição, 2015.

MARQUES, José Frederico. **Instituições de direito processual civil**. Campinas: Millenium, 2000.

SANTOS, Moacyr Amaral. **Primeiras linhas de Direito Processual Civil**. Saraiva: São Paulo, 1º e 2º vol., 2012.

THEODORO JÚNIOR, Humberto. **Curso de Direito Processual Civil**. Forense, 1º vol., 2014.

AESGA – Lei n. 2174 de 23 de Agosto de 1985

FDG – Unidade Acadêmica da AESGA

Curso
Bacharelado em Direito

Nome da Disciplina
Direito Penal II

Código	Semestre	CARGA HORÁRIA		CRÉDITOS	
		T	P	T	P
		DIR3021760	1º	60	-

Autenticação

EMENTÁRIO

EMENTA: DIREITO PENAL. Conceitos Formal, material e Analítico do crime; Delito: crime e contravenção. Tipicidade – Formal e Material. Antijuridicidade. Culpabilidade. Concurso de pessoas.

BIBLIOGRAFIA:

BITTENCOURT, Cezar Roberto. **Tratado de Direito Penal: Geral**. 19 ed. São Paulo: Saraiva. 2013.

MIRABETE, Júlio Frabbrini. **Manual de Direito Penal: Parte Geral**. 29 ed. São Paulo: Atlas. 2013.

PRADO, Luiz Regis. **Curso de Direito Penal brasileiro: Parte Geral**. 12 ed. rev., atual. e ampl. São Paulo:RT. v. 1. 2013.

5º PERÍODO

AESGA – Lei n. 2174 de 23 de Agosto de 1985

FDG – Unidade Acadêmica da AESGA

Curso
Bacharelado em Direito

Nome da Disciplina
Direito Penal III

Autenticação

Código	Semestre	CARGA HORÁRIA		CRÉDITOS	
		T	P	T	P
DIR4032360	1º	60	-	04	-

EMENTÁRIO

EMENTA: Teoriadapenaedamedidadesequança. Efeitosdacondenação. Aplicação da Pena. Reabilitaçãopenal. Açãopenal. Suspensãocondicionaldaexecuçãodapena(sursis). Livramentocondicional. Causasdeextinçãodapunibilidade.

BIBLIOGRAFIA:

CAPEZ, Fernando. **CursodeDireitoPenal. Vol.I.** São Paulo. Saraiva, 18ª edição, 2014.

JESUS, Damásio E. de. **Direito Penal, Parte Geral. Vol. I.** São Paulo, Saraiva, 35ª edição, 2014.

MASSON, Cleber. **Direitopenal; partegeral; esquematizado.** São Paulo, Método, 7ª edição, 2013.

MIRABETE, Julio Fabbrini. **ManualdeDireitoPenal. Vol. I.** Atlas, 29ª edição, 2013.

NUCCI, Guilherme de Souza. **ManualdeDireitoPenal. Parte Geral. Parte Especial.** São Paulo. RT, edição, 2015.

11ª

AESGA – Lei n. 2174 de 23 de Agosto de 1985

FDG – Unidade Acadêmica da AESGA

Curso
Bacharelado em Direito

Nome da Disciplina
Direito Empresarial II

Autenticação

Código	Semestre	CARGA HORÁRIA		CRÉDITOS	
		T	P	T	P
DIR5042660	1º	60	-	04	-

EMENTÁRIO

EMENTA: A abordagem do Direito Empresarial II trará os fundamentos do Direito societário. De início analisará a sociedade como pessoa jurídica do Direito Privado através da personalidade jurídica oriunda da inscrição dos atos constitutivos no órgão competente e dos atributos advindos dela, tal como a autonomia patrimonial. Estudará as classificações nesta última a subdivisão em simples e empresárias. A disciplina também tem foco na desconsideração da personalidade jurídica e suas teorias. Serão detalhadas as peculiaridades da sociedade simples e de todos os tipos de sociedades empresariais. Por fim, estudam-se as operações societárias: fusões, incorporações, transformações e cisões.

BIBLIOGRAFIA:

COELHO, Fábio Ulhoa. **Curso de Direito Comercial**. São Paulo: Saraiva.

MAMEDE, Gladston. **Manual de Direito Empresarial**. São Paulo: Atlas.

RAMOS, André Luis Santa Cruz. **Direito Empresarial Esquemático**. Método/Forense, 2015

REQUIÃO, Rubens. **Curso de Direito Comercial**, vol. 1, ED. Saraiva, São Paulo -SP.

AESGA – Lei n. 2174 de 23 de Agosto de 1985

FDG – Unidade Acadêmica da AESGA

Curso
Bacharelado em Direito

Nome da Disciplina
Direito Administrativo II

Código	Semestre	CARGA HORÁRIA		CRÉDITOS	
		T	P	T	P
DIR6053260	1º	60	-	04	-

Autenticação

EMENTÁRIO

EMENTA: Contratos Administrativos. Licitações

BIBLIOGRAFIA:

BOTTINO, Marco Tulio. **Manual Prático das Licitações**. São Paulo: Saraiva.

CARVALHO, Matheus. **Manual de Direito Administrativo**. 3ª edição. Salvador: Ed. JusPodivm, 2016.

PAULO, Vicente; ALEXANDRINO, Marcelo. **Direito Administrativo Descomplicado**. 21. ed.rev., atual e ampl.. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo; Método, 2013.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito Administrativo**. 25. ed.. São Paulo: Atlas, 2012.

GASPARINI, Diógenes. **Direito Administrativo**. 16. ed.. São Paulo: Saraiva, 2011.

MARINELA, Fernanda. **Direito Administrativo**. 6. ed.. Niterói: Impetus, 2012.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito Administrativo Brasileiro**. 35. ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2010.

AESGA – Lei n. 2174 de 23 de Agosto de 1985

FDG – Unidade Acadêmica da AESGA

Curso
Bacharelado em Direito

Nome da Disciplina
Direito Civil IV

Autenticação

Código	Semestre	CARGA HORÁRIA		CRÉDITOS	
		T	P	T	P
DIR5042960	1º	60	-	04	-

EMENTÁRIO

EMENTA: A disciplina estuda a parte propedêutica do direito civil, especificamente sobre a teoria geral dos contratos e suas espécies. Analisa-se o conceito dos contratos, bem como suas espécies. Estuda a evolução histórica, a função social dos contratos, os princípios fundamentais do direito contratual, da formação dos contratos, classificação dos contratos. Por fim, estuda-se estipulação em favor de terceiro, da promessa de fato de terceiro, os vícios redibitórios, evicção, extinção do contrato e as espécies de contrato e suas influências no nosso ordenamento jurídico.

BIBLIOGRAFIA:

Gonçalves, Carlos Roberto. **Direito Civil Brasileiro, volume 3: Contrato e atos unilaterais** – 12ªed.. São Paulo: Saraiva, 2015

Gagliano, Pablo Stolze. **Novo Curso de Direito Civil - Contratos Em Espécie - Vol. 4 - Tomo II - 8ª Ed.** 2015. São Paulo. Editora Saraiva.

AESGA – Lei n. 2174 de 23 de Agosto de 1985

FDG – Unidade Acadêmica da AESGA

Curso
Bacharelado em Direito

Nome da Disciplina
Direito Processual Civil II

Autenticação

Código	Semestre	CARGA HORÁRIA		CRÉDITOS	
		T	P	T	P
DIR5042860	1º	60	-	04	-

EMENTÁRIO

EMENTA: Processo de conhecimento. Petição inicial. Resposta do réu. Direito probatório. Decisão judicial. Precedente judicial. Coisa Julgada. Tutela provisória. Suspensão do processo.

BIBLIOGRAFIA:

CÂMARA, Alexandre Freitas. **Lições de Direito Processual Civil**, 24 ed. Rio de Janeiro: Lumen Júris. 2013.

DIDIER Jr., Fredie. **Curso de Direito Processual Civil**. 15 ed. Salvador: Jus Podium. 2013.

MONTENEGRO Filho, Misael. **Curso de Direito Processual Civil**. 9 ed. São Paulo: Atlas. 2013.

AESGA – Lei n. 2174 de 23 de Agosto de 1985

FDG – Unidade Acadêmica da AESGA

Curso
Bacharelado em Direito

Nome da Disciplina
Direito Financeiro

Autenticação

Código	Semestre	CARGA HORÁRIA		CRÉDITOS	
		T	P	T	P
DIR1185660	1º	60	-	04	-

EMENTÁRIO

EMENTA: Histórico e evolução do Direito Financeiro. A Atividade Financeira do Estado. Ciência das Finanças, Direito Financeiro e Direito Tributário. Fontes do Direito Tributário. Partilha constitucional das rendas. Receita e despesas públicas. Lei de Responsabilidade Fiscal.

BIBLIOGRAFIA:

TORRES, Ricardo Lobo. Curso de Direito Financeiro e Tributário. Ed. Renovar – RJ.
BASTOS, Celso Ribeiro. Curso de Direito Financeiro e Tributário. Ed. Saraiva – SP. FRANCO, António de Sousa — Finanças públicas e direito financeiro. 4ª ed. Coimbra: Livraria Almedina, 2 vols.

CARRAZZA, Roque Antônio. Curso de Direito Constitucional Tributário. 18. ed. rev., ampl. e atual. São Paulo: Malheiros.

MACHADO, Hugo de Brito. Curso de Direito Tributário. 25. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Malheiros.

AMARO, Luciano. Direito Tributário brasileiro. 10. ed. atual. São Paulo: Saraiva. BALEEIRO, Aliomar. Direito Tributário brasileiro. 11. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Forense.

ICHIARA, Yoshiaki. Direito Tributário. São Paulo: Atlas.

HARADA, Kiyoshi. Direito Financeiro e Tributário. São Paulo: Atlas.

OLIVEIRA, Regis Fernandes de. Curso de Direito Financeiro. São Paulo: Revista dos Tribunais.

6° PERÍODO

AESGA – Lei n. 2174 de 23 de Agosto de 1985

FDG – Unidade Acadêmica da AESGA

Curso
Bacharelado em Direito

Nome da Disciplina
Direito Penal IV

Autenticação

Código	Semestre	CARGA HORÁRIA		CRÉDITOS	
		T	P	T	P
DIR5032360	1º	60	-	04	-

EMENTÁRIO

EMENTA: Crimes contra pessoa. Crimes contra patrimônio. Crimes contra propriedade material. Crimes contra organização do trabalho. Crimes contra sentimento religioso e o respeito aos mortos.

BIBLIOGRAFIA:

CAPEZ, Fernando. **Cursos de Direito Penal. Vol. II.** São Paulo, Saraiva, 14ª edição, 2014.

JESUS, Damásio E. de. **Direito Penal, Parte Especial. Vol. III.** São Paulo, Saraiva, 22ª edição, 2014.

MASSON, Cleber. **Direito Penal; Parte Especial Esquematizado.** São Paulo, Método, 4ª edição, 2014.

MIRABETE, Julio Fabbrini. **Manual de Direito Penal. Vol. III. Atlas,** 29ª edição, 2014.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Manual de Direito Penal. Parte Geral. Parte Especial.** São Paulo, RT, edição, 2014.

9ª

AESGA – Lei n. 2174 de 23 de Agosto de 1985

FDG – Unidade Acadêmica da AESGA

Curso
Bacharelado em Direito

Nome da Disciplina
Direito Processual Penal I

Autenticação

Código DIR30160	Semestre 1º	CARGA HORÁRIA		CRÉDITOS	
		T	P	T	P
		60	-	04	-

EMENTÁRIO

EMENTA:Teoria Geral do Processo. A Norma Processual Penal. Distinções básicas. Trilogia estrutural do processo. Investigação criminal. Inquérito policial. Procedimento de investigação criminal do MP e outros procedimentos administrativos de investigação. Jurisdição e competência. Ação penal. Sujeitos do processo. Relação processual penal.

BIBLIOGRAFIA

BÁSICA:

- TÁVORA, Nestor. **Curso de Direito Processual Penal**. 8ª ed. São Paulo: juspodvm.2013.
OLIVEIRA, Eugênio Pacelli de. **Curso de Processo Penal**. 19ª ed. São Paulo: Atlas. 2015.
GRECO FILHO, Vicente. **Manual do Processo Penal**. 10ª ed. São Paulo: Saraiva, 2013.
LOPES JUNIOR, Aury. **Direito Processual Penal**. 12ª ed. São Paulo: Saraiva, 2015.
TOURINHO Filho, Fernando da Costa. **Curso de Processo Penal**. São Paulo: Ed. Saraiva.

AESGA – Lei n. 2174 de 23 de Agosto de 1985

FDG – Unidade Acadêmica da AESGA

Curso
Bacharelado em Direito

Nome da Disciplina
Títulos de Crédito

Autenticação

Código	Semestre	CARGA HORÁRIA		CRÉDITOS	
		T	P	T	P
DIR6053760	1º	60	-	04	-

EMENTÁRIO

EMENTA: A abordagem do Título de Crédito trará o aspecto econômico do crédito visto sobre o aspecto confiança e segurança jurídica necessária para o recebimento no futuro. De início a sua relevância para o desenvolvimento da atividade empresarial. Os princípios serão aduzidos representando as características do título não se esquecendo da abordagem das classificações. O início do Estudo faz-se com o entendimento da letra de câmbio por ordem didática com a abordagem do aceite, endosso, aval, vencimento, pagamento e protesto que servirão aos demais títulos. Serão estudados em seguida a nota promissória, cheque e duplicata. Por fim, deverão ser estudados os contratos mercantis.

BIBLIOGRAFIA:

COELHO, FábioUlhoa. **Curso de Direito Comercial**. Vol III. 14 ed. São Paulo: Saraiva. 2013.

CRUZ, André Luiz Santa. **Curso de Direito Empresarial: O Novo Regime Empresarial Brasileiro**. 4 ed. Juspodvim. 2010.

MAMEDE, Gladston. **Títulos de Crédito**. São Paulo: Atlas.

RAMOS, André Luis Santa Cruz. **Direito Empresarial Esquemático**. Método/Forense, 2015

AESGA – Lei n. 2174 de 23 de Agosto de 1985

FDG – Unidade Acadêmica da AESGA

Curso
Bacharelado em Direito

Nome da Disciplina
Direito Civil V

Autenticação

Código	Semestre	CARGA HORÁRIA		CRÉDITOS	
		T	P	T	P
DIR6053560	1º	60	-	04	-

EMENTÁRIO

EMENTA: Estudo da responsabilidade civil. Espécies de responsabilidade. Função social e evolução. Teoria geral da responsabilidade civil. O dano: definição, espécie e elementos. Conduta e nexo causal. Teorias acerca do nexo causal. Responsabilidade contratual e extracontratual. Responsabilidade objetiva e subjetiva. Teoria da culpa e teoria do risco. Da cláusula geral de responsabilidade objetiva no novo Código Civil.

BIBLIOGRAFIA:

MOARAES, Maria Celina Bodim de. **Danos à Pessoa Humana. Uma leitura civil-constitucional dos danos morais.** Rio de Janeiro. São Paulo. Recife. Renovar. 2003.

RODRIGUES, Sylvio. **Curso de Direito Civil.** Ed. Saraiva.

AESGA – Lei n. 2174 de 23 de Agosto de 1985

FDG – Unidade Acadêmica da AESGA

Curso
Bacharelado em Direito

Nome da Disciplina
Direito do Trabalho I

Autenticação

Código	Semestre	CARGA HORÁRIA		CRÉDITOS	
		T	P	T	P
DIR4022060	1º	60	-	04	-

EMENTÁRIO

EMENTA: Analisa-se o conceito de direito do trabalho, características, denominação, divisão do direito do trabalho, natureza jurídica, formação histórica, fontes e princípios do direito do trabalho, relação de emprego e relação de trabalho, contrato de trabalho. Estuda o relacionamento do empregado e empregador, direitos e deveres no âmbito do contrato. Estuda-se sobre FGTS, estabilidade, jornada de trabalho, terceirização, salário, férias, dano e seus reflexos, suspensão e interrupção do contrato de trabalho e extinção do contrato de trabalho.

BIBLIOGRAFIA:

CASSAR, Vólia Bomfim. **Direito do Trabalho**. 10ª EDIÇÃO. 2014. Editora Método\Forense.

Delgado, Maurício Godinho. **Curso de Direito do Trabalho**. 14ª edição. Editora LTR. FEVEREIRO 2015.

Saraiva, Renato. **Direito do trabalho para concursos públicos**. 16ª EDIÇÃO 2014. Editora Método.

AESGA – Lei n. 2174 de 23 de Agosto de 1985

FDG – Unidade Acadêmica da AESGA

Curso
Bacharelado em Direito

Nome da Disciplina
Direito Processual Civil III

Autenticação

Código	Semestre	CARGA HORÁRIA		CRÉDITOS	
		T	P	T	P
DIR 6053460	1º	60	-	04	-

EMENTÁRIO

EMENTA: Processo nos tribunais. Recursos. Ação Rescisória. Julgamento de casos repetitivos. Reclamação. Teoria dos procedimentos especiais. Mandado de segurança. Ações possessórias. Ações de família.

BIBLIOGRAFIA:

Donizetti, Elpídio. **Curso Didático de Direito Processual Civil**, 18ª ed. Editora Atlas, 2014.

Filho, Misael Montenegro. **Curso de Direito Processual Civil – Processo de Execução, vol. II**, Editora Atlas, 2014.

Gonçalves, Marcus Vinicius Rios. **Direito Processual Civil Esquematizado**. 4ª ed.. 2014. Editora Saraiva.

7º PERÍODO

AESGA – Lei n. 2174 de 23 de Agosto de 1985

FDG – Unidade Acadêmica da AESGA

Curso
Bacharelado em Direito

Nome da Disciplina
Direito Penal V

Código	Semestre	CARGA HORÁRIA		CRÉDITOS	
		T	P	T	P
DIR6053660	1º	60	-	04	-

Autenticação

EMENTÁRIO

EMENTA: Crimes contra a dignidade sexual. Crimes contra a família. Crimes contra a incolumidade pública. Crimes contra a paz pública. Crimes contra a fé pública. Crimes contra a administração pública. Crimes previstos na legislação especial.

BIBLIOGRAFIA:

CAPEZ, Fernando. **Cursos de Direito Penal. Vol. III.** São Paulo. Saraiva, 14ª edição, 2014.

JESUS, Damásio E. de. **Direito Penal, Parte Especial. Vol. III.** São Paulo, Saraiva, 22ª edição, 2014.

MASSON, Cleber. **Direito Penal; Parte Especial Esquematizado.** São Paulo, Método, 4ª edição, 2014.

MIRABETE, Julio Fabbrini. **Manual de Direito Penal. Vol. III.** Atlas, 29ª edição, 2014.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Manual de Direito Penal. Parte Geral. Parte Especial.** São Paulo. RT, 9ª edição, 2014.

AESGA – Lei n. 2174 de 23 de Agosto de 1985

FDG – Unidade Acadêmica da AESGA

Curso
Bacharelado em Direito

Autenticação

Nome da Disciplina Falências e recuperação de empresas
--

Código	Semestre	CARGA HORÁRIA		CRÉDITOS	
		T	P	T	P
DIR1196360	1º	60	-	04	-

EMENTÁRIO

EMENTA A abordagem da Lei 11.101, de 09.02.2005 sobre o tratamento do empresário em dificuldade econômico-financeira. O aspecto primordial a ser estudado privilegia a preservação da empresa em razão da sua função social, sendo protegido o mercado. De início será estudado a falência destinada a um devedor específico, empresário, que se encontra em uma situação de insolvência jurídica. Serão aduzidas as fases do processo falimentar. Por fim, será estudada a recuperação judicial de empresa do empresário na busca do equilíbrio financeiro diante da possibilidade.

BIBLIOGRAFIA:

- COELHO, Fábio Ulhoa. **Comentários à Nova Lei de Falências e de Recuperação de Empresa**. São Paulo: Saraiva. 2014
- COELHO, Fábio Ulhoa. **Manuel de Direito Comercial**. São Paulo: Saraiva. 27ª edição, 2015.
- MAMEDE, Gladston. **Falência e Recuperação de Empresas**. São Paulo: Atlas. 6ª edição, 2014.
- MAMEDE, Gladston. **Manual de Direito Empresarial**. São Paulo: Atlas. . 9ª edição. 2015
- NEGRÃO, Ricardo. **Aspectos Objetivos da Lei de Recuperação de Empresas e de Falência**. São Paulo: Saraiva.
- FRAZZIO JR., WALDO. **Nova Lei de Falência e Recuperação de Empresas**. São Paulo: Atlas. 6ª edição, 2012.
- BERTOLDI, Marcelo M/ Márcia Carla Pereira Ribeiro. **Curso Avançado de Direito Comercial**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais. 9ª edição, 2015.
- CRUZ, André Luiz Santa. **Curso de Direito Empresarial: O Novo Regime Empresarial Brasileiro**. Juspodvim, 5ª edição, 2015.

AESGA – Lei n. 2174 de 23 de Agosto de 1985

FDG – Unidade Acadêmica da AESGA

Curso
Bacharelado em Direito

Nome da Disciplina
Direito do Trabalho II

Autenticação

Código	Semestre	CARGA HORÁRIA		CRÉDITOS	
		T	P	T	P
DIR5042760	1º	60	-	04	-

EMENTÁRIO

EMENTA: Analisa-se o conceito de direito coletivo do trabalho. Estuda as organizações sindicais, enfatizando o papel dos sindicatos, federação, confederação, centrais sindicais. Por fim, estuda-se acordo e convenção coletiva, mediação, arbitragem, comissão de conciliação prévia, greve e os métodos de soluções de conflitos coletivos de trabalho.

BIBLIOGRAFIA:

CASSAR, Vólia Bomfim. **Direito do Trabalho**. 10ª EDIÇÃO. 2014. Editora Método\Forense.

Delgado, Maurício Godinho. **Curso de Direito do Trabalho**. 14ª edição. Editora LTR. FEVEREIRO 2015.

Saraiva, Renato. **Direito do trabalho para concursos públicos**. 16ª EDIÇÃO 2014. Editora Método.

AESGA – Lei n. 2174 de 23 de Agosto de 1985

FDG – Unidade Acadêmica da AESGA

Curso
Bacharelado em Direito

Nome da Disciplina
Direito Processual Civil IV

Autenticação

Código	Semestre	CARGA HORÁRIA		CRÉDITOS	
		T	P	T	P
DIR064160	1º	60	-	04	-

EMENTÁRIO

EMENTA: Execução e cumprimento de sentença. Execuções especiais. Ação monitória. Embargos de terceiros.

BIBLIOGRAFIA:

BÁSICA FILHO, Misael Montenegro, Curso de Direito Processual Civil – Medidas de urgência, Tutela Antecipada e Ação Cautelar, Procedimentos Especiais, vol.2, 9ª ed, Editora Atlas, São Paulo, 2013.

MARINONI, Luiz Guilherme, Curso de Direito Processual Civil – Procedimentos Especiais, vol.5, ed. 5, Editora Revista dos Tribunais, 2013.

DONIZETTI, Elpídio, O Novo Processo Cautelar, 2ª ed, Editora Lumen Juris.

AESGA – Lei n. 2174 de 23 de Agosto de 1985

FDG – Unidade Acadêmica da AESGA

Curso
Bacharelado em Direito

Nome da Disciplina
Direito Processual Penal II

Autenticação

Código	Semestre	CARGA HORÁRIA		CRÉDITOS	
		T	P	T	P
DIR7063860	1º	60	-	04	-

EMENTÁRIO

EMENTA: A disciplina estuda a parte propedêutica do direito processual penal. Nesta, analisa-se o conceito de prova dentro de uma teoria geral da prova, bem como suas espécies. Estuda também as formas de comunicação dos atos processuais, prazos no processo penal, perfazendo toda uma visão ampliada do processo e de seus procedimentos, de caráter geral e especial.

BIBLIOGRAFIA:

TÁVORA, Nestor. ALENCAR, Rosmar Rodrigues. **E Curso de Direito Processual Penal**. 3. ed. rev. ampl. e atual. Salvador-BA: Ed. Jus Podium, 2009.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Manual de Direito de Processo Penal e Execução Penal**. ver. ampl. e atual. 6. ed. São Paulo: RT, 2010.

CAPEZ, Fernando. **Curso de Processo Penal**. 19. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

OLIVEIRA, Eugênio Pacelli de. **Curso de Processo Penal**. 16 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

AESGA – Lei n. 2174 de 23 de Agosto de 1985

FDG – Unidade Acadêmica da AESGA

Curso
Bacharelado em Direito

Nome da Disciplina
Direito Civil VI

Autenticação

Código	Semestre	CARGA HORÁRIA		CRÉDITOS	
		T	P	T	P
DIR7064260	1º	60	-	04	-

EMENTÁRIO

EMENTA: A disciplina busca uma visão atualizada do Direito das Coisas, afastando a concepção clássica, privatista e individualista de importantes institutos como a posse e a propriedade, primando pela observância dos direitos e garantias fundamentais, a partir da análise doutrinária dos dispositivos legais, bem como da abordagem jurisprudencial, procurando estabelecer um constante diálogo com a Constituição Feral e o direito infraconstitucional.

BIBLIOGRAFIA:

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito Civil Brasileiro: Direito das Coisas**. Vol. 5. São Paulo. Ed. Saraiva.

FARIAS, Cristiano Chaves de; ROSENVALD, Nelson. **Direitos Reais**. Rio de Janeiro. Ed. Lumen Juris.

TARTUCE, Flávio; SIMÃO, José Fernando. **Direito Civil: Direito das Coisas**. Vol. 4. São Paulo. Ed. Método.

8º PERÍODO

AESGA – Lei n. 2174 de 23 de Agosto de 1985

FDG – Unidade Acadêmica da AESGA

Curso
Bacharelado em Direito

Nome da Disciplina
Direito do Consumidor

Autenticação

Código	Semestre	CARGA HORÁRIA		CRÉDITOS	
		T	P	T	P
DIR1155460	1º	60	-	04	-

EMENTÁRIO

EMENTA: Evolução histórica do Direito do Consumidor. Conceitos de consumidor e fornecedor. O consumidor individual e a coletividade de consumidores. Os consumidores por equiparação. Produtos e serviços como objetos da relação de consumo. Os direitos fundamentais do consumidor. A responsabilidade civil objetiva adotada pelo Código de Defesa do Consumidor. A responsabilidade pelo fato do produto e do serviço e a responsabilidade por vício do produto e do serviço. Da responsabilidade nas relações de consumo. Das práticas e das cláusulas contratuais abusivas. Dos crimes contra as relações de consumo. Das sanções administrativas. Da tutela jurisdicional individual e coletiva dos consumidores. Do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor e da convenção coletiva de consumo.

BIBLIOGRAFIA:

- FILOMENO, José Geraldo Brito. **Manual de direitos do consumidor**. 11 ed. – São Paulo: Atlas, 2012.
- BENJAMIN, Antônio Herman V. **Manual de direito do consumidor** / Antônio Herman V. Benjamin, Cláudia Lima Marques, Leonardo Roscoe Bessa – 5 ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2013.
- NUNES, Luis Antônio Rizzatto. **Curso de direito do consumidor**. 7. ed – São Paulo: Saraiva, 2012.
- CAVALIERI FILHO, Sérgio. **Programa de Direito do Consumidor**. Atlas

AESGA – Lei n. 2174 de 23 de Agosto de 1985

FDG – Unidade Acadêmica da AESGA

Curso
Bacharelado em Direito

Nome da Disciplina
Direito Processual do Trabalho

Autenticação

Código	Semestre	CARGA HORÁRIA		CRÉDITOS	
		T	P	T	P
DIR7053760	1º	60	-	04	-

EMENTÁRIO

EMENTA: DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO: conceito, histórico, características, princípios. Justiça do Trabalho: organização e competência. Ministério Público do Trabalho: atribuições institucionais. O processo trabalhista: o dissídio individual, o dissídio coletivo, recursos trabalhistas, execução trabalhista, ações especiais e perspectivas do direito processual do trabalho.

BIBLIOGRAFIA:

Schiavi, Mauro. **Manual de direito Processual do Trabalho**. 8ª ed.. São Paulo. LTr, 2015.

Leite, Carlos Henrique Bezerra. **Curso de direito processual do trabalho** 12ª ED. 2014. LTr.

Saraiva, Renato. **Curso de direito processual do trabalho**. São Paulo: Método, 2015.

SCHIAVI, Mauro. **Manual de Direito Processual do Trabalho de acordo com o Novo CPC-** 10ª Edição. Editora LTR, 2016.

COSTA FILHO, Armando Casimiro, COSTA, Manoel Casimiro, MARTINS, Melchíades Rodrigues e CLARO, Sonia Regina Da S.; **CLT-LTR**. 46ª Edição- Editora Ltr-, 2016.

DALLEGRAVE NETO, José Affonso e GOULART, Rodrigo Fortunato. **Novo CPC e O Processo do Trabalho**, Editora Ltr - , 2016.

GARCIA, Gustavo Filipe Barbosa. **Curso de Direito Processual do Trabalho-**, Editora Gen Forense, 2016.

AESGA – Lei n. 2174 de 23 de Agosto de 1985

FDG – Unidade Acadêmica da AESGA

Curso
Bacharelado em Direito

Nome da Disciplina
Direito Tributário I

Autenticação

Código	Semestre	CARGA HORÁRIA		CRÉDITOS	
		T	P	T	P
DIR30160	1º	60	-	04	-

EMENTÁRIO

EMENTA: Introduzir o aluno no estudo do fenômeno da tributação, tendo como ponto de partida a atividade financeira. As receitas tributárias, objeto de estudo do Direito Tributário. Tributos e sua classificação. As limitações ao poder de tributar. A competência tributária. Fiscalização. Relação da Fazenda Pública com o contribuinte.

BIBLIOGRAFIA:

ALEXANDRE, Ricardo. **Direito Tributário Esquematizado**. São Paulo: Método.

AMARO, Luciano. **Direito tributário brasileiro**. 15ª ed. São Paulo : Saraiva

BALEEIRO, Aliomar. **Uma Introdução à Ciência das Finanças**. 16ª ed. rev. e atualizada por Dejalma de Campos. Rio de Janeiro: Forense, 2004.

CARVALHO, Paulo de Barros. **Curso de Direito Tributário**. São Paulo: Saraiva.

MACHADO, Hugo de Brito. **Comentários ao Código Tributário Nacional**. São Paulo: Atlas.

NOGUEIRA, Ruy Barbosa. **Curso de Direito Tributário**. São Paulo: Saraiva

ROSA Jr., Luiz Emygdio F. da. **Manual de Direito Financeiro e Direito Tributário**. 18ª ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2005.

TORRES, Ricardo Lobo. **Curso de Direito Financeiro e Tributário**. Rio de Janeiro: Renovar.

FILHO, Roberval Rocha Ferreira & João Gomes da Silva Junior.. **Direito Tributário: teoria, jurisprudência e questões**. . Salvador: Podvim

PAULSEN, Leandro. **Direito Tributário: Constituição e Código Tributário Nacional à luz da doutrina e da jurisprudência**. Porto Alegre: Livraria do Advogado.

AESGA – Lei n. 2174 de 23 de Agosto de 1985

FDG – Unidade Acadêmica da AESGA

Curso
Bacharelado em Direito

Nome da Disciplina
Direito Processual Penal III

Autenticação

Código	Semestre	CARGA HORÁRIA		CRÉDITOS	
		T	P	T	P
DIR8074660	1º	60	-	04	-

EMENTÁRIO

EMENTA: A disciplina estuda a parte propedêutica do direito processual penal na esfera dos recursos e da execução penal.

BIBLIOGRAFIA:

- ROIG, Rodrigo Duque Estrada. **Execução Penal Teoria Crítica**. 1ª ed. Saraiva, 2014.
- CAPPELLARI, Mariana Py Muniz. **Direitos Humanos na Execução Penal e o Papel das Organização dos Estados Americanos OEA**, OS. 1ª ed. Nuria Fabris, 2014.
- BRITO, Alex Couto de. **Execução Penal**. 2ª. ed. rev. atual. E ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais.
- MARCÃO, Renato. **Curso de Execução Penal**. 13ª. ed. São Paulo: Saraiva, 2015.
- NUNES, Adeildo. **Da Execução Penal**. 3ª.ed. São Paulo: Forense, 2013.
- NUNES, Adeildo. **Execução da Pena e da Medida de Segurança**. Malheiros, 2012.
- PRADO, Luiz Regis., HAMMERSCHMIDT, Denise Valter. MARANHÃO, Douglas Bonaldi. COIMBRA, Mário. **Direito de Execução Penal**. 2. ed.São Paulo: RT, 2011.
- FARIA, Marcelo Uzeda de. **Execução Penal. Coleção Leis Especiais para Concursos**.v. 31. Salvador: Jus Podium, 2011.

AESGA – Lei n. 2174 de 23 de Agosto de 1985

FDG – Unidade Acadêmica da AESGA

Curso
Bacharelado em Direito

Nome da Disciplina
Prática Jurídica I

Autenticação

Código	Semestre	CARGA HORÁRIA		CRÉDITOS	
		T	P	T	P
DIR081401	1º	60	-	04	-

EMENTÁRIO

EMENTA: Exposição de modelo, aplicação de técnicas e utilização da fundamentação legal para a elaboração de arrazoados no processo cível no âmbito do direito de família, na esfera dos direitos reais e responsabilidade civil relativos ao processo de conhecimento.

BIBLIOGRAFIA:

BORTOLAI, Edson Cosac. Manual de Prática Forense Civil.

CASELLA, José Erasmo. Manual de Prática Forense.

FILHO, Misael Montenegro, Curso de Prática e Procedimento Cível, 6ª ed, Editora Atlas, 2009.

RAITANI, Francisco. Prática de Processo Civil. Vol. 1.

SCAVONE JUNIOR, Luiz Antônio. **Modelos de peça no novo código de processo Civil**, Forense: São Paulo, 2015.

JÚNIOR ARAÚJO, Gediel Claudino de. **Prática no Processo Civil**. Editora Atlas: São Paulo: 2015.

JÚNIOR ARAÚJO, Gediel Claudino de. **Prática de Contestação no Processo Civil**. Editora Atlas: São Paulo: 2015.

AESGA – Lei n. 2174 de 23 de Agosto de 1985

FDG – Unidade Acadêmica da AESGA

Curso
Bacharelado em Direito

Nome da Disciplina
Direito Civil VII

Autenticação

Código	Semestre	CARGA HORÁRIA		CRÉDITOS	
		T	P	T	P
DIR807460	1º	60	-	04	-

EMENTÁRIO

EMENTA: A disciplina busca uma visão constitucionalizada do Direito Civil, abordando as diversas modalidades de direito real na coisa alheia, partindo de uma análise doutrinária e jurisprudencial dos diversos desdobramentos do direito de propriedade.

BIBLIOGRAFIA:

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito Civil Brasileiro: Direito das Coisas**. Vol. 5. 8 ed. São Paulo. Ed. Saraiva. 2013.

FARIAS, Cristiano Chaves de; ROSENVALD, Nelson. **Direitos Reais**. Rio de Janeiro. Ed. Lumen Juris.

TARTUCE, Flávio; SIMÃO, José Fernando. **Direito Civil: Direito das Coisas**. Vol. 4. 5 ed. São Paulo. Ed. Método. 2013.

9º PERÍODO

AESGA – Lei n. 2174 de 23 de Agosto de 1985
FDG – Unidade Acadêmica da AESGA

Curso

Bacharelado em Direito

Nome da Disciplina

Família, Infância e Juventude

Autenticação

Código	Semestre	CARGA HORÁRIA		CRÉDITOS	
		T	P	T	P
DIR30160	1º	60	-	04	-

EMENTÁRIO

EMENTA: Retrospectiva histórica. Direito Pessoal. Direito Patrimonial. União Estável. Tutela. Curatela. Infância e Juventude.

BIBLIOGRAFIA:

DIAS, Maria Berenice. **Manual de Direito de Família**. 9ª edição. Editora Revistas dos Tribunais: São Paulo, 2013.

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito Civil Brasileiro**. Família. 10ª Edição. Editora Saraiva: São Paulo, 2013.

ISHIDA, Valter Kenji. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. 14ª Edição. Editora Atlas: São Paulo, 2013.

LÔBO, Paulo. **Direito Civil**. Família. 4ª Edição. Editora Saraiva: São Paulo, 2012.

STOLZE, Plabo. **No curso de Direito Civil. Direito de família. As famílias na perspectiva constitucional**. Volume VI. 3 ed. Editora Saraiva: São Paulo, 2013.

AESGA – Lei n. 2174 de 23 de Agosto de 1985

FDG – Unidade Acadêmica da AESGA

Curso
Bacharelado em Direito

Nome da Disciplina
Tributário II

Código DIR30160	Semestre 1º	CARGA HORÁRIA		CRÉDITOS	
		T	P	T	P
		60	-	04	-

Autenticação

EMENTÁRIO

EMENTA: O estudo da disciplina está voltado à teoria e prática das obrigações e créditos tributários, e dos impostos em espécie, de competência da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Também realiza uma abordagem do procedimento administrativo fiscal. O ponto de partida do estudo é a Constituição Federal e o Código Tributário Nacional.

BIBLIOGRAFIA:

ALEXANDRE, Ricardo. **Direito Tributário Esquemático**. São Paulo: Método, 2015

KFOURI, Jr. Anis. **Curso de Direito Tributário**. 4ª ed. São Paulo: Saraiva.2014.

SABBAG, Eduardo. **Manual de Direito Tributário**. São Paulo: Saraiva.2015.

PAULSEN, Leandro. **Direito Tributário: Constituição e o Código Tributário Nacional à luz da doutrina e da jurisprudência**. Porto Alegre: Livraria do Advogado.

AESGA – Lei n. 2174 de 23 de Agosto de 1985

FDG – Unidade Acadêmica da AESGA

Curso
Bacharelado em Direito

Nome da Disciplina
Direito Administrativo III

Autenticação

Código	Semestre	CARGA HORÁRIA		CRÉDITOS	
		T	P	T	P
DIR7063960	1º	60	-	04	-

EMENTÁRIO

EMENTA: A disciplina estuda a parte propedêutica do direito administrativo. Nesta, analisa-se o conceito de serviços públicos, a inter relação com as concessões e permissões. Estuda a responsabilidade civil do Estado, servidores públicos, intervenção do Estado na propriedade privada, dando ênfase a desapropriação, controle da Administração Pública, bens públicos. Por fim, estuda-se a atuação do Estado no domínio econômico e improbidade administrativa.

BIBLIOGRAFIA:

Carvalho Filho, José dos Santos. **Manual de Direito Administrativo** 28ª ed. Editora Atlas. 2015

Marinela, Fernanda. **Direito Administrativo** 8ª ed. Editora Impetus. 2014.

Di Pietro, Maria Sylvania Zanella. **Direito Administrativo**. 28ª ed. 2015. Editora Atlas.

Curso Bacharelado em Direito
--

Nome da Disciplina Direito Civil VIII

Autenticação

Código	Semestre	CARGA HORÁRIA		CRÉDITOS	
		T	P	T	P
DIR9085360	1º	60	-	04	-

EMENTÁRIO

EMENTA: A disciplina estuda o direito das sucessões. Nesta, analisa-se o conceito de sucessões, sua evolução histórica, as espécies de sucessões e sua repercussão social econômica.

BIBLIOGRAFIA:

GONÇALVES, Carlos Roberto, **Direito Civil Brasileiro, Direito das Sucessões**, vol. VIII, São Paulo, Saraiva, 2010.

PAMPLONA, Rodolfo Filho, **Novo Curso de Direito Civil, Direito das Sucessões**, vol. VIII, São Paulo, Saraiva, 2010.

VENOSA, Silvio da Salvo, **Direito Civil, Direito de Sucessões**. Vol. VIII, São Paulo, Atlas, 2010.

AESGA – Lei n. 2174 de 23 de Agosto de 1985

FDG – Unidade Acadêmica da AESGA

Curso
Bacharelado em Direito

Nome da Disciplina
Prática Jurídica II

Autenticação

Código	Semestre	CARGA HORÁRIA		CRÉDITOS	
		T	P	T	P
DIR6053460	1º	60	-	04	-

EMENTÁRIO

EMENTA: Exposição de modelo, aplicação de técnicas e utilização da fundamentação legal para a elaboração de arrazoados no processo trabalhista relativos ao processo de conhecimento.

BIBLIOGRAFIA:

CARRION, Valentin, Comentários à Consolidação das leis do Trabalho. São Paulo: Saraiva.

MARTINS, Sergio Pinto. Direito Processual do Trabalho: doutrina e prática forense, modelos e petições, recurso, sentenças e outros. São Paulo:Atlas.

NASCIMENTO, Amauri Mascaro. Curso de Direito Processual do Trabalho, São Paulo: Saraiva.

OLIVEIRA, Francisco Antônio. O Processo na Justiça do Trabalho – Doutrina, Jurisprudência, Enunciados e Súmulas, São Paulo: Revista dos Tribunais.

10º PERÍODO

AESGA – Lei n. 2174 de 23 de Agosto de 1985

FDG – Unidade Acadêmica da AESGA

Curso
Bacharelado em Direito

Nome da Disciplina
Psicologia Jurídica

Código	Semestre	CARGA HORÁRIA		CRÉDITOS	
		T	P	T	P
		DIR128060	1º	60	-

Autenticação

EMENTÁRIO

EMENTA: Introdução ao estudo da Psicologia como ciência; As escolas ou abordagens teóricas da psicologia; Psicologia e Direito: o uso dos conceitos; Aplicações práticas da Psicologia Jurídica.

BIBLIOGRAFIA:

BOCK, Ana Mª Mercês *et al.* Psicologias: uma introdução ao estudo da Psicologia. 14 ed. São Paulo: Saraiva: 2008.

FIORELLI, José Osmir e MANGINI, Rosana C. Ragazzoni. Psicologia Jurídica. São Paulo: Atlas, 2009.

AESGA – Lei n. 2174 de 23 de Agosto de 1985

FDG – Unidade Acadêmica da AESGA

Curso
Bacharelado em Direito

Nome da Disciplina
Metodologia II

Código	Semestre	CARGA HORÁRIA		CRÉDITOS	
		T	P	T	P
		SEC057760	1º	60	-

Autenticação

EMENTÁRIO

EMENTA:

O projeto de pesquisa; a monografia; o embasamento teórico; as fontes de pesquisa; os elementos pré-textuais, textuais e pós-textuais; a formatação do trabalho científico de acordo com as normas da ABNT e da AESGA, e a defesa da monografia.

BIBLIOGRAFIA:

MEZZAROBBA, Orides; MONTEIRO, Cláudia Servilha. **Manual de metodologia da pesquisa no direito**. 5. ed., São Paulo: Saraiva, 2009.

LAKATOS, Eva M.; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos da Metodologia científica**. 7. ed., São Paulo: Altas, 2010.

AESGA – Lei n. 2174 de 23 de Agosto de 1985
FDG – Unidade Acadêmica da AESGA

Curso
Bacharelado em Direito

Nome da Disciplina
Direito Ambiental

Autenticação

Código DIR30160	Semestre 1º	CARGA HORÁRIA		CRÉDITOS	
		T	P	T	P
		60	-	04	-

EMENTÁRIO

EMENTA: A disciplina visa abordar conceitos gerais sobre Meio-Ambiente. Princípios de Direito Ambiental. A Tutela Constitucional do Meio-Ambiente. O Sistema Nacional do Meio Ambiente – O Estado e a Proteção Ambiental. Cidadania e Meio Ambiente. Administração Pública e Meio Ambiente. Características e aspectos jurídicos da poluição. A questão da Biodiversidade e sua relevância socioeconômica e cultural. Prevenção e reparação do dano ambiental. Crimes ambientais. Proteção do patrimônio cultural: regime jurídico do tombamento. Engenharia genética e meio ambiente: aspectos éticos e jurídicos. A Política Internacional de Tutela Ambiental.

BIBLIOGRAFIA

Barros, Wellington Pacheco. **Curso de Direito Ambiental**. 2 ed. São Paulo. Atlas. 2008
Fiorillo, Celso Antonio Pacheco. **Curso de Direito Ambiental Brasileiro**. Saraiva. 14ª Edição 2013.
Édis, Milaré. **Direito do Ambiente: doutrina, prática, jurisprudência, glossário**. 9ª edição. São Paulo: Ed. Rev. dos Tribunais, 2014.
Beltrão, Antonio F. G. **Curso de Direito Ambiental**. Metodo 4ª Edição 2013.

AESGA – Lei n. 2174 de 23 de Agosto de 1985

FDG – Unidade Acadêmica da AESGA

Curso
Bacharelado em Direito

Nome da Disciplina
Prática Jurídica III

Autenticação

Código	Semestre	CARGA HORÁRIA		CRÉDITOS	
		T	P	T	P
DIR101401	1º	60	-	04	-

EMENTÁRIO

EMENTA: Exposição de modelo, análise de processos criminais, aplicação de técnicas e utilização da fundamentação legal para a elaboração de arrazoados na esfera penal no âmbito da prática penal na elaboração de respostas escritas, ações penais privadas e aplicações constituições na proteção do princípio da Dignidade da Pessoa Humana e Princípio da Inocência.

BIBLIOGRAFIA:

NUCCI, Guilherme de Souza; NUCCI, Náila Cristina Ferreira. **Prática Forense Penal**. São Paulo: 4ª Ed. Editora Revista dos Tribunais, 2006.

CAPEZ, Fernando; COLNAGO, Rodrigo Henrique. **Prática Forense Penal**, 3ª Ed.2009, Editora: Saraiva
TOURINHO Filho, Fernando Costa. **Prática de Processual Penal**: 32ª Ed. Editora: Saraiva, 2010.

ISHIDA, Valter Kenji, **Prática Jurídica Penal**: 3ª Ed. Editora: Atlas, 2009

GONÇALVES, Victor Eduardo Rios, **Prática de Processo Penal e Peças Processuais** Editora: Damasio de Jesus:9º Ed, 2009.

MUCCIO, Hidejalma, **Prática de Processo Penal: Teoria e Prática**, Editora: Metodo: 5ª Ed, 2009

AESGA – Lei n. 2174 de 23 de Agosto de 1985

FDG – Unidade Acadêmica da AESGA

Curso
Bacharelado em Direito

Nome da Disciplina
Direito Internacional Público e Privado

Autenticação

Código	Semestre	CARGA HORÁRIA		CRÉDITOS	
		T	P	T	P
DIR056060	1º	60	-	04	-

EMENTÁRIO

EMENTA: Desenvolvimento histórico. Sociedade Internacional. Relações jurídicas entre os atores internacionais. Relações jusprivadas de relevância internacional.

BIBLIOGRAFIA:

AMORIM, EDGAR CARLOS. **Direito Internacional Privado**. Forense, 2003.

DOLINGER, JACOB, **Direito Internacional Privado Parte Geral**, Renovar.

MAZZUOLI, Valerio de Oliveira. **Curso de direito internacional público**. 9. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Ed. RT, 2015

MELLO, Celso D. de Albuquerque. **Curso de Direito Internacional Público**. Renovar, (2 volumes), 2002.

PLANO DE CURSO

1º PERÍODO

AESGA – Lei n. 2174 de 23 de Agosto de 1985

FDG – Unidade Acadêmica da AESGA

Curso
Bacharelado em Direito

Nome da Disciplina
Introdução à Sociologia

Autenticação

Código DIR30160	Semestre 1º	CARGA HORÁRIA		CRÉDITOS	
		T	P	T	P
		60	-	04	-

PLANO DE CURSO

EMENTA:

Abordar a Sociologia enquanto disciplina capaz de fornecer instrumentos para a compreensão da realidade social e a necessidade sociocultural. Analisando os aspectos estáticos e dinâmicos da ordem e da mudança social, destacando as questões sociais e culturais que fazem a interface com busca da compreensão e a criação artificial dessas necessidades dos grupos humanos.

OBJETIVOS:

GERAL

Favorecer o desenvolvimento nos alunos de uma consciência crítica que os estimule a atuar, profissionalmente e como cidadão, na sociedade em geral, compreendendo a importância da cultura, das questões sociais e dos principais conceitos sociológicos.

ESPECÍFICOS

- Proporcionar ao discente, informações básicas necessárias ao conhecimento dos conceitos, das teorias, das classificações e dos métodos da Sociologia.
- Discutir a atividade dos grupos dentro das comunidades e das instituições, enquanto fenômeno e suas implicações para a cultura jurídica.
- Possibilitar a compreensão das principais temáticas da Antropologia Jurídica, analisando assuntos como o, a antropologia cultural, as principais correntes teóricas da antropologia e a relação da Antropologia com o Direito, dentre outros assuntos.

CONTEÚDO:

UNIDADE I

- 1 – Sociologia (Conceito, histórico e características da ciência, problema social, etc.)
- 2 - Cultura e sociedade;(Subcultura, etnocentrismo, aculturação, mudança cultural etc.)
- 3 - Organização social (Principais teóricos clássicos da Sociologia, fato social, ação social, etc.)
- 4 - Controle social (Conceito, norma, tipos, anomia, etc.)
- 5 - Status e papel; (Conceito, características, classificação etc.).

UNIDADE II

- 6 - Grupos, agregados e categorias; (Conceitos, tipos, exemplos, etc.).
- 7 - Estratificação social. (Conceito, tipos, teorias, etc.).
- 8 – Instituições sociais (Conceitos, tipos, características etc.).
- 9 - Antropologia: (Breve histórico, conceito e principais teorias da cultura).
- 10 - Antropologia jurídica (Conceito e aplicação)

METODOLOGIA/MULTIMEIOS EDUCACIONAIS

A metodologia de caráter multifacetado tem como uma de suas finalidades subsidiar os processos de desenvolvimento e de construção das competências indispensáveis à prática profissional. Deve pautar-se por princípios interdisciplinares que permitam e atendam as especificidades da disciplina e possibilitem a abordagem problematizadora dos conteúdos e a utilização de diferentes procedimentos de ensino/aprendizagem com o auxílio de diferentes multimeios. Dos procedimentos metodológicos sugere-se: aulas expositivas dialogada; leitura, discussão e produção de texto; pesquisa bibliográfica e de campo; painéis; palestras; colóquios; rodas vivas e discussões em plenária; mapas conceituais; mesa redonda). Neste sentido, na vivência da metodologia, recomenda-se a adoção de trabalhos individuais que atendam a individualização das trajetórias e trabalhos de grupo que favoreçam a democratização do conhecimento e a construção da cidadania coletiva.

AVALIAÇÃO

A avaliação é processual e tem caráter dialógico, visando prioritariamente a valorização das aprendizagens que constroem a identidade pessoal e profissional.

A metodologia de avaliação inclui o uso de procedimentos que permitam a verificação do aproveitamento, a superação de dificuldades de aprendizagem, a resignificação de conhecimentos e a construção das competências inerentes ao perfil do egresso. Na avaliação da aprendizagem dar-se-á especial atenção aos seguintes aspectos: aquisição de conhecimentos, clareza e objetividade nas argumentações oral e escrita, coerência e pertinência na apresentação de ideias/argumentos, senso crítico. Dentre os procedimentos de avaliação sugere-se a utilização de: prova escrita e oral, decorrência do

ensino e aprendizagem.

BIBLIOGRAFIA:

BÁSICA

ALVES, Elizete Lanzonie SANTOS, Sidney Francisco Reis dos. **Iniciação à Antropologia Jurídica: Por onde caminha a humanidade**, Florianópolis: Conceito Editorial, 2007.

MARCONI, Marina de Andrade. **Antropologia: Uma introdução**, 6 ed. 3 reimpr. São Paulo: Atlas: 2007.

VILA NOVA, Sebastião. **Introdução à Sociologia**. 6 ed. revista e Aum. 5reimpr. São Paulo: Atlas, 2009

COMPLEMENTAR

ARON, Raymond. **Etapas do Pensamento Sociológico**. 7 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008. (coleção tópicos).

BRYM, Robert et al. **Sociologia: Sua Bússola Para Um Novo Mundo**, 1 ed, São Paulo: Thomson Learning, 2006.

COLAÇO, Thais Luzia (org). **Elementos da Antropologia Jurídica**. Florianópolis: Conceito Editorial, 2008.

COSTA, Cristina. Sociologia: **Introdução a Ciências da Sociedade**, 3 ed., São Paulo: Moderna, 2005.

DIAS, Reinaldo. **Introdução à sociologia**, 2ed, São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010

GIDDENS, Antony. **Sociologia**, 4 ed., Porto Alegre: Artmed, 2005.

LAKATOS, Eva Maria. **Sociologia Geral**. 7 ed., São Paulo: Atlas, 1999.

SCURO NETO, Pedro. **Sociologia Geral e Jurídica: Introdução à lógica jurídica**. 6 ed. São Paulo: Saraiiva, 2009.

AESGA – Lei n. 2174 de 23 de Agosto de 1985

FDG – Unidade Acadêmica da AESGA

Curso
Bacharelado em Direito

Nome da Disciplina
História do Pensamento Jurídico

Autenticação

Código	Semestre	CARGA HORÁRIA		CRÉDITOS	
		T	P	T	P
DIR054760	1º	60	-	04	-

PLANODECURSO

EMENTA: Trajetória do pensamento jurídico internacional e brasileiro, apoiados na historiografia. A História do Direito desde a Antiguidade oriental até a Contemporaneidade do Mundo Ocidental. O Direito no Brasil desde o Período Colonial até a República contemporânea brasileira. As Constituições Brasileiras, sua trajetória histórica e suas características.

OBJETIVOS:

GERAL

Conhecer a trajetória histórica do Direito no Mundo Ocidental e no Brasil a partir das suas características mais relevantes dos seus aspectos jurídicos específicos em cada época e em cada sociedade.

ESPECÍFICOS

- Aprender os aspectos mais evidentes e relevantes da História do Direito no Mundo Ocidental
- Inquirir a inserção da História do Direito Brasileiro em seus caracteres mais significativos na História do Direito do Mundo Ocidental.

CONTEÚDO:

UNIDADE I

1. A história do Direito na Antiguidade Oriental.
2. O Direito na Antiguidade Ocidental: Atenas e Roma Antiga.
3. A Decadência Roma e a Alta Idade Média: Do Direito Romano Clássico a Constituição do Direito Canônico e as contribuições do Direito Consuetudinário Germânico.
4. A Baixa Idade Média: O ensino jurídico, a jurisprudência medieval e restauração do *Corpus Iuris Civillis* romano no contexto da gênese da modernidade.

UNIDADE II

5. A Formação do Direito no Mundo Moderno: o Direito português, inglês e francês e suas contribuições para o Direito Brasileiro.
6. A história e o pensamento jurídico durante o período colonial do Brasil
7. A história e o pensamento jurídico durante o Império do Brasil
8. O pensamento jurídico republicano brasileiro: sua história sob a perspectiva da constitucionalidade.

METODOLOGIA/MULTIMEIOS EDUCACIONAIS

A metodologia de caráter multifacetado tem como uma de suas finalidades subsidiar os processos de desenvolvimento e de construção das competências indispensáveis à prática profissional. Deve pautar-se por princípios interdisciplinares que permitam e atendam as especificidades da disciplina e possibilitem a abordagem problematizadora dos conteúdos e a utilização de diferentes procedimentos de ensino/aprendizagem com o auxílio de diferentes multimeios. Dos procedimentos metodológicos sugere-se: aulas expositivas dialogada; leitura, discussão e produção de texto; pesquisa bibliográfica e de campo; painéis; palestras; colóquios; rodas vivas e discussões em plenária; mapas conceituais; mesa redonda). Neste sentido, na vivência da metodologia, recomenda-se a adoção de trabalhos individuais que atendam a individualização das trajetórias e trabalhos de grupo que favoreçam a democratização do conhecimento e a construção da cidadania coletiva.

AVALIAÇÃO

A avaliação é processual e tem caráter dialógico, visando prioritariamente a valorização das aprendizagens que constroem a identidade pessoal e profissional.

A metodologia de avaliação inclui o uso de procedimentos que permitam a verificação do aproveitamento, a superação de dificuldades de aprendizagem, a resignificação de conhecimentos e a

construção das competências inerentes ao perfil do egresso. Na avaliação da aprendizagem dar-se-á especial atenção aos seguintes aspectos: aquisição de conhecimentos, clareza e objetividade nas argumentações oral e escrita, coerência e pertinência na apresentação de ideias/argumentos, senso crítico. Dentre os procedimentos de avaliação sugere-se a utilização de: prova escrita e oral, decorrência do ensino e aprendizagem.

BIBLIOGRAFIA:

BÁSICA

CICCO, Claudio de. **História do Pensamento Jurídico e da Filosofia do Direito**. São Paulo: Saraiva, 2015.

CASTRO, José Reinaldo. **O Direito na História**. São Paulo: Max Limonad, 2012.

COMPLEMENTAR

WOLMER, Antonio Carlos. **Introdução ao Pensamento Jurídico Crítico**. São Paulo: Saraiva, 2010.

CASTRO, Flavia Lages de. **História do Direito Geral e do Brasil**. São Paulo: Lúmen Juris, 2012.

AESGA – Lei n. 2174 de 23 de Agosto de 1985

FDG – Unidade Acadêmica da AESGA

Curso Bacharelado em Direito
--

Nome da Disciplina Ciência Política e Teoria Geral do Estado
--

Autenticação

Código	Semestre	CARGA HORÁRIA		CRÉDITOS	
		T	P	T	P
BAS1000560	1º	60	-	04	-

PLANO DE CURSO

EMENTA:

Trajatória histórica do pensamento político da Antiguidade e medieval. Estado na Teoria Moderna: o Estado Absolutista e o Estado Liberal Burguês. As Formas de Governo e as Formas de Estado. Sistemas de Governo e Funções de Estado. Estado de Direito e Democracia. Democracia Representativa e Democracia Direta. A Crise do Estado Contemporâneo.

OBJETIVOS:

OBJETIVO GERAL

Apresentar e Discutir a Trajetória Histórica e Sociológica do Estado e do Poder, procurando identificar as formações políticas na sua realidade concreta ao longo da história ocidental, com ênfase sobre conceitos e representações que compõem o pensamento e a prática política identificada na bibliografia arrolada.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Identificar a importância do Estado e do poder para entender as relações sócio-políticas contemporâneas;
- Verificar as relações entre a Ciência Política e Teoria do Estado e o Direito;
- Compreender as contribuições conceituais e procedimentais que a Ciência Política e a Teoria do Estado, no que diz respeito ao estudo do poder e suas manifestações políticas institucionais, podem oferecer para o estudo e a aprendizagem da Ciência do Direito.

METODOLOGIA/MULTIMEIOS EDUCACIONAIS

A metodologia de caráter multifacetado tem como uma de suas finalidades subsidiar os processos de desenvolvimento e de construção das competências indispensáveis à prática profissional. Deve pautar-se por princípios interdisciplinares que permitam e atendam as especificidades da disciplina e possibilitem a abordagem problematizadora dos conteúdos e a utilização de diferentes procedimentos de ensino/aprendizagem com o auxílio de diferentes multimeios. Dos procedimentos metodológicos sugere-se: aulas expositivas dialogada; leitura, discussão e produção de texto; pesquisa bibliográfica e de campo; painéis; palestras; colóquios; rodas vivas e discussões em plenária; mapas conceituais; mesa redonda). Neste sentido, na vivência da metodologia, recomenda-se a adoção de trabalhos individuais que atendam a individualização das trajetórias e trabalhos de grupo que favoreçam a democratização do conhecimento e a construção da cidadania coletiva.

AVALIAÇÃO

A avaliação é processual e tem caráter dialógico, visando prioritariamente a valorização das aprendizagens que constroem a identidade pessoal e profissional.

A metodologia de avaliação inclui o uso de procedimentos que permitam a verificação do aproveitamento, a superação de dificuldades de aprendizagem, a ressignificação de conhecimentos e a construção das competências inerentes ao perfil do egresso. Na avaliação da aprendizagem dar-se-á especial atenção aos seguintes aspectos: aquisição de conhecimentos, clareza e objetividade nas argumentações oral e escrita, coerência e pertinência na apresentação de ideias/argumentos, senso crítico. Dentre os procedimentos de avaliação sugere-se a utilização de: prova escrita e oral, decorrência do ensino e aprendizagem.

CONTEÚDO:

UNIDADE I

1. Introdução ao estudo da Ciência Política e da Teoria do Estado e a relação com o Direito e com outras Ciências Humanas;
2. O Estado na Teoria Política Moderna: O Estado Moderno e o Estado Liberal;
3. Elementos Constitutivos do Estado. As Formas de Governo e as Formas de Estado. Sistemas de Governo e Funções de Estado.

UNIDADE II

4. Estado e Direito: relação entre as instituições sociais e a legislação na formação política institucional;

5. Estado de direito e Formas de democracia: Democracia Direta, Democracia Representativa, Plebiscito e Referendo;

6. A crise da modernidade e as crises do Estado na atualidade: Constitucional, funcional e política.

BIBLIOGRAFIA:

BÁSICA

DALLARI, Dalmo de A. **Elementos de Teoria Geral do Estado**. 32 ed. São Paulo. Saraiva, 2013.

STRECK, Lenio Luiz & MORAIS, José Luis Bolzan de. **Ciência Política e Teoria do Estado**. 7 ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2012.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

AQUAVIVA, Marcos Cláudio. **Teoria Geral do Estado**. 2 ed. São Paulo: Ed. Saraiva. 2000.

BOBBIO, Norberto. **Estado, Governo, Sociedade – Para uma teoria geral da política**. 13 ed. São Paulo. Paz e Terra, 2007.

CAVALCANTI, Francisco Ivo Dantas. **Teoria Geral do Estado**. São Paulo. Ed. Livraria do Advogado. 2002.

DALLARI, Dalmo de Abreu. **Direitos humanos e Cidadania**. 2 ed. São Paulo. Moderna. 2004

MINOGUE, Kenneth. **Política – Uma Brevíssima Introdução**. Rio de Janeiro. Jorge Zahar Editor. 1998.

MALUF, Sahid. **Teoria Geral do Estado**. 31 ed. São Paulo. Saraiva, 2013.

AESGA – Lei n. 2174 de 23 de Agosto de 1985

FDG – Unidade Acadêmica da AESGA

Curso
Bacharelado em Direito

Nome da Disciplina
Introdução ao Estudo do Direito I

Autenticação

Código	Semestre	CARGA HORÁRIA		CRÉDITOS	
		T	P	T	P
DIR30160	1º	60	-	04	-

PLANO DE CURSO

EMENTA: A disciplina estuda o Direito: A Sociedade e o Estado. Natureza e Cultura. Conhecimentos sobre a Linguagem do Direito. Sentido e Direito. Direito e as Ciências Afins. Noção de Direito. Gênese e Universidade do Fenômeno Jurídico. Ética e Normatividade. Direito e Moral. Direito e Justiça. Acepções do Direito. Direito Natural e Direito Positivo. Conceitos Fundamentais. Direito Público e Direito Privado.

OBJETIVOS:

GERAL

Refletir sobre os aspectos teóricos e práticos da ciência jurídica que fundamentam a Introdução ao Estudo do Direito I.

ESPECÍFICOS

- Explicitar os objetos e finalidade da Introdução ao Estudo do Direito I.
- Analisar o Direito no Mundo da Cultura..
- Construir conhecimentos indispensáveis ao desenvolvimento e a Natureza da Introdução ao Estudo do Direito..
- Utilizar adequadamente os conhecimentos obtidos para uma vivência jurídica satisfatória a um operador do Direito. para obter um conhecimento específico sobre a linguagem do Direito.

CONTEÚDO:

UNIDADE I

1. Objeto e Finalidade do Estudo do Direito.
2. Aceções Fundamentais da Palavra Direito.
3. Direito e as Ciências Afins.
4. Natureza e Cultura..
5. O Mundo Ético..
6. Estrutura das Normas éticas.
- 7- Direito e Moral.
8. Direito e Coação
9. Direito e heteronomia,
10. Bilateralidade Atributiva.
11. Estrutura Tridimensional.
- 12.Sanção e Coação.

UNIDADE II

- 12.1 Fontes do Direito..
- 12.2. Da Hermenêutica ou Interpretação do Direito.
- 12.3. Integração e Aplicação do Direito..

12.4.Princípios Gerais de Direito.

METODOLOGIA/MULTIMEIOS EDUCACIONAIS

A metodologia de caráter multifacetado tem como uma de suas finalidades subsidiar os processos de desenvolvimento e de construção das competências indispensáveis à prática profissional. Deve pautar-se por princípios interdisciplinares que permitam e atendam as especificidades da disciplina e possibilitem a abordagem problematizadora dos conteúdos e a utilização de diferentes procedimentos de ensino aprendizagem com o auxílio de diferentes multimeios. Dos procedimentos metodológicos sugere-se: aulas expositivas dialogada; leitura, discussão e produção de texto; pesquisa bibliográfica e de campo; painéis; palestras; colóquios; rodas vivas e discussões em plenária; mapas conceituais; mesa redonda). Neste sentido, na vivência da metodologia, recomenda-se a adoção de trabalhos individuais que atendam a individualização das trajetórias e trabalhos de grupo que favoreçam a democratização do conhecimento e a construção da cidadania coletiva.

AVALIAÇÃO

A avaliação é processual e tem caráter dialógico, visando prioritariamente a valorização das aprendizagens que constroem a identidade pessoal e profissional.

A metodologia de avaliação inclui o uso de procedimentos que permitam a verificação do aproveitamento, a superação de dificuldades de aprendizagem, a resignificação de conhecimentos e a construção das competências inerentes ao perfil do egresso. Na avaliação da aprendizagem dar-se-á especial atenção aos seguintes aspectos: aquisição de conhecimentos, clareza e objetividade nas argumentações oral e escrita, coerência e pertinência na apresentação de ideias/argumentos, senso crítico. Dentre os procedimentos de avaliação sugere-se a utilização de: prova escrita e oral, decorrência do ensino e aprendizagem.

BIBLIOGRAFIA:

BÁSICA

REALE Miguel. Lições Preliminares de Direito. São Paulo. Editora Saraiva, 27ª Ed., 2009.

NUNES Rizzatto- Manual de Introdução ao Estudo do Direito. São Paulo: Editora Saraiva. 12ª Ed., 2014.

.

COMPLEMENTAR

NADER Paulo- Introdução ao Estudo do Direito- Editora Forense. 37ª Ed., 2015.

DINIZ Maria Helena- Compêndio de Introdução à Ciência do Direito- EDITORA Saraiva. 25ª Ed., 2014.

FERRAZ . Jr. Tércio Sampaio – Introdução ao Estudo do Direito. São Paulo. Atlas. 2015.

.

AESGA – Lei n. 2174 de 23 de Agosto de 1985

FDG – Unidade Acadêmica da AESGA

Curso Bacharelado em Direito
--

Nome da Disciplina Introdução à Filosofia

Autenticação

Código	Semestre	CARGA HORÁRIA		CRÉDITOS	
		T	P	T	P
BAS1000560	1º	60	-	04	-

PLANO DE CURSO

EMENTA: A guisa da reflexão dos fundamentos teórico-rationais e epistemológico primitivos que dão suporte à mitologia em toda cultura humana, suscita a compreensão de que o pensar humano é evolutivo, sistematizado, difundido e contextualizado ao longo da historicidade humana de forma sistêmica e dialética, quando evidencia as diferenças dos modos de pensar e das cosmovisões implícitas no mundo moderno quanto ao dualismo epistêmico (teoria x práxis), esta cadeira, desenvolve no aluno meios de percepção da sua relação com o mundo do trabalho e as contradições nele existentes, modelado pelo nosso sistema sócio-político tornando-o apto a entender-se que, enquanto homem, é sujeito político no contexto individual e coletivo da sociedade em que está inserido e por isso, também é responsável pela nova ordem política e social.

OBJETIVOS:

GERAL

Analisar os aspectos histórico-filosóficos, conceitos e discussões que enfatizem a importância da Filosofia.

ESPECÍFICOS

- Compreender a especificidade da investigação filosófica;
- Analisar os aspectos filosóficos das relações humanas e jurídicas;
- Construir conceitos sobre liberdade e possibilidade de convivência;
- Utilizar adequadamente crítica ao sistema vigente.

CONTEÚDO:

UNIDADE I

1. Filosofia: Conceituação, definição, diferenciação e aplicação. A lógica, a dialética e a estrutura do pensamento.
 - 1.2. As origens.
 - 1.3. O surgimento da Filosofia na Grécia Antiga.
 - 1.4. A passagem do pensamento mítico para o filosófico-científico.
 - 1.5. Noções fundamentais do pensamento filosófico-científico.
 - 1.6. A *physis*.
 - 1.7. O cosmo.
 - 1.8. O caráter crítico.

UNIDADE II

1. Histórico-problemática – gnosiológica e epistemologia.
 - 2.1. Natureza humana, cultural e humanização.
 - 2.2. Conhecimento: intuitivo e conceitual; aparência e essência; opinião e saber.
 - 2.3. Formas de conhecimento: mítico; religioso / metafísico; senso comum / senso crítico; científico; artístico e filosófico.
 - 2.4. Principais teorias do conhecimento.

METODOLOGIA/MULTIMEIOS EDUCACIONAIS

A metodologia de caráter multifacetado tem como uma de suas finalidades subsidiar os processos de desenvolvimento e de construção das competências indispensáveis à prática profissional. Deve pautar-se por princípios interdisciplinares que permitam e atendam as especificidades da disciplina e possibilitem a abordagem problematizadora dos conteúdos e a utilização de diferentes procedimentos de ensino aprendizagem com o auxílio de diferentes multimeios. Dos procedimentos metodológicos sugere-se: aulas expositivas dialogada; leitura, discussão e produção de texto; pesquisa bibliográfica e de campo; painéis; palestras; colóquios; rodas vivas e discussões em plenária; mapas conceituais; mesa redonda). Neste sentido, na vivência da metodologia, recomenda-se a adoção de trabalhos individuais que atendam a individualização das trajetórias e trabalhos de grupo que favoreçam a democratização do conhecimento e a construção da cidadania coletiva.

AValiação

A avaliação é processual e tem caráter dialógico, visando prioritariamente a valorização das aprendizagens que constroem a identidade pessoal e profissional.

A metodologia de avaliação inclui o uso de procedimentos que permitam a verificação do aproveitamento, a superação de dificuldades de aprendizagem, a resignificação de conhecimentos e a construção das competências inerentes ao perfil do egresso. Na avaliação da aprendizagem dar-se-á especial atenção aos seguintes aspectos: aquisição de conhecimentos, clareza e objetividade nas argumentações oral e escrita, coerência e pertinência na apresentação de ideias/argumentos, senso crítico. Dentre os procedimentos de avaliação sugere-se a utilização de: prova escrita e oral, decorrência do ensino e aprendizagem.

BIBLIOGRAFIA:

BÁSICA

- ANZENBACHER, Arno – Introdução à filosofia ocidental; tradução de Antônio Celiomar Pinto de Lima. – Petrópolis, RJ. Vozes, 2009.
- CHAUI, Marilena – Iniciação à filosofia: ensino médio, volume único. São Paulo: Ática, 2010.
- GHIRALDELLI, Paulo Jr – Caminhos da Filosofia; Rio de Janeiro: ed. DP&A 2005.
- GIANNOTTI, J. A. – Lições de Filosofia primeira; São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- GIANNOTTI, José Arthur – Notícias no espelho. Introdução Luciano Codato. – São Paulo: Publifolha, 2011.
- MARCONDES, Danilo – Iniciação à História da Filosofia dos pré-socráticos a Wittgenstein; 8ª ed. Jorge Zahar Editor 2004 – Rio de Janeiro.

COMPLEMENTAR

- FEUERBACH, Ludwig – A essência do cristianismo; tradução e notas de José da Silva Brandão. 2ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.
- FEYERABEND, Paul K. – Adeus à razão; tradução Vera Joscelyne. – São Paulo: Editora UNESP, 2010.
- GARRETT, Brian – Metafísica: conceitos-chave em filosofia; tradução Felipe Rangel Elizalde. – Porto Alegre: Artmed, 2008.
- GHIRALDELLI, Paulo Jr – Como a Filosofia pode explicar o Amor; São Paulo: Universo dos Livros, 2011.
- JAPIASSÚ, Hilton e Danilo Marcondes – Dicionário Básico de Filosofia; 4ª ed. Revista e ampliada 2006, Jorge Zahar Editor – Rio de Janeiro.
- LORIERI, Marcos Antônio – Filosofia no ensino fundamental; São Paulo: Cortez, 2002. (Coleção Docência em Formação).
- MARCONDES, Danilo – Textos básicos de Filosofia: dos pré-socráticos a Wittgenstein; 5ª ed. Revista. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2007.
- Os Filósofos: clássicos da filosofia, v. I, II e III de Sócrates a Rousseau / Rossano Pecoraro (org.). –

Petrópolis, RJ: Vozes Rio de Janeiro: PUC – Rio, 2008.

PONDÉ, Luiz Felipe – Guia politicamente incorreto da Filosofia; – São Paulo: Leya, 2012.

ROCHA, Zeferino – A morte de Sócrates (Monólogo Filosófico); São Paulo. Ed. Escuta 2001.

RODRIGUESS, Neidson – Filosofia para não Filósofos; 4ª edição – São Pulo: Cortez, 2011.

SANDRINI, Marcos – As origens da filosofia; Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

SANTOS, José Gabriel Trindade – Platão: A construção do conhecimento; São Paulo, 2012. – (Coleção Cátedra).

SCHLEIERMACHER, Friedrich D. E. – Hermenêutica – Arte e técnica da interpretação; 8ª ed. – Petrópolis, RJ: Vozes; São Paulo: Editora Universitária São Francisco, 2010. – (Coleção Pensamento Humano).

SCRUTON, Roger e Descartes a Wittgenstein – Uma breve história da Filosofia Moderna. Ed. José Olympio – Rio de Janeiro 2008.

SOLOMON, Robert C. – O prazer da filosofia: entre a razão e a paixão; tradução de Maria Beatriz de Medina. – Rio de Janeiro: Record, 2011.

STÖRIG, Hans Joachim – História geral da filosofia; revisão geral de Edgar Orth. 2ª ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

AESGA – Lei n. 2174 de 23 de Agosto de 1985

FDG – Unidade Acadêmica da AESGA

Curso
Bacharelado em Direito

Nome da Disciplina
Introdução à Economia

Autenticação

Código	Semestre	CARGA HORÁRIA		CRÉDITOS	
		T	P	T	P
BAS1000260	1º	60	-	04	-

PLANO DE CURSO

EMENTA: Aspectos gerais e problemas fundamentais da Economia. Evolução da Economia como ciência. Sistemas econômicos. Intervencionismo e Liberalismo. Microeconomia e macroeconomia. Elementos conjunturais e estruturais. Economia internacional. Crescimento, desenvolvimento. Subdesenvolvimento.

OBJETIVOS:

GERAL

Fornecer conhecimentos aos alunos acerca da economia mundial e brasileira, sempre que possível abordando aspectos de direito no campo da economia.

ESPECÍFICOS

- Debater os conceitos fundamentais da ciência econômica e da macroeconomia, demonstrando a interrelação entre os agregados macroeconômicos com a sociedade em geral e com as empresas em particular;
- Estudar o funcionamento do mercado e das variáveis macroeconômicas associadas à realidade brasileira e, no aspecto microeconômico,;
- Fornecer aos alunos o instrumental necessário para a compreensão dos conceitos básicos da teoria elementar do funcionamento do mercado e da inserção da unidade produtora no sistema econômico.

CONTEÚDO:

UNIDADE I

1. Natureza e fim. Método. Compartimentos. Objetivos de Política Econômica e os instrumentos de ação. Definições. Ramos. Relação com outras ciências. As leis econômicas. Aspectos metodológicos.
2. O problema econômico: as necessidades humanas e os bens.
3. A organização social da atividade econômica e as questões centrais. As fronteiras de possibilidades de produção. Os custos sociais crescentes e os rendimentos decrescentes. As desigualdades econômicas. Evolução da Economia.
4. Os fatores de produção. Fluxo de produção e capitalização.
5. A atividade econômica. Formas de organização da empresa privada e o papel do Estado. As principais teorias; O mercado: conceito e estruturas.
6. A formação do preço: a procura e a oferta.

UNIDADE II

7. Preço e quantidade de equilíbrio.
- 8 Os grupos econômicos.
9. Circuito econômico: fluxos fundamentais.
10. A determinação da renda, do consumo, do investimento e da poupança.
11. Moeda: funções, características e histórico. Crédito e bancos comerciais.
12. Ativos financeiros; Taxas de Câmbio.
13. Inflação: conceito. Tipos de inflação. A inflação inercial e a indexação.
14. As reformas monetárias no Brasil e as bases (âncoras) das novas moedas.
- 15 Balança de Pagamentos.
16. Desenvolvimento e crescimento econômico; Etapas e padrões de desenvolvimento; Educação e desenvolvimento.

METODOLOGIA/MULTIMEIOS EDUCACIONAIS

A metodologia de caráter multifacetado tem como uma de suas finalidades subsidiar os processos de desenvolvimento e de construção das competências indispensáveis à prática profissional. Deve pautar-se por princípios interdisciplinares que permitam e atendam as especificidades da disciplina e possibilitem a abordagem problematizadora dos conteúdos e a utilização de diferentes procedimentos de ensino aprendizagem com o auxílio de diferentes multimeios. Dos procedimentos metodológicos sugere-se: aulas expositivas dialogada; leitura, discussão e produção de texto; pesquisa bibliográfica e de campo; painéis; palestras; colóquios; rodas vivas e discussões em plenária; mapas conceituais; mesa redonda). Neste sentido, na vivência da metodologia, recomenda-se a adoção de trabalhos individuais que atendam a individualização das trajetórias e trabalhos de grupo que favoreçam a democratização do conhecimento e a construção da cidadania coletiva.

AVALIAÇÃO

A avaliação é processual e tem caráter dialógico, visando prioritariamente a valorização das

aprendizagens que constroem a identidade pessoal e profissional.

A metodologia de avaliação inclui o uso de procedimentos que permitam a verificação do aproveitamento, a superação de dificuldades de aprendizagem, a resignificação de conhecimentos e a construção das competências inerentes ao perfil do egresso. Na avaliação da aprendizagem dar-se-á especial atenção aos seguintes aspectos: aquisição de conhecimentos, clareza e objetividade nas argumentações oral e escrita, coerência e pertinência na apresentação de ideias/argumentos, senso crítico. Dentre os procedimentos de avaliação sugere-se a utilização de: prova escrita e oral, decorrência do ensino e aprendizagem.

BIBLIOGRAFIA:

BÁSICA

GREMAUD, Amaury Patrick. **Economia Brasileira Contemporânea**. 7 ed. São Paulo Ed. Atlas. 2007

PINHEIRO, Juliano Lima. **Mercado de capitais: fundamentos e técnicas**. 6 ed. São Paulo. Atlas. 2012

COMPLEMENTAR

ROSSETTI, José Paschoal. **Introdução à Economia**. 20 ed. São Paulo: Atlas. 2003.

LOPES & ROSSETTI. **Economia Monetária**. 9 ed. São Paulo: Atlas. 2009.

Antonio Sandoval Vasconcelos. **Manual de Economia**. 6 ed. São Paulo. Saraiva. 2011.

HUNT, E. K. **História do Pensamento Econômico**. Rio de Janeiro: Elsevier. 2013.

GREMAUD, Amaury Patrick [et al.]; organizadores Diva Benevides Pinho, Marco. **Manual de introdução à economia**. 5 ed. São Paulo. 2004.

2º PERÍODO

AESGA – Lei n. 2174 de 23 de Agosto de 1985

FDG – Unidade Acadêmica da AESGA

Curso
Bacharelado em Direito

Nome da Disciplina
Direito Constitucional I

Autenticação

Código	Semestre	CARGA HORÁRIA		CRÉDITOS	
		T	P	T	P
DIR2011260	1º	60	-	04	-

PLANO DE CURSO

EMENTA: Constituição: Conceito e posição no quadro geral do direito. Sentido formal e material. Estrutura. Classificação das constituições. Sistemas constitucionais. Poder constituinte e poder de reforma. Limitações. Constituições brasileiras. Estruturado estado brasileiro. Supremacia da constituição. Distribuição de competência: União. Estados. Distrito Federal. Município. Intervenção Federal. Estadual. Poder Legislativo. Senado Federal e Câmara dos Deputados. Mandato Parlamentar, Processo Legislativo. Poder Executivo. Ministros de Estado. Poder Judiciário. Funções Essenciais à Justiça.

OBJETIVOS:

GERAL

Propiciar ao aluno um aprendizado consistente acerca do papel desenvolvido pela teoria constitucional dentro do ordenamento jurídico brasileiro, sua correspondência com os demais ramos do direito, bem como sua estruturação quanto à organização dos temas trabalhados na ementa.

ESPECÍFICOS

- Conhecer os fundamentos históricos e doutrinários do direito constitucional.
- Estabelecer um liame entre a teoria constitucional, o direito constitucional e os demais ramos do direito.
- Desenvolver a ideia de constitucionalismo e estado democrático de direito no estado contemporâneo, o direito constitucional e seus principais fundamentos, como poder constituinte, a classificação das normas constitucionais, o controle de constitucionalidade e a hermenêutica constitucional.
- Estimular e proporcionar o desafio e o desenvolvimento da análise crítica e a pesquisa sobre o ordenamento jurídico

CONTEÚDO:

UNIDADE I

1. Direito Constitucional;
 - 1.1. Posição no quadro geral do direito;
 - 1.2. Formação da disciplina. Evolução. Fases;
 - 1.3. Objeto;
 - 1.4. Divisão;
2. Constituição;
 - 2.1. Conceito. Sentido formal e material. Estrutura. Elementos da constituição. Constituição no sentido: Sociológico, Político, Jurídico;
 - 2.2. Constituições brasileiras.
 - 2.3. Classificação das normas constitucionais quanto à eficácia jurídica;
 - 2.4. Classificação das constituições. Sistemas constitucionais;
 - 2.5. Elaboração constitucional: regras e órgãos;
 - 2.6. Poder constituinte e poder de reforma.
3. Distribuição de Competências – órgãos e entidades constitucionais. Poderes e funções.

UNIDADE II

4. Federação brasileira - Os Entes federados
 - 4.1. União
 - 4.2. Estados
 - 4.3. Município
 - 4.4. Distrito federal
5. Poderes do Estado: Legislativo; Executivo; Judiciário;
6. Funções Essenciais à Justiça

METODOLOGIA/MULTIMEIOS EDUCACIONAIS

A metodologia de caráter multifacetado tem como uma de suas finalidades subsidiar os processos de desenvolvimento e de construção das competências indispensáveis à prática profissional. Deve pautar-se por princípios interdisciplinares que permitam e atendam as especificidades da disciplina e possibilitem a abordagem problematizadora dos conteúdos e a utilização de diferentes procedimentos de ensino – aprendizagem com o auxílio de diferentes multimeios. Dos procedimentos metodológicos sugere-se: aulas expositivas dialogada; leitura, discussão e produção de texto; pesquisa bibliográfica e de campo; painéis; palestras; colóquios; rodas vivas e discussões em plenária; mapas conceituais; mesa redonda). Neste sentido, na vivência da metodologia, recomenda-se a adoção de trabalhos individuais que atendam a individualização das trajetórias e trabalhos de grupo que favoreçam a democratização do conhecimento

e a construção da cidadania coletiva.

AVALIAÇÃO

A avaliação é processual e tem caráter dialógico, visando prioritariamente a valorização das aprendizagens que constroem a identidade pessoal e profissional.

A metodologia de avaliação inclui o uso de procedimentos que permitam a verificação do aproveitamento, a superação de dificuldades de aprendizagem, a resignificação de conhecimentos e a construção das competências inerentes ao perfil do egresso. Na avaliação da aprendizagem dar-se-á especial atenção aos seguintes aspectos: aquisição de conhecimentos, clareza e objetividade nas argumentações oral e escrita, coerência e pertinência na apresentação de ideias/argumentos, senso crítico. Dentre os procedimentos de avaliação sugere-se a utilização de: prova escrita e oral, decorrência do ensino e aprendizagem.

BIBLIOGRAFIA:

BÁSICA

CUNHA JÚNIOR, Dirley da. **Curso de Direito Constitucional**. 8ª ed., Ed. JusPodvum, 2014.

MENDES, Gilmar Ferreira; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. **Curso de Direito Constitucional**. 9ª ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2014.

FERNANDES, Bernardo Gonçalves. **Curso de Direito Constitucional**. 6ª edição: Revista, ampliada e atualizada; Editora Jus Podium. 2014.

NOVELINO, Marcelo. **Manual de Direito Constitucional** - Volume Único, Edição 9ª, Editora: Forense, 2014.

COMPLEMENTAR

BARROSO, Luis Roberto. **Curso de Direito Constitucional Contemporâneo**. Editora Saraiva, 2014.

BASTOS, Celso Ribeiro. **Curso de Direito Constitucional**.

BONAVIDES, Paulo. **Curso de Direito Constitucional**. 28 ed. Malheiros. 2013.

BULOS, Uadi Lammego. **Curso de Direito Constitucional**. 9ª ed. Saraiva Editora. 2015.

FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. **Estado de Direito e Constituição**. 38 ed. São Paulo: Saraiva. 2012.

MARTINS, Flávia Bahia. **Curso de Direito Constitucional**. 3ª ed., Ed. Impetus, 2013.

MENDES, Gilmar. **Tratado de Direito Constitucional**. V.1 e V.2. Editora Saraiva, 2014.

SARLET, Ingo; MARINONI, Guilherme; MITIDIERO, Daniel. **Curso de Direito Constitucional**. 3ª ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2014.

SILVA, Jose Afonso. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. 38 ed. Malheiros, 2015.

TAVARES, André Ramos. **Curso de Direito Constitucional**. Ed. Saraiva, 2014.

TEMER, Michel. **Elementos do Direito Constitucional**. 24 ed. Editora Malheiros, 2012.

AESGA – Lei n. 2174 de 23 de Agosto de 1985

FDG – Unidade Acadêmica da AESGA

Curso
Bacharelado em Direito

Nome da Disciplina
Direito Civil I

Autenticação

Código DIR30160	Semestre 1º	CARGA HORÁRIA		CRÉDITOS	
		T	P	T	P
		60	-	04	-

PLANO DE CURSO

EMENTA: A disciplina estuda a parte introdutória do direito civil. Nesta, analisa-se os conceitos iniciais indispensáveis para o estudo do direito civil, englobando principalmente o estudo da lei. Estuda também a Lei de Introdução ao Código civil, até o estudo dos bens, merece destaque o estudo da personalidade jurídica da pessoa natural, principalmente na questão do nascituro, além do estudo aprofundado dos direitos da personalidade, instituto inovador, criado pelo legislador civilista de 2002.

OBJETIVOS:

GERAL

Transmitir ao corpo discente a base teórica do direito civil. Como compreendê-lo como ciência, concretizada em um sistema lógico e dedutivo. Assim, quer-se transmitir os conhecimentos técnicos e a dimensão ética relacionados a ciência global do direito material. Fomentar o interesse pela pesquisa, compondo um estudo voltado a uma assimilação teoricamente consistente.

ESPECÍFICOS

Transmitir ao corpo discente a base teórica do direito civil. Como compreendê-lo como ciência, concretizada em um sistema lógico e dedutivo. Assim, quer-se transmitir os conhecimentos

técnicos e a dimensão ética relacionados a ciência global do direito material. Fomentar o interesse pela pesquisa, compondo um estudo voltado a uma assimilação teoricamente consistente.

CONTEÚDO:

UNIDADE I

1. A norma jurídica como instrumento de composição dos conflitos inter-subjetivos. Elementos da norma jurídica: imperatividade e autorização. A dicotomia do direito: público e privado. Critérios distintivos. Interpenetração das categorias.
2. A tendência moderna à publicização do Direito Civil. A Constituição Federal de 1988 e seus reflexos no sistema civilístico brasileiro; a descentralização do Direito Civil: micro-sistemas jurídicos.
3. A Codificação do Direito Civil pátrio. Aspectos históricos e legislativos. As grandes codificações: os Códigos francês e o alemão, sua influência em outras codificações, inclusive a brasileira. O Novo Código Civil, suas inovações.
4. Estudo da Lei de Introdução ao Código Civil.

UNIDADE II

5. A personalidade como atributo jurídico. O sujeito de direito. Direito sem sujeito. Classificação das pessoas. Existência e duração da personalidade. Tutela jurídica do nascituro. Direitos da personalidade. Capacidades e incapacidades. Suprimento das incapacidades. Emancipação. Domicílio, espécies. Comoriência, Morte presumida.
6. Pessoa Jurídica. Conceito, natureza, classificação. Constituição e extinção da pessoa jurídica. Desconsideração da Pessoa Jurídica. Responsabilidade.
7. Objeto do Direito: Bens e Patrimônio. Diversas categorias de bens: corpóreos, incorpóreos, móveis e imóveis, consumíveis e inconsumíveis, divisíveis e indivisíveis, singulares e coletivos, bens públicos e particulares. Bens reciprocamente considerados. Coisas fora do comércio.

METODOLOGIA/MULTIMEIOS EDUCACIONAIS

A metodologia de caráter multifacetado tem como uma de suas finalidades subsidiar os processos de desenvolvimento e de construção das competências indispensáveis à prática profissional. Deve pautar-se por princípios interdisciplinares que permitam e atendam as especificidades da disciplina e possibilitem a abordagem problematizadora dos conteúdos e a utilização de diferentes procedimentos de ensino/aprendizagem com o auxílio de diferentes multimeios. Dos procedimentos metodológicos sugere-se: aulas expositivas dialogada; leitura, discussão e produção de texto; pesquisa bibliográfica e de campo; painéis; palestras; colóquios; rodas vivas e discussões em plenária; mapas conceituais; mesa redonda).

Neste sentido, na vivência da metodologia, recomenda-se a adoção de trabalhos individuais que atendam a individualização das trajetórias e trabalhos de grupo que favoreçam a democratização do conhecimento e a construção da cidadania coletiva.

AVALIAÇÃO

A avaliação é processual e tem caráter dialógico, visando prioritariamente a valorização das aprendizagens que constroem a identidade pessoal e profissional.

A metodologia de avaliação inclui o uso de procedimentos que permitam a verificação do aproveitamento, a superação de dificuldades de aprendizagem, a resignificação de conhecimentos e a construção das competências inerentes ao perfil do egresso. Na avaliação da aprendizagem dar-se-á especial atenção aos seguintes aspectos: aquisição de conhecimentos, clareza e objetividade nas argumentações oral e escrita, coerência e pertinência na apresentação de ideias/argumentos, senso crítico. Dentre os procedimentos de avaliação sugere-se a utilização de: prova escrita e oral, decorrência do ensino e aprendizagem.

BIBLIOGRAFIA:

BÁSICA

GONÇALVES, Carlos Roberto, Direito Civil Brasileiro, Parte Geral, Vol. I, 11 ed. São Paulo, Saraiva, 2013.

PAMPLONA, Rodolfo Filho, Novo Curso de Direito Civil, Parte Geral, Vol. I, 15 ed. São Paulo, Saraiva, 2013.

VENOSA, Sílvio de Salvo, Direito Civil, Parte Geral, Vol. I, 13 ed. São Paulo, Atlas, 2013.

COMPLEMENTAR

PAESANI, Liliana Minaldi, Direito e Internet. 5 ed. São Paulo, Atlas, 2012.

PUSSI, Willian Arthur, Personalidade Jurídica do Nascituro, 2 ed. São Paulo, Juruá, 2008.

VENOSA, Sílvio de Salvo, Código Civil Interpretado, 2 ed. São Paulo, Atlas, 2011.

AESGA – Lei n. 2174 de 23 de Agosto de 1985

FDG – Unidade Acadêmica da AESGA

Curso Bacharelado em Direito
--

Nome da Disciplina Sociologia Jurídica
--

Autenticação

Código	Semestre	CARGA HORÁRIA		CRÉDITOS	
		T	P	T	P
BAS2010960	1º	60	-	04	-

PLANO DE CURSO

EMENTA: A disciplina Sociologia Jurídica é uma das sociologias específicas, que tem por objeto de estudo o direito como fato social, através de métodos e técnicas de pesquisas (isto é, pesquisa baseada na observação controlada dos fatos). Indaga a realidade social total em função do direito, estudando as relações recíprocas existentes entre a realidade total e o fenômeno jurídico.

OBJETIVOS:

GERAL

Conduzir o estudante, desde os primeiros contatos, a entender o fenômeno sócio jurídico, sob uma visão científica, a disciplina abarca o direito nos seus fundamentos gerais, o conjunto de elementos normativos que abarcam as pessoas e as instituições na sua totalidade, formais e informais.

ESPECÍFICOS

Trabalha o direito na sua dimensão normativa, enquanto o mais efetivo sistema de controle social formal. Sinaliza para o conjunto de normas positivas que disciplinam as relações interpessoais, sociais e políticas, através dos poderes constituídos, o estado social do direito.

CONTEÚDO:

UNIDADE I

1. Conceito de Sociologia. Precusores. Sociologia como ciência. O objeto e os principais modelos teóricos em Sociologia. Marxismo, Positivismo e Culturalismo.

2. Sociologia Jurídica: conceito e temática. A metodologia sociológico- jurídica.
3. Quadro sociológico do Direito Brasileiro. A Sociologia Jurídica no Brasil.
4. Gênese social do Direito. Quadro comparativo do Direito primitivo e do Direito moderno.
5. Origens do Estado. Direito e poder político. As teorias do poder. A legitimidade do poder político.

UNIDADE II

6. Estratificação e mobilidade social. Ritos de passagem. Estamento, castas e classes. Patriarcalismo, racismo e gerações.
7. Direito e controle social. Direito e as demais normas sociais. Direito Público e Direito Privado.
8. Direito e mudança social. O direito e os movimentos sociais. Monismo e pluralismo jurídico. Sociologia do Direito natural. Direito e reforma. Direito e revolução.
9. Direito, religião e a família. Importância social do fenômeno religioso. 10. Quadro sociológico do Direito Brasileiro. A recepção. O processo emancipador.

METODOLOGIA/MULTIMEIOS EDUCACIONAIS

A metodologia de caráter multifacetado tem como uma de suas finalidades subsidiar os processos de desenvolvimento e de construção das competências indispensáveis à prática profissional. Deve pautar-se por princípios interdisciplinares que permitam e atendam as especificidades da disciplina e possibilitem a abordagem problematizadora dos conteúdos e a utilização de diferentes procedimentos de ensino/aprendizagem com o auxílio de diferentes multimeios. Dos procedimentos metodológicos sugere-se: aulas expositivas dialogada; leitura, discussão e produção de texto; pesquisa bibliográfica e de campo; painéis; palestras; colóquios; rodas vivas e discussões em plenária; mapas conceituais; mesa redonda). Neste sentido, na vivência da metodologia, recomenda-se a adoção de trabalhos individuais que atendam a individualização das trajetórias e trabalhos de grupo que favoreçam a democratização do conhecimento e a construção da cidadania coletiva.

AVALIAÇÃO

A avaliação é processual e tem caráter dialógico, visando prioritariamente a valorização das aprendizagens que constroem a identidade pessoal e profissional.

A metodologia de avaliação inclui o uso de procedimentos que permitam a verificação do aproveitamento, a superação de dificuldades de aprendizagem, a ressignificação de conhecimentos e a construção das competências inerentes ao perfil do egresso. Na avaliação da aprendizagem dar-se-á especial atenção aos seguintes aspectos: aquisição de conhecimentos, clareza e objetividade nas argumentações oral e escrita, coerência e pertinência na apresentação de ideias/argumentos, senso crítico. Dentre os procedimentos de avaliação sugere-se a utilização de: prova escrita e oral, decorrência do

ensino e aprendizagem.

BIBLIOGRAFIA:

BÁSICA

SALDANHA, Nelson Nogueira, Sociologia do Direito; NETO, A. L. Machado, Sociologia Jurídica. 6 ed. Saraiva.

SOARES, Ricardo Mauricio Freire, Sociologia do Direito ; São Paulo: Saraiva, 2012.

COMPLEMENTAR

MONTESQUENE, O Espírito das Leis; editora Martins.

ROUSSEAU, O Contrato Social; editora L &pm.

HOLANDA, Sérgio Buarque, Raízes do Brasil; editora Companhia das Letras

DURKHAIM, Emile, As Regras do Método Sociológico; editora Martin Claret.

FAORO, Raimundo, Os donos do poder; editora Globo.

KELSEN, Hans, Teoria Pura do Direito; 8 ed. editora Wmf Martins Fontes. 2009.

AESGA – Lei n. 2174 de 23 de Agosto de 1985

FDG – Unidade Acadêmica da AESGA

Curso
Bacharelado em Direito

Nome da Disciplina
Introdução ao Estudo do Direito II

Autenticação

Código	Semestre	CARGA HORÁRIA		CRÉDITOS	
		T	P	T	P
DIR30160	1º	60	-	04	-

PLANO DE CURSO

EMENTA: A disciplina estuda o Direito: gênese e Universidade do Fenômeno Jurídico. Ética e Normatividade. Direito e Moral. Direito e Justiça. Acepções do Direito. Direito Natural e Direito Positivo. Conceitos Fundamentais. Teoria da Norma. Teoria do Ordenamento Direito Público. Direito Privado. Noções sobre Direitos Fundamentais.

OBJETIVOS:

GERAL

Refletir sobre os aspectos teóricos e práticos da ciência jurídica que fundamentam a Introdução ao Estudo do Direito II.

ESPECÍFICOS

- Explicitar as diferentes fontes do Direito.
- Analisar os Princípios e Normas Jurídicas.
- Construir conhecimentos indispensáveis ao desenvolvimento, entendimento e aplicabilidade do Direito nos seus vários aspectos.
- Utilizar adequadamente os conhecimentos obtidos para uma vivência jurídica satisfatória a um operador do Direito.

CONTEÚDO:

UNIDADE I

1. Fontes do Direito.
2. Princípios e Normas Jurídicas.
3. Aplicação do Direito..
4. O Costume Jurídico.
5. Os Tratados Internacionais..
6. Equidade..

UNIDADE II

- 6.1.A Interpretação Jurídica.
- 6.2. Aplicação das Normas Jurídicas.
- 6.3. Eficácia das Normas Jurídicas.
- 6.4. Retroatividade das Normas Jurídicas.
- 6.5. Retroatividade e Irretroatividade Benéfica.

METODOLOGIA/MULTIMEIOS EDUCACIONAIS

A metodologia de caráter multifacetado tem como uma de suas finalidades subsidiar os processos de desenvolvimento e de construção das competências indispensáveis à prática profissional. Deve pautar-se por princípios interdisciplinares que permitam e atendam as especificidades da disciplina e possibilitem a abordagem problematizadora dos conteúdos e a utilização de diferentes procedimentos de ensino aprendizagem com o auxílio de diferentes multimeios. Dos procedimentos metodológicos sugere-se: aulas expositivas dialogada; leitura, discussão e produção de texto; pesquisa bibliográfica e de campo; painéis; palestras; colóquios; rodas vivas e discussões em plenária; mapas conceituais; mesa redonda). Neste sentido, na vivência da metodologia, recomenda-se a adoção de trabalhos individuais que atendam a individualização das trajetórias e trabalhos de grupo que favoreçam a democratização do conhecimento e a construção da cidadania coletiva.

AVALIAÇÃO

A avaliação é processual e tem caráter dialógico, visando prioritariamente a valorização das aprendizagens que constroem a identidade pessoal e profissional.

A metodologia de avaliação inclui o uso de procedimentos que permitam a verificação do aproveitamento, a superação de dificuldades de aprendizagem, a resignificação de conhecimentos e a

construção das competências inerentes ao perfil do egresso. Na avaliação da aprendizagem dar-se-á especial atenção aos seguintes aspectos: aquisição de conhecimentos, clareza e objetividade nas argumentações oral e escrita, coerência e pertinência na apresentação de ideias/argumentos, senso crítico. Dentre os procedimentos de avaliação sugere-se a utilização de: prova escrita e oral, decorrência do ensino e aprendizagem.

BIBLIOGRAFIA:

BÁSICA

REALE Miguel. Lições Preliminares de Direito, ajustada ao novo Código Civi.l São Paulo. Editora Saraiva,. 27ª Ed., 2009.

DINIZ Maria Helena- Compêndio de Introdução à Ciência do Direito. São Paulo: Editora Saraiva. 25 ed, 2014..

NUNES Rizzatto- Manual de Introdução ao Estudo do Direito. São Paulo: Editora Saraiva, 2014.

COMPLEMENTAR

NADER Paulo- Introdução ao Estudo do Direito- Editora Forene. 37 ed., 2015.

FERRAZ . Jr. Tércio Sampaio – Introdução ao Estudo do Direito. São Paulo. Atlas. 8 ed., 2015.

AESGA – Lei n. 2174 de 23 de Agosto de 1985

FDG – Unidade Acadêmica da AESGA

Curso
Bacharelado em Direito

Nome da Disciplina
Teoria da Argumentação Jurídica

Autenticação

Código	Semestre	CARGA HORÁRIA		CRÉDITOS	
		T	P	T	P
SEC057960	1º	60	-	04	-

PLANO DE CURSO

EMENTA: Estudo da Hermenêutica Jurídica e do pensamento e Linguagem dos Juristas em geral. Interpretação e Ideologia Jurídica. Retórica e Sentido. Principais concepções argumentativas do Direito. Argumentação e Poder Judiciário. O exercício da prática jurídica na redação de documentos jurídicos.

OBJETIVOS:

GERAL

Conhecer a teoria da argumentação jurídica, as regras mais relevantes e consubstanciadas da linguagem jurídica e seus usos

ESPECÍFICOS

- Demonstrar conhecimento na redação e eloquência forense
- Conhecer os fundamentos históricos, filosóficos e doutrinários da teoria da argumentação jurídica.
- Estudar os textos jurídicos para conhecer sua forma, seus elementos e sua estrutura jurídica e argumentativa.

CONTEÚDO:

UNIDADE I

9. Comunicação e Linguagem Jurídica
10. Elementos Constitutivos da Linguagem e do Pensamento Jurídico

11. O Discurso Jurídico

UNIDADE II

12. Argumentação Jurídica

13. Prática da Argumentação Jurídica

14. Os sistemas de Interpretação Jurídica Clássicos e Contemporâneos

15. O estudo da Analogia, da Jurisprudência e do Costume para a Prática e a Argumentação Jurídica

METODOLOGIA/MULTIMEIOS EDUCACIONAIS

A metodologia de caráter multifacetado tem como uma de suas finalidades subsidiar os processos de desenvolvimento e de construção das competências indispensáveis à prática profissional. Deve pautar-se por princípios interdisciplinares que permitam e atendam as especificidades da disciplina e possibilitem a abordagem problematizadora dos conteúdos e a utilização de diferentes procedimentos de ensino/aprendizagem com o auxílio de diferentes multimeios. Dos procedimentos metodológicos sugere-se: aulas expositivas dialogada; leitura, discussão e produção de texto; pesquisa bibliográfica e de campo; painéis; palestras; colóquios; rodas vivas e discussões em plenária; mapas conceituais; mesa redonda). Neste sentido, na vivência da metodologia, recomenda-se a adoção de trabalhos individuais que atendam a individualização das trajetórias e trabalhos de grupo que favoreçam a democratização do conhecimento e a construção da cidadania coletiva.

AVALIAÇÃO

A avaliação é processual e tem caráter dialógico, visando prioritariamente a valorização das aprendizagens que constroem a identidade pessoal e profissional.

A metodologia de avaliação inclui o uso de procedimentos que permitam a verificação do aproveitamento, a superação de dificuldades de aprendizagem, a resignificação de conhecimentos e a construção das competências inerentes ao perfil do egresso. Na avaliação da aprendizagem dar-se-á especial atenção aos seguintes aspectos: aquisição de conhecimentos, clareza e objetividade nas argumentações oral e escrita, coerência e pertinência na apresentação de ideias/argumentos, senso crítico. Dentre os procedimentos de avaliação sugere-se a utilização de: prova escrita e oral, decorrência do ensino e aprendizagem.

BIBLIOGRAFIA:

BÁSICA

HENRIQUES, A. **Argumentação e Discurso Jurídico**. São Paulo:Atlas, 2008.

MONTEIRO, C. de S. **Teoria da Argumentação Jurídica e Nova Retórica**. 4ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2003.

COMPLEMENTAR

ATIENZA, M. **Razões do Direito**: teorias da argumentação jurídica. 3 ed. São Paulo: Landy, 2006

KELSEN, H. **Teoria Geral da Normas**. Porto Alegre. SAFE: 1986.

PERELMAN, C. **Tratado de Argumentação**: a nova retórica. (s/d).

AESGA – Lei n. 2174 de 23 de Agosto de 1985

FDG – Unidade Acadêmica da AESGA

Curso Bacharelado em Direito
--

Nome da Disciplina Filosofia Jurídica

Autenticação

Código	Semestre	CARGA HORÁRIA		CRÉDITOS	
		T	P	T	P
BAS2011460	1º	60	-	04	-

PLANO DE CURSO

EMENTA: A guisa da reflexão dos fundamentos teórico-rationais e epistemológico primitivos que dão suporte à mitologia em toda cultura humana, suscita a compreensão de que o pensar humano é evolutivo, sistematizado, difundido e contextualizado ao longo da historicidade humana de forma sistêmica e dialética, quando evidencia as diferenças dos modos de pensar e das cosmovisões implícitas no mundo moderno quanto ao dualismo epistêmico (teoria x práxis), esta cadeira, desenvolve no aluno meios de percepção da sua relação com o mundo do trabalho e as contradições nele existentes, modelado pelo nosso sistema sócio-político tornando-o apto a entender-se que, enquanto homem, é sujeito político no contexto individual e coletivo da sociedade em que está inserido e por isso, também é responsável pela nova ordem política e social.

OBJETIVOS:

GERAL

Refletir sobre os aspectos da Filosofia do Direito, seus fundamentos no sentido crítico reflexivo, suas ideias, formulação dos direitos e as diversas possibilidades de justificação da compreensão do Direito.

ESPECÍFICOS

- Oferecer fundamentos conceituais que permita aos discentes, compreender a especificidade da investigação filosófica;
- Analisar a posição que a Filosofia do Direito ocupa perante o Direito Moderno;

- Construir conceitos que fundamentem a importância para a formação do profissional do Direito;
- Utilizar adequadamente crítica ao sistema jurídico, levando em consideração a jusfilosofia.

CONTEÚDO:

UNIDADE I

2. Noção preliminar de Filosofia – sua finalidade.
 - 2.2. Sobre a Filosofia.
 - 2.3. A Filosofia como práxis.
 - 2.4. Sobre a Filosofia do Direito.
 - 2.5. A especificidade da Filosofia do Direito.
 - 2.6. Filosofia do Direito e Filosofia.
 - 2.7. Filosofia do Direito e Direito.
 - 2.8. Um pensamento de juristas ou de filósofos?
 - 2.9. A expressão máxima da verdade do Direito.

UNIDADE II

2. Sobre a história da Filosofia do Direito.
 - 2.1. A Filosofia do Direito pré-contemporânea.
 - 2.2. Karl Marx: História, Dialética e Revolução.
 - 2.3. Hannah Arendt: Poder, Liberdade e Direitos Humanos.
 - 2.4. John Rawls: Ética, Instituições, Direitos e Deveres.
 - 2.5. Jürgen Habermas: Razão, Comunicativa e Direito.
 - 2.6. A finalidade da lei.
 - 2.7. A Crise Financeira Global e os Desafios para a Cultura dos Direitos Humanos

METODOLOGIA/MULTIMEIOS EDUCACIONAIS

A metodologia de caráter multifacetado tem como uma de suas finalidades subsidiar os processos de desenvolvimento e de construção das competências indispensáveis à prática profissional. Deve pautar-se por princípios interdisciplinares que permitam e atendam as especificidades da disciplina e possibilitem a abordagem problematizadora dos conteúdos e a utilização de diferentes procedimentos de ensino – aprendizagem com o auxílio de diferentes multimeios. Dos procedimentos metodológicos sugere-se: aulas expositivas dialogada; leitura, discussão e produção de texto; pesquisa bibliográfica e de campo; painéis; palestras; colóquios; rodas vivas e discussões em plenária; mapas conceituais; mesa redonda). Neste sentido, na vivência da metodologia, recomenda-se a adoção de trabalhos individuais que atendam a individualização das trajetórias e trabalhos de grupo que favoreçam a democratização do conhecimento e a construção da cidadania coletiva.

AVALIAÇÃO

A avaliação é processual e tem caráter dialógico, visando prioritariamente a valorização das aprendizagens que constroem a identidade pessoal e profissional.

A metodologia de avaliação inclui o uso de procedimentos que permitam a verificação do aproveitamento, a superação de dificuldades de aprendizagem, a resignificação de conhecimentos e a construção das competências inerentes ao perfil do egresso. Na avaliação da aprendizagem dar-se-á especial atenção aos seguintes aspectos: aquisição de conhecimentos, clareza e objetividade nas argumentações oral e escrita, coerência e pertinência na apresentação de ideias/argumentos, senso crítico. Dentre os procedimentos de avaliação sugere-se a utilização de: prova escrita e oral, decorrência do ensino e aprendizagem.

BIBLIOGRAFIA:

BÁSICA

ADEODATO, João Maurício - Filosofia do direito: uma crítica à verdade na ética e na ciência (em contraposição à ontologia de Nicolai Hortmann). 4ª ed. – São Paulo: Saraiva, 2009.

ALMEIDA, Guilherme Assis e Martha OchsenhoferChristmann – Ética e direito: uma perspectiva integrada. 3ª ed. – São Paulo: Atlas, 2009.

ARENDDT, Hannah – A condição humana; tradução Roberto Raposo, revisão técnica: Adriano Correia. – 11ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

BITTAR, Eduardo C. B. – Democracia, justiça e direitos humanos: estudos de teoria crítica e filosofia do direito. – São Paulo: Saraiva, 2011.

BITTAR, Eduardo Carlos Bianca – Linguagem jurídica. – 4ª ed. – São Paulo: Saraiva, 2009.

BITTAR, Eduardo Carlos Bianca e Guilherme Assis de Almeida – Curso de Filosofia do Direito. – 8ª ed. – São Paulo: Atlas, 2010.

BOBBIO, Norberto – A era dos direitos; tradução de Carlos Nelson Coutinho; apresentação de Celso Lafer. – Nova ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.

BOBBIO, Norberto – Elogio da serenidade e outros escritos morais; tradução Marco Aurélio Nogueira. – São Paulo: Editora UNESP, 2002.

BOBBIO, Norberto – O filósofo e a política: antropologia; organização e apresentação José Fernández Santillán; prefácio Norberto Bobbio; tradução César Benjamin (Palavras preliminares e partes I a V), Vera Ribeiro (partes VI a IX). – Rio de Janeiro: Contraponto, 2003.

REALE, Miguel – Filosofia do direito. – 20ª ed. - São Paulo: Saraiva, 2002.

REALE, Miguel – Lições preliminares de direito. – 27ª ed. – São Paulo: Saraiva, 2002.

COMPLEMENTAR

BOEHNER, Philotheus e Etienne Gilson – História da filosofia cristã: desde as origens até Nicolau de

Cusa; tradução e nota introdutória de Raimundo Vier. – 13ª ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

BONAVIDES, Paulo – Do Estado liberal ao Estado Social; 10ª ed. Editora Malheiros Editores LTDA, 2011.

BOSON, Gerson de Britto Mello – Filosofia do direito: interpretação antropológica. – Belo Horizonte: Del Rey, 1996 – 2ª edição.

DEL VECCHIO, Giorgio – História da filosofia do Direito: tradução de João Batista da Silva. – Belo Horizonte: Ed. Líder, 2006.

FERRAZ JUNIOR, Tercio Sampaio – Introdução ao estudo do direito: técnica, decisão, denominação. 6ª ed. – 2ª reimpr. – São Paulo: Atlas, 2010.

FOCAULT, Michel = Microfísica do poder; organização e tradução de Roberto Machado. – Rio de Janeiro: Edições Graal, 2002.

FOUCAULT, Michel – Vigiar e punir: nascimento da prisão; tradução de Raquel Ramalhete. 39ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

GROPALI, Alexandre – Filosofia do Direito; tradução: Servanda Editora. Campinas, SP: 2008.

GUSMÃO, Paulo Dourado de. – Filosofia do Direito. – Rio de Janeiro: Ed. Forense, 2004.

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich – Princípios da filosofia do direito; tradução Norberto de Paula Lima, adaptação e notas Márcio Pugliesi. – São Paulo: Ícone, 1997.

HUME, David – Tratado da natureza humana: uma tentativa de introduzir o método experimental de raciocínio nos assuntos morais; tradução Débora Danowski. – 2ª ed. rev. e ampliada. – São Paulo: Editora UNESP, 2009.

JARDIM, Eduardo e Hannah Arendt – Pensadora da crise e de um novo início; Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

LEITE, Flamarion Tavares – Manual de filosofia geral e jurídica: das origens a Kant. – 3ª ed. - Rio de Janeiro: Forense, 2011.

MASCARO, Alysson Leandro – Filosofia do direito. – São Paulo: Atlas, 2010.

MORRISON, Wayne – Filosofia do direito: dos gregos aos pós-modernismo; tradução Jefferson Luiz Camargo; revisão técnica Gildo Sá Leitão Rios. – São Paulo: Martins Fontes, 2006.

NADER, Paulo – Filosofia do Direito. 20ª ed. – Rio de Janeiro: Forense, 2011.

NALINI, José Renato – Filosofia e ética jurídica. – São Paulo: editora Revista dos Tribunais, 2008.

NUNES, Rizzatto – Manual de filosofia do direito. 4ª ed. rev. e ampl. – São Paulo: Saraiva, 2011.

NUNES, Rizzatto – Manual de introdução ao estudo do direito: com exercícios para sala de aula e lições de casa. – 9ª ed. – São Paulo: Saraiva, 2009.

3º PERÍODO

AESGA – Lei n. 2174 de 23 de Agosto de 1985

FDG – Unidade Acadêmica da AESGA

Curso
Bacharelado em Direito

Nome da Disciplina
Metodologia do Trabalho Científico e da Pesquisa Jurídica

Autenticação

Código	Semestre	CARGA HORÁRIA		CRÉDITOS	
		T	P	T	P
BAS1021360	1º	60	-	04	-

PLANO DE CURSO

EMENTA: A vida na universidade. A leitura de texto e a escrita. Concepção de ciência, conhecimento. As normas de citação. O método a pesquisa científica. Especificidade do texto científico. A produção científica. Metodologia de pesquisa social aplicadas ao Direito. Projeto de pesquisa aplicado ao Direito.

OBJETIVOS:

GERAL

Favorecer o desenvolvimento nos alunos de uma compreensão crítica das ferramentas e da importância da metodologia científica na realização das atividades acadêmicas, tais como, a produção de trabalhos científicos, a geração de novos conhecimentos e a valorização e a interação entre o ensino e a pesquisa.

ESPECÍFICOS

- Proporcionar ao discente a compreensão necessária a respeito da concepção de ciência, do conhecimento científico, dos métodos e das técnicas de pesquisa aplicada ao Direito .
- Viabilizar o entendimento das principais técnicas de leitura, assim como, o exercício da produção de textos acadêmicos voltados para a área jurídica.
- Possibilitar a compreensão dos componentes pré-textuais, textuais e pós-textuais do projeto de pesquisa na área do Direito.

CONTEÚDO:

UNIDADE I

1. A vida na universidade (procedimentos, atribuições do discente, organização do estudo etc.)
2. A leitura e a escrita científica (tipos de leitura, fases da leitura etc.)
3. Concepção de ciência e conhecimento (conceito, tipos de conhecimentos, etc.)
4. O método e a pesquisa científica (tipos de métodos, tipos de pesquisa)
5. Especificidades do texto científico (fichamento, resumo, resenha, paper, artigo científico)
6. As normas de citação (conceito, tipos, aplicação)

UNIDADE II

7. O trabalho científico (Normas da ABNT para produção científica)
8. A pesquisa aplicada ao Direito (técnicas, fontes, a coleta de dados, a análise, etc.)
9. O projeto de pesquisa (conceito, importância, normas, elementos etc.)
10. Elaboração de projeto de pesquisa na área jurídica.

METODOLOGIA/MULTIMEIOS EDUCACIONAIS

A metodologia de caráter multifacetado tem como uma de suas finalidades subsidiar os processos de desenvolvimento e de construção das competências indispensáveis à prática profissional. Deve pautar-se por princípios interdisciplinares que permitam e atendam as especificidades da disciplina e possibilitem a abordagem problematizadora dos conteúdos e a utilização de diferentes procedimentos de ensino aprendizagem com o auxílio de diferentes multimeios. Dos procedimentos metodológicos sugere-se: aulas expositivas dialogada; leitura, discussão e produção de texto; pesquisa bibliográfica e de campo; painéis; palestras; colóquios; rodas vivas e discussões em plenária; mapas conceituais; mesa redonda. Neste sentido, na vivência da metodologia, recomenda-se a adoção de trabalhos individuais que atendam a individualização das trajetórias e trabalhos de grupo que favoreçam a democratização do conhecimento e a construção da cidadania coletiva.

AVALIAÇÃO

A avaliação é processual e tem caráter dialógico, visando prioritariamente a valorização das aprendizagens que constroem a identidade pessoal e profissional.

A metodologia de avaliação inclui o uso de procedimentos que permitam a verificação do aproveitamento, a superação de dificuldades de aprendizagem, a resignificação de conhecimentos e a construção das competências inerentes ao perfil do egresso. Na avaliação da aprendizagem dar-se-á especial atenção aos seguintes aspectos: aquisição de conhecimentos, clareza e objetividade nas argumentações oral e escrita, coerência e pertinência na apresentação de ideias/argumentos, senso crítico.

Dentre os procedimentos de avaliação sugere-se a utilização de: prova escrita e oral, decorrência do ensino e aprendizagem.

BIBLIOGRAFIA:

BÁSICA

MEZZARROBA, Orides e MONTEIRO, Cláudia Servilha. Manual de metodologia da pesquisa no direito. 5 ed., São Paulo: Saraiva, 2009.

LAKATOS, Eva M. & MARCONI, Marina de Andrade. Fundamentos da Metodologia científica, 7ª edição, São Paulo: Altas, 2010.

COMPLEMENTAR

ECO, Umberto. Como se faz uma tese?, 22ª ed. Rio de Janeiro: Perspectiva, 2009.

GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 4ª ed. – 12ª reimpr. São Paulo: Atlas, 2009.

GIL, Antônio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa Social. 6ª ed. – 2ª reimpr. São Paulo: Atlas, 2009.

HENRIQUE, Antônio e MEDEIROS, João Bosco. Monografia no curso de direito: Como elaborar o trabalho de conclusão de curso (TCC), 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MEDEIROS, João Bosco. Redação científica: A prática de fichamento, resumos e resenhas, 10ª edição – São Paulo: Atlas, 2008.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). Pesquisa social: Teoria, método e criatividade, 27 ed. Petrópolis – RJ: Vozes, 2008.

OLIVEIRA, Bernardina Maria Juvenal Freire de. Conversas sobre normalização de trabalhos acadêmicos. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2007.

RAMOS, Albenides. Metodologia da pesquisa científica: Como uma monografia pode abrir o horizonte do conhecimento. São Paulo: Atlas, 2009.

SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do trabalho científico, 22ª edição revista e ampliada, São Paulo: Cortez, 2002.

AESGA – Lei n. 2174 de 23 de Agosto de 1985

FDG – Unidade Acadêmica da AESGA

Curso
Bacharelado em Direito

Nome da Disciplina
Direito Constitucional II

Autenticação

Código	Semestre	CARGA HORÁRIA		CRÉDITOS	
		T	P	T	P
DIR3021860	1º	60	-	04	-

PLANODECURSO

EMENTA: Dos direitos das pessoas face ao Estado, das respectivas garantias constitucionais, da seguridade social, da proteção à educação, ao meio ambiente e à família, dos direitos de nacionalidade e políticos. Encerra-se o programa com a defesa do Estado.

OBJETIVOS:

GERAL

Enfocar a importância da teoria da Constituição em um modelo neo-constitucionalista frente à limitação não só do poder político, mas também do poder econômico e da expansão constitucional.

ESPECÍFICOS

- Estudar as características, a natureza, a evolução e as dimensões dos direitos fundamentais.
- Compreender a necessidade de se interpretar a legislação infraconstitucional de acordo com a eficácia irradiante dos direitos fundamentais.
- Estabelecer a estruturação do ordenamento jurídico nacional de acordo com o epicentro axiológico da ordem constitucional (princípio da dignidade da pessoa humana).
- Estudar e delimitar a eficácia dos direitos e garantias fundamentais nos moldes desse novo modelo de Estado Constitucional.
- Compreender o conteúdo dos dispositivos que cuidam de cada direito fundamental.

CONTEÚDO:

UNIDADE I

1. Do Estado e os Direitos das Pessoas

2. Os Direitos Fundamentais
3. Direito da Nacionalidade
4. Direitos Políticos

UNIDADE II

5. As Garantias Constitucionais – Remédios Constitucionais
6. A Ordem Social
7. A Defesa Do Estado E Das Instituições Democráticas
 - 7.1 Estado de Sítio
 - 7.2 Estados de Defesa
 - 7.3 Intervenção federal

METODOLOGIA/MULTIMEIOS EDUCACIONAIS

A metodologia de caráter multifacetado tem como uma de suas finalidades subsidiar os processos de desenvolvimento e de construção das competências indispensáveis à prática profissional. Deve pautar-se por princípios interdisciplinares que permitam e atendam as especificidades da disciplina e possibilitem a abordagem problematizadora dos conteúdos e a utilização de diferentes procedimentos de ensino aprendizagem com o auxílio de diferentes multimeios. Dos procedimentos metodológicos sugere-se: aulas expositivas dialogada; leitura, discussão e produção de texto; pesquisa bibliográfica e de campo; painéis; palestras; colóquios; rodas vivas e discussões em plenária; mapas conceituais; mesa redonda). Neste sentido, na vivência da metodologia, recomenda-se a adoção de trabalhos individuais que atendam a individualização das trajetórias e trabalhos de grupo que favoreçam a democratização do conhecimento e a construção da cidadania coletiva.

AVALIAÇÃO

A avaliação é processual e tem caráter dialógico, visando prioritariamente a valorização das aprendizagens que constroem a identidade pessoal e profissional.

A metodologia de avaliação inclui o uso de procedimentos que permitam a verificação do aproveitamento, a superação de dificuldades de aprendizagem, a resignificação de conhecimentos e a construção das competências inerentes ao perfil do egresso. Na avaliação da aprendizagem dar-se-á especial atenção aos seguintes aspectos: aquisição de conhecimentos, clareza e objetividade nas argumentações oral e escrita, coerência e pertinência na apresentação de ideias/argumentos, senso crítico. Dentre os procedimentos de avaliação sugere-se a utilização de: prova escrita e oral, decorrência do ensino e aprendizagem.

BIBLIOGRAFIA:

BÁSICA

BULOS, UadiLammego. **Curso de Direito Constitucional**. 9ª ed. Saraiva Editora. 2015.

FERNANDES, Bernardo Gonçalves. **Curso de Direito Constitucional**. 6ª edição: Revista, ampliada e

atualizada; Editora JusPodium. 2014.

NOVELINO, Marcelo. **Manual de Direito Constitucional** - Volume Único, Edição 9ª, Editora: Forense, 2014. FERNANDES, Bernardo Gonçalves. **Curso de Direito Constitucional**. 6ª edição: Revista, ampliada e atualizada; Editora JusPodium. 2014.

CUNHA JÚNIOR, Dirleyda. **Curso de Direito Constitucional**. 8ª ed., Ed. JusPodvum, 2014.

NOVELINO, Marcelo. **Manual de Direito Constitucional** - Volume Único, Edição 9ª, Editora: Forense, 2014.

MENDES, Gilmar Ferreira; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. **Curso de Direito Constitucional**. 9ª ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2014.

COMPLEMENTAR

BULOS, Uadi Lammego. **Curso de Direito Constitucional**. 9ª ed. Saraiva Editora. 2015.

BARROSO, Luis Roberto. **Curso de Direito Constitucional Contemporâneo**. Editora Saraiva, 2014.

BASTOS, Celso Ribeiro. **Curso de Direito Constitucional**.

BONAVIDES, Paulo. **Curso de Direito Constitucional**. 28 ed. Malheiros. 2013.

CUNHA JÚNIOR, Dirleyda. **Curso de Direito Constitucional**. 8ª ed., Ed. JusPodvum, 2014.

FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. **Estado de Direito e Constituição**. 38 ed. São Paulo: Saraiva. 2012.

MARTINS, Flávia Bahia. **Curso de Direito Constitucional**. 3ª ed., Ed. Impetus, 2013.

MENDES, Gilmar. **Tratado de Direito Constitucional**. V.1 e V.2. Editora Saraiva, 2014.

SARLET, Ingo; MARINONI, Guilherme; MITIDIERO, Daniel. **Curso de Direito Constitucional**. 3ª ed. rev., atual. ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2014.

SILVA, Jose Afonso. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. 38 ed. Malheiros, 2015.

TAVARES, André Ramos. **Curso de Direito Constitucional**. Ed. Saraiva, 2014.

TEMER, Michel. **Elementos do Direito Constitucional**. 24 ed. Editora Malheiros, 2012.

AESGA – Lei n. 2174 de 23 de Agosto de 1985

FDG – Unidade Acadêmica da AESGA

Curso Bacharelado em Direito
--

Nome da Disciplina Direito Civil II

Autenticação

Código	Semestre	CARGA HORÁRIA		CRÉDITOS	
		T	P	T	P
DIR3021660	1º	60	-	04	-

PLANODECURSO

EMENTA: A disciplina estuda a parte introdutória do direito civil. Nesta, analisa-se os conceitos sobre fatos jurídicos em sentido amplo e o estudo dos negócios jurídicos, finalizando com o estudo da prova no Código Civil.

OBJETIVOS:

GERAL

Transmitir ao corpo discente a base teórica do direito civil. Como compreender o fenômeno jurídico, gerando da maioria das relações jurídicas de natureza patrimonial. Assim, quer-se transmitir os conhecimentos técnicos e a dimensão ética relacionados a ciência global do direito material. Fomentar o interesse pela pesquisa, compondo um estudo voltado a assimilação teoricamente consistente.

ESPECÍFICOS

- Definir e classificar os fatos jurídicos em sentido amplo;
- Estudar de forma aprofundada todos os aspectos da legislação material referente aos negócios jurídicos, abordando todos os temas elencados no código civil, além dos seus elementos existenciais.

CONTEÚDO:

UNIDADE I

1. FATO JURÍDICO: Sentido amplo e sentido restrito. Classificação dos fatos jurídico sem sentido amplo. Ato jurídico em sentido estrito e negócio jurídico (visão do Código Civil vigente). Controvérsias doutrinárias (a tese recepcionada pelo Novo Código Civil). O negócio jurídico.
2. PLANO DE EXISTÊNCIA: Elementos constitutivos do negócio jurídico. Manifestação de vontade. Agente emissor da vontade, objeto, forma e causa.
3. PLANO DE VALIDADE: pressupostos de validade do negócio jurídico: manifestação válida de vontade; agente emissor da vontade, capaz e legitimado. A representação. Objeto lícito possível determinado ou determinável e forma prescrita ou não defesa em lei.
4. VÍCIOS DO NEGÓCIO JURÍDICO: Vícios do consentimento: erro, dolo e coação; vícios sociais: simulação e fraude contra credores. A lesão e o estado de perigo no Novo código Civil.
5. INVALIDADE DO NEGÓCIO JURÍDICO: Considerações prévias sobre a existência do ato ou negócio jurídico. Nulidade absoluta, nulidade relativa. Efeitos da declaração de nulidade do ato viciado.

UNIDADE II

6. Elementos acidentais limitadores da eficácia do negócio jurídico: condição, termo, modo ou encargo.
7. Prova do negócio jurídico: confissão, prova documental, testemunhal. Presunção, prova pericial.
8. Ato ilícito. Inexistência de diferença ontológica entre o ilícito civil e o ilícito penal. Tratamento nos códigos civil vigente e no Novo Código. O abuso de direito. Causas excludentes de ilicitude.
9. Fundamentos sociais da Limitação Temporal de Direitos e pretensões. Distinção entre PRESCRIÇÃO e DECADÊNCIA. Os dois institutos na regulamentação do Novo Código Civil. Causas impeditivas, suspensivas e interruptivas. Prazos prescricionais e decadenciais no atual e no Novo Código Civil.

METODOLOGIA/MULTIMEIOS EDUCACIONAIS

A metodologia de caráter multifacetado tem como uma de suas finalidades subsidiar os processos de desenvolvimento e de construção das competências indispensáveis à prática profissional. Deve pautar-se por princípios interdisciplinares que permitam e atendam as especificidades da disciplina e possibilitem a abordagem problematizadora dos conteúdos e a utilização de diferentes procedimentos de ensino aprendizagem com o auxílio de diferentes multimeios. Dos procedimentos metodológicos sugere-se: aulas expositivas dialogada; leitura, discussão e produção de texto; pesquisa bibliográfica e de campo; painéis; palestras; colóquios; rodas vivas e discussões em plenária; mapas conceituais; mesa redonda). Neste sentido, na vivência da metodologia, recomenda-se a adoção de trabalhos individuais que atendam

a individualização das trajetórias e trabalhos de grupo que favoreçam a democratização do conhecimento e a construção da cidadania coletiva.

AVALIAÇÃO

A avaliação é processual e tem caráter dialógico, visando prioritariamente a valorização das aprendizagens que constroem a identidade pessoal e profissional.

A metodologia de avaliação inclui o uso de procedimentos que permitam a verificação do aproveitamento, a superação de dificuldades de aprendizagem, a resignificação de conhecimentos e a construção das competências inerentes ao perfil do egresso. Na avaliação da aprendizagem dar-se-á especial atenção aos seguintes aspectos: aquisição de conhecimentos, clareza e objetividade nas argumentações oral e escrita, coerência e pertinência na apresentação de ideias/argumentos, senso crítico. Dentre os procedimentos de avaliação sugere-se a utilização de: prova escrita e oral, decorrência do ensino e aprendizagem.

BIBLIOGRAFIA:

BÁSICA

GONÇALVES, Carlos Roberto, Direito Civil Brasileiro, Parte Geral, Vol. I, 21 ed. São Paulo, Saraiva, 2013.

PAMPLONA, Rodolfo Filho, Novo Curso de Direito Civil, Parte Geral, Vol. I, 15 ed. São Paulo, Saraiva, 2013.

NEVES, Sílvio Batista, Ensaio de Direito Civil, São Paulo, Método.

COMPLEMENTAR

VENOSA, Sílvio de Salvo, Código Civil Interpretado, 2 ed. São Paulo, Atlas, 2011.

VENOSA, Sílvio de Salvo, Direito Civil, Parte Geral, Vol. I, 13 ed. São Paulo, Atlas, 2013.

AESGA – Lei n. 2174 de 23 de Agosto de 1985

FDG – Unidade Acadêmica da AESGA

Curso
Bacharelado em Direito

Nome da Disciplina
Teoria Geral do Processo

Autenticação

Código	Semestre	CARGA HORÁRIA		CRÉDITOS	
		T	P	T	P
DIR3021560	1º	60	-	04	-

PLANO DE CURSO

EMENTA: Conceitos jurídicos fundamentais processuais. Jurisdição. Ação. Processo. Norma processual. Normas fundamentais processuais. Acesso à justiça. História do processo.

OBJETIVOS:

GERAL

Proporcionar o conhecimento e o entendimento acerca dos princípios e normas que regem o Direito Processual Civil, fornecendo as necessárias noções sobre a fundamentação histórica, teórica e constitucional do Direito Processual Brasileiro, com o ensino dos paradigmas teóricos e práticos vigentes.

ESPECÍFICOS

- Estudar os fundamentos históricos, conceituais e hermenêuticos do direito processual brasileiro, notadamente os princípios reitores e as normas gerais.
- Possibilitar a compreensão dos institutos fundamentais do direito processual: a ação, a jurisdição, o processo e demais institutos inerentes.

CONTEÚDO:

I UNIDADE

1. Conceitos de processo, direito processual e Teoria Geral do Processo.
2. Norma jurídica processual.
 - 2.1. Conceito.
 - 2.2. Fontes.
 - 2.3. Aplicação no tempo e no espaço.
 - 2.4. Competência legislativa.
3. Noções sobre a história da ciência do processo e do direito processual brasileiro.
4. Normas fundamentais processuais.
 - 4.1. Normas fundamentais constitucionais.
 - 4.2. Normas fundamentais infraconstitucionais.

II UNIDADE

5. Jurisdição.
6. Pressupostos Processuais.
7. Ação.
8. Preclusão.
9. Acesso à justiça

METODOLOGIA/MULTIMEIOS EDUCACIONAIS

A metodologia de caráter multifacetado tem como uma de suas finalidades subsidiar os processos de desenvolvimento e de construção das competências indispensáveis à prática profissional. Deve pautar-se por princípios interdisciplinares que permitam e atendam as especificidades da disciplina e possibilitem a abordagem problematizadora dos conteúdos e a utilização de diferentes procedimentos de ensino aprendizagem com o auxílio de diferentes multimeios. Dos procedimentos metodológicos sugere-se: aulas expositivas dialogada; leitura, discussão e produção de texto; pesquisa bibliográfica e de campo; painéis; palestras; colóquios; rodas vivas e discussões em plenária; mapas conceituais; mesa redonda). Neste sentido, na vivência da metodologia, recomenda-se a adoção de trabalhos individuais que atendam a individualização das trajetórias e trabalhos de grupo que favoreçam a democratização do conhecimento e a construção da cidadania coletiva.

AVALIAÇÃO

A avaliação é processual e tem caráter dialógico, visando prioritariamente a valorização das aprendizagens que constroem a identidade pessoal e profissional.

A metodologia de avaliação inclui o uso de procedimentos que permitam a verificação do aproveitamento, a superação de dificuldades de aprendizagem, a resignificação de conhecimentos e a construção das competências inerentes ao perfil do egresso. Na avaliação da aprendizagem dar-se-á especial atenção aos seguintes aspectos: aquisição de conhecimentos, clareza e objetividade nas argumentações oral e escrita, coerência e pertinência na apresentação de ideias/argumentos, senso crítico. Dentre os procedimentos de avaliação sugere-se a utilização de: prova escrita e oral, decorrência do ensino e aprendizagem.

BIBLIOGRAFIA:

BÁSICA

CINTRA, Antônio C. de A.; GRINOVER, Ada P.; DINAMARCO, Cândido R.. **Teoria Geral do Processo**. 29 ed. Malheiros. 2013.

ALVIM, Carreira Alvim. **Teoria geral do Processo**. 15 ed. Forense. 2012.

JUNIOR, Fredie Didier. **Curso de Direito Processual Civil**, 17ª edição, v.1, Editora Juspodium, 2015.

GONÇALVES, Marcus Vinicius Rios. **Direito Processual Civil Esquemático**, 4ª edição, Saraiva, 2014.

NEVES, Daniel Amorim Assumpção. **Manual de Direito Processual Civil**, Editora Método, 2015.

COMPLEMENTAR

MARINONI, Luiz Guilherme. **Curso de Processo Civil: Teoria Geral do Processo**. V. 1. 6 ed. Revista dos Tribunais. 2012

SILVA, Ovídio A. Baptista da. **Curso de Processo Civil: Processo de Conhecimento**. V. 1. Forense.

BERMUDES, Sérgio. **Introdução ao Processo Civil**. 5 ed. Forense. 2010.

WAMBIER, Luiz Rodrigues; TALAMINE, Eduardo. **Curso Avançado de Processo Civil**, vol 1, 14ª edição, 2014.

CORREIA, Marcus Orioni Gonçalves. **Teoria Geral do Processo**, Editora Saraiva.

JUNIOR, Humberto Theodoro. **Curso de Direito Processual Civil**, v.1, 55ª edição revista e atualizada.

AESGA – Lei n. 2174 de 23 de Agosto de 1985

FDG – Unidade Acadêmica da AESGA

Curso
Bacharelado em Direito

Nome da Disciplina
Direito Penal I

Autenticação

Código	Semestre	CARGA HORÁRIA		CRÉDITOS	
		T	P	T	P
		DIR2011160	1º	60	-

PLANO DE CURSO

EMENTA:

Disciplina teórico-científica de relevância para o entendimento dos princípios do direito penal. Abrange a evolução histórica, o embasamento doutrinário, os princípios gerais, os conceitos, as categorias, os institutos, as problemáticas teóricas, o acervo terminológico específico, além das tendências atuais.

OBJETIVOS:

GERAL

Explicar o papel do Direito Penal I no curso de direito e na sociedade e sua importância para entender as relações com as diversas profissões que envolvem a matéria e com o operador do direito;

ESPECÍFICOS

1. Capacitar o acadêmico a identificar e a diferenciar as diversas relações mantidas necessariamente entre o Estado e a pacificação social;
2. Identificar as normas aplicáveis e as características de cada situação, de modo a formular soluções de problemas e questões relevantes para o direito penal.

CONTEÚDO:

UNIDADE I

1. Conceito de direito penal

- Denominação
- Definições
- Caracteres

2. Conteúdo do Direito Penal

- Direito Penal Objetivo e Subjetivo
- Caráter dogmático
- Direito Penal Comum e Especial
- Direito Penal material e formal
- Princípios fundamentais do Direito Penal

3. Relações do direito penal

- Relações com as ciências jurídicas fundamentais.
- Relações com outros ramos de ciências jurídicas.
- Relações com as disciplinas auxiliares do Direito Penal.
- Ciências penais (a Criminologia).

4. Evolução histórica do direito penal

- Períodos: primitivo, humanitário (BECCARIA e JOHN HOWARD), científico (LOMBROSO).
- As Escolas Penais.
- A história do Direito Penal no Brasil.
- A reforma do sistema penal (Lei n. 7.209/84).

5. Fontes do direito penal

- Conceito
- Espécies

UNIDADE II

1. Da norma penal

- Conceito e conteúdo da norma penal. Técnica legislativa.
- Teoria de Binding
- Classificação das normas penais
- Caracteres das normas penais
- Norma penal em branco. Conceito. Classificação.
- A interpretação da norma penal. A analogia.
- A validade da lei penal em relação ao tempo.
- Validade da lei penal em relação ao espaço. Imunidades e prerrogativas funcionais.
- Concurso aparente de normas penais.
- Disposições finais sobre a aplicação da lei penal: eficácia da sentença penal estrangeira.

- Contagem do prazo. Frações não computáveis na pena. Legislação especial.

2.O fato punível

- Conceito, formal e material.

- Divisão bipartida e tripartida da infração penal. A posição do Código Penal Brasileiro.

- Elementos essenciais do crime.

- A tipicidade. Função do tipo. Divisão dos tipos.

METODOLOGIA/MULTIMEIOS EDUCACIONAIS

A metodologia de caráter multifacetado tem como uma de suas finalidades subsidiar os processos de desenvolvimento e de construção das competências indispensáveis à prática profissional. Deve pautar-se por princípios interdisciplinares que permitam e atendam as especificidades da disciplina e possibilitem a abordagem problematizadora dos conteúdos e a utilização de diferentes procedimentos de ensino aprendizagem com o auxílio de diferentes multimeios. Dos procedimentos metodológicos sugere-se: aulas expositivas dialogada; leitura, discussão e produção de texto; pesquisa bibliográfica e de campo; painéis; palestras; colóquios; rodas vivas e discussões em plenária; mapas conceituais; mesa redonda). Neste sentido, na vivência da metodologia, recomenda-se a adoção de trabalhos individuais que atendam a individualização das trajetórias e trabalhos de grupo que favoreçam a democratização do conhecimento e a construção da cidadania coletiva.

AVALIAÇÃO

A avaliação é processual e tem caráter dialógico, visando prioritariamente a valorização das aprendizagens que constroem a identidade pessoal e profissional.

A metodologia de avaliação inclui o uso de procedimentos que permitam a verificação do aproveitamento, a superação de dificuldades de aprendizagem, a resignificação de conhecimentos e a construção das competências inerentes ao perfil do egresso. Na avaliação da aprendizagem dar-se-á especial atenção aos seguintes aspectos: aquisição de conhecimentos, clareza e objetividade nas argumentações oral e escrita, coerência e pertinência na apresentação de ideias/argumentos, senso crítico. Dentre os procedimentos de avaliação sugere-se a utilização de: prova escrita e oral, decorrência do ensino e aprendizagem.

BIBLIOGRAFIA:

BÁSICA

BITENCOURT, Cezar Roberto. **Código Penal Comentado**. São Paulo: Saraiva.

BITENCOURT, Cezar Roberto. **Tratado de Direito Penal. Parte Geral**. 17ª edição. São Paulo: Saraiva.

GOMES, Luis Flavio. **Direito Penal, parte geral, 2ª edição.** Ed. Revista dos Tribunais.

GRECO, Rogerio. **Curso de Direito Penal.** Vol 1. Ed. Impetrus.

JESUS, Damásio E. de. **Direito Penal. Vol. 1, P. Geral.** São Paulo: Saraiva.

MIRABETE, Fabbrini. **Manual de Direito Penal. Vol. 1.** Atlas.

COMPLEMENTAR

BITENCOURT, Cesar Roberto. Tratado de Direito Penal. Parte Geral. 17ª edição. Editora Saraiva.

CAPEZ, Fernando. Curso de Direito Penal, parte geral. 18ª edição. Ed. Saraiva;

GOMES, Luis Flavio. Direito Penal, parte geral, 2ª edição. Ed. Revista dos Tribunais;

GRECO, Rogerio. Curso de Direito Penal, parte geral. Vol. I. Ed. Impetus.

MASSON, Cleber. Direito Penal: art. 1 ao 120. editora Método;

QUEIROZ, Paulo. Direito Penal, Parte Geral, 5ª edição. Ed. Lumen Juris;

AESGA – Lei n. 2174 de 23 de Agosto de 1985

FDG – Unidade Acadêmica da AESGA

Curso
Bacharelado em Direito

Nome da Disciplina
Ética Geral e Profissional

Autenticação

Código	Semestre	CARGA HORÁRIA		CRÉDITOS	
		T	P	T	P
DIR30160	1º	60	-	04	-

PLANO DE CURSO

EMENTA: A disciplina estuda a Ética Geral e a Profissional. Conceito de Ética. Moral Absoluta ou Relativa? A classificação da Ética. A Ética dos Bens. Relação da Ética com as outras Ciências. A Ética e a Profissão Forense. A Ética do Advogado, do Juiz, do Defensor Público, do Promotor de Justiça.

OBJETIVOS:

GERAL

Refletir sobre os aspectos Éticos indispensáveis à uma convivência ordenada, pautada no respeito e no cumprimento dos deveres éticos e na busca dos direitos e da justiça.

ESPECÍFICOS

- Explicitar os objetos e finalidade da Ética Geral e Profissional.
- Analisar a vivência da ética dentro da convivência profissional e social.
- Construir conhecimentos indispensáveis ao desempenho das atividades forenses.
- Utilizar adequadamente os conhecimentos obtidos dentro dos conteúdos vivenciados no estudo do Estatuto da Advocacia e do Código de Ética, EOAB sua eficaz aplicabilidade.

CONTEÚDO:

UNIDADE I

1. Conceito de Ética.
2. Introdução.
3. Conceito de Moral..
4. Relação da ética com as outras Ciências..
5. A Ética e a Moral
6. A Ética e a sociedade.
- 7- A Ética e a Profissão Forense..
8. Conceito de Profissão.
9. A Ética e o estudante de direito.
10. Estudo Interpretativo dos artigos constantes do Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil..

UNIDADE II

- 10.1 código de ética e disciplina da OAB..
- 10.2. Da Ética do Advogado..
- 10.3. Das regras deontológicas fundamentais..
- 10.4. Das relações com o cliente.
- 10.5. Do sigilo Profissional.
- 10.6. Da Publicidade.
- 10.7. do dever de Urbanidade.
- 10.8. Das disposições gerais.
- 10.9 . Do processo disciplinar.
- 10.10. Das disposições gerais e transitórias.

METODOLOGIA/MULTIMEIOS EDUCACIONAIS

A metodologia de carácter multifacetado tem como uma de suas finalidades subsidiar os processos de desenvolvimento e de construção das competências indispensáveis à prática profissional. Deve pautar-se por princípios interdisciplinares que permitam e atendam as especificidades da disciplina e possibilitem a abordagem problematizadora dos conteúdos e a utilização de diferentes procedimentos de ensino aprendizagem com o auxílio de diferentes multimeios. Dos procedimentos metodológicos sugere-se: aulas expositivas dialogada; leitura, discussão e produção de texto; pesquisa bibliográfica e de campo; painéis; palestras; colóquios; rodas vivas e discussões em plenária; mapas conceituais; mesa redonda). Neste sentido, na vivência da metodologia, recomenda-se a adoção de trabalhos individuais que atendam a individualização das trajetórias e trabalhos de grupo que favoreçam a democratização do conhecimento e a construção da cidadania coletiva.

AVALIAÇÃO

A avaliação é processual e tem caráter dialógico, visando prioritariamente a valorização das aprendizagens que constroem a identidade pessoal e profissional.

A metodologia de avaliação inclui o uso de procedimentos que permitam a verificação do aproveitamento, a superação de dificuldades de aprendizagem, a resignificação de conhecimentos e a construção das competências inerentes ao perfil do egresso. Na avaliação da aprendizagem dar-se-á especial atenção aos seguintes aspectos: aquisição de conhecimentos, clareza e objetividade nas argumentações oral e escrita, coerência e pertinência na apresentação de ideias/argumentos, senso crítico. Dentre os procedimentos de avaliação sugere-se a utilização de: prova escrita e oral, decorrência do ensino e aprendizagem.

BIBLIOGRAFIA:

BÁSICA

BITTAR, Eduardo C. B. Curso de ética Jurídica. São Paulo: Editora Saraiva. 11ª Ed., 2014.

Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil e Código de Ética – Comentado.

NALINI José Renato.- Ética Geral e Profissional- São Paulo.- Editora Revista dos TRIBUNAIS. 12ª Ed.,2015.

Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil. EOAB E Código de Ética e disciplina., 2007.

MAMEDE, GLADSTON- Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil- São Paulo- Atlas, 2014.

SODRÉ Eduardo- Estatuto da Advocacia- Regulamento Geral e Código de Ética. .

.

COMPLEMENTAR

CAMARGO, Marculino. Fundamentos de Ética Geral e Profissional - 6ª Ed.

4º PERÍODO

AESGA – Lei n. 2174 de 23 de Agosto de 1985

FDG – Unidade Acadêmica da AESGA

Curso
Bacharelado em Direito

Nome da Disciplina
Direito Administrativo I

Autenticação

Código	Semestre	CARGA HORÁRIA		CRÉDITOS	
		T	P	T	P
DIR5042560	1º	60	-	04	-

PLANO DE CURSO

EMENTA: O direito administrativo e suas relações com outros ramos do direito. A administração pública na ordem jurídico-constitucional. O sistema administrativo brasileiro. O estudo dos poderes instrumentais da administração pública. Ato administrativo e servidores públicos.

OBJETIVOS:

GERAL

Fornecer aos alunos uma visão geral acerca dos conceitos basilares do direito administrativo (princípios, administração pública e agentes públicos), estimulando um raciocínio crítico-reflexivo sobre os institutos estudados, assim como a adequação do direito processual penal à realidade.

ESPECÍFICOS

- Despertar o interesse do aluno pelo direito administrativo, a fim de que compreenda a importância dos conteúdos tratados em sala de aula para o exercício da cidadania e da profissão que pretenda seguir;
- Discutir os temas da disciplina a partir de situações vivenciadas na atualidade;
- Explicitar as noções preliminares do direito administrativo (origem e evolução histórica), com a compreensão acerca dos princípios constitucionais explícitos (legalidade, impessoalidade,

moralidade, publicidade e eficiência) e implícitos (supremacia do interesse público e a indisponibilidade do interesse público);

- Analisar o regime jurídico administrativo de prerrogativas e sujeições, os poderes administrativos, com a visão do seu caráter instrumental para consecução do interesse público;
- Compreender a Administração Pública direta e indireta brasileira e os agentes públicos;
- Desenvolver visão crítica acerca do direito administrativo.

CONTEÚDO:

UNIDADE I

1. Direito administrativo como ramo do direito público e as suas relações com outras áreas da ciência do direito.

2. Conceito.

3. Evolução Histórica.

4. Princípios básicos do direito administrativo.

5. Fontes do direito administrativo.

6. A Administração Pública na ordem jurídico-constitucional. Princípios: importância dos princípios: princípios constitucionais de 1988. A reforma estatal: um novo estado gerencial. Sistema de jurisdição uno.

7. Os poderes da Administração Pública: vinculado, discricionário, hierárquico, regulamentar, poder de polícia e disciplinar.

UNIDADE II

8. Ato administrativo:

8.1 Diferenciar e classificar os atos administrativos.

8.2. Fatos e atos administrativos;

8.3. Requisitos de validade dos atos administrativos: competência, finalidade, forma, motivo, objetivo, mérito;

8.4. Classificação quanto ao conteúdo e quanto à forma;

8.5. Atributos do ato administrativo;

8.6. Desfazimento: revogação, anulação, e convalidação.

8.7. Ato administrativo e o Poder Judiciário.

9. Organização Administrativa. Caracterizar a organização administrativa por meio de seus órgãos e entidades.

9.1. Administração pública: Estado, Governo, Administração pública: conceito, natureza e fins;

9.2. Atividade administrativa: desconcentração, descentralização e centralização administrativa; órgãos públicos;

9.3. Administração indireta: normas aplicáveis, autarquia, fundação, sociedade de economia mista, empresa pública, organizações sociais, serviços sociais autônomos; agências reguladoras e executivas; Administração Pública atual e as modernas técnicas de gestão pública.

10. Agentes públicos: espécies. Regime jurídico dos servidores públicos. Os servidores, a reforma administrativa, militares e magistrados.

METODOLOGIA/MULTIMEIOS EDUCACIONAIS

A metodologia de caráter multifacetado tem como uma de suas finalidades subsidiar os processos de desenvolvimento e de construção das competências indispensáveis à prática profissional. Deve pautar-se por princípios interdisciplinares que permitam e atendam as especificidades da disciplina e possibilitem a abordagem problematizadora dos conteúdos e a utilização de diferentes procedimentos de ensino aprendizagem com o auxílio de diferentes multimeios. Dos procedimentos metodológicos sugere-se: aulas expositivas dialogada; leitura, discussão e produção de texto; pesquisa bibliográfica e de campo; painéis; palestras; colóquios; rodas vivas e discussões em plenária; mapas conceituais; mesa redonda). Neste sentido, na vivência da metodologia, recomenda-se a adoção de trabalhos individuais que atendam a individualização das trajetórias e trabalhos de grupo que favoreçam a democratização do conhecimento e a construção da cidadania coletiva.

AVALIAÇÃO

A avaliação é processual e tem caráter dialógico, visando prioritariamente a valorização das aprendizagens que constroem a identidade pessoal e profissional.

A metodologia de avaliação inclui o uso de procedimentos que permitam a verificação do aproveitamento, a superação de dificuldades de aprendizagem, a resignificação de conhecimentos e a construção das competências inerentes ao perfil do egresso. Na avaliação da aprendizagem dar-se-á especial atenção aos seguintes aspectos: aquisição de conhecimentos, clareza e objetividade nas argumentações oral e escrita, coerência e pertinência na apresentação de ideias/argumentos, senso crítico. Dentre os procedimentos de avaliação sugere-se a utilização de: prova escrita e oral, decorrência do ensino e aprendizagem.

BIBLIOGRAFIA:

BÁSICA

CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Manual de direito administrativo**. 25ª ed. São Paulo: Lumen juris, 2012.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. **Curso de direito administrativo**. 26ª ed. São Paulo: Malheiros. 2011.

DI PETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito administrativo**. 25ª ed. São Paulo: Atlas. 2011.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito administrativo brasileiro**, lei 11.448, de 15.01.2007 por Eurico de Andrade Azevedo, Dêlcio Balestero Aleixo e José Emmanuel Burle Filho. 39 ed. São Paulo: Malheiros, 2013.

MEDAUAR, Odete. **Direito Administrativo Moderno**. 17ª Ed.. Revista dos Tribunais: Rio de Janeiro.

GASPARINI, Diógenes. **Direito Administrativo**. 14 ed. Ver. São Paulo: Saraiva.

COMPLEMENTAR

ALEXANDRINO, Marcelo. **Direito administrativo descomplicado**. 20ª ed. Rio de Janeiro: Método, 2012.

CRETELLA JÚNIOR. **Curso de direito administrativo**. 15ª ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Forense, 1997.

CUNHA JÚNIOR, Dirley da Cunha. **Curso de direito administrativo**. 1ª ed. Salvador: Juspodium, 2009.

FIGUEIREDO, Lúcia Valle. **Curso de direito administrativo**. 9ª. ed. São Paulo: Malheiros, 2008.

GASPARINI, Diógenes. **Direito administrativo**. 16ª ed. São Paulo: Saraiva. 2011.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. **Discricionariedade e controle jurisdicional**. 2ª ed. São Paulo: Malheiros.

MOREIRA NETO, Diogo Figueiredo. **Curso de direito administrativo**. 14ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2005.

AESGA – Lei n. 2174 de 23 de Agosto de 1985

FDG – Unidade Acadêmica da AESGA

Curso
Bacharelado em Direito

Nome da Disciplina
Direito Empresarial I

Autenticação

Código	Semestre	CARGA HORÁRIA		CRÉDITOS	
		T	P	T	P
DIR4032160	1º	60	-	04	-

PLANO DE CURSO

EMENTA A abordagem do Direito Empresarial I trará os fundamentos da Teoria Geral do Direito Empresarial. Nesta, analisa-se o ramo do direito através do seu desenvolvimento histórico até a matéria relacionada às inovações ocorridas no advento do Código Civil de 2002. A disciplina tem como foco a teoria da empresa em substituição a teoria dos atos de comércio que se destaca na pessoa do empresário, na formação do estabelecimento para a consecução da finalidade da atividade denominada empresa. Estuda também obrigações do empresário a este conferida em lei. Por fim, estuda-se a sobre a propriedade industrial.

OBJETIVOS:

GERAL

- Transmitir ao corpo discente suporte na profissão jurídica em todos os segmentos, através do conhecimento teórico, técnico essencial ao aluno que cursa o bacharelado.
- Reconhecer as modificações da atividade empresarial experimentadas pelo ordenamento brasileiro.
- Analisar a legislação empresarial vigente a partir da doutrina e jurisprudência atual.
- Interpretar o entendimento dos juristas sobre os temas relevantes ao Direito Empresarial.
Reconhecer a importância do exame dos argumentos para a solução dos problemas emergentes no cotidiano do labor jurídico.

ESPECÍFICOS

- Reconhecer o Direito Empresarial como ramo do Direito Privado
- Identificar a empresa como um dos pilares da economia moderna, mantenedora de empregos, fontes de renda tributária, fornecedora de produtos e serviços, eficiente instrumento para o desenvolvimento econômico do país.
- Identificar quem é o empresário e atividade por ele exercida.
- Familiarizar os alunos com os conceitos técnicos pertinentes a atividade empresarial.
- Despertar no aluno o senso crítico para o melhor uso da doutrina e legislação na prática forense.
- Compreender a necessidade de profissionais de direito habilitados para o exercício empresarial.

CONTEÚDO:

UNIDADE I

- 1- Teoria Geral da Empresa
- 2 – Origem e Evolução Histórica Do Direito Empresarial
- 3 – Autonomia e Fontes Do Direito Empresarial.
- 4 – Empresário e Empresa.
- 5-Empresário individual
- 6- Requisitos para o Exercício da Atividade Empresarial
- 7 – Escrituração e balanços patrimoniais
- 8-Registro Público de Empresas Mercantis.

UNIDADE II

- 9-Estabelecimento Comercial: Conceito. Elementos Constitutivos. Alienação.
- 10- Nome Comercial Ou Empresarial: Conceito, Espécies E Importância. Diferença De Nome Comercial, Nome De Estabelecimento E Marca.
- 12- Propriedade Industrial.

METODOLOGIA/MULTIMEIOS EDUCACIONAIS

A metodologia de caráter multifacetado tem como uma de suas finalidades subsidiar os processos de desenvolvimento e de construção das competências indispensáveis à prática profissional. Deve pautar-se por princípios interdisciplinares que permitam e atendam as especificidades da disciplina e possibilitem a abordagem problematizadora dos conteúdos e a utilização de diferentes procedimentos de

ensinoaprendizagem com o auxílio de diferentes multimeios. Dos procedimentos metodológicos sugere-se: aulas expositivas dialogada; leitura, discussão e produção de texto; pesquisa bibliográfica e de campo; painéis; palestras; colóquios; rodas vivas e discussões em plenária; mapas conceituais; mesa redonda). Neste sentido, na vivência da metodologia, recomenda-se a adoção de trabalhos individuais que atendam a individualização das trajetórias e trabalhos de grupo que favoreçam a democratização do conhecimento e a construção da cidadania coletiva.

AVALIAÇÃO

A avaliação é processual e tem caráter dialógico, visando prioritariamente a valorização das aprendizagens que constroem a identidade pessoal e profissional.

A metodologia de avaliação inclui o uso de procedimentos que permitam a verificação do aproveitamento, a superação de dificuldades de aprendizagem, a resignificação de conhecimentos e a construção das competências inerentes ao perfil do egresso. Na avaliação da aprendizagem dar-se-á especial atenção aos seguintes aspectos: aquisição de conhecimentos, clareza e objetividade nas argumentações oral e escrita, coerência e pertinência na apresentação de ideias/argumentos, senso crítico. Dentre os procedimentos de avaliação sugere-se a utilização de: prova escrita e oral, decorrência do ensino e aprendizagem.

BIBLIOGRAFIA:

BÁSICA

COELHO, Fábio Ulhoa. Curso de Direito Comercial. São Paulo: Saraiva. 27ª edição, 2015.

BERTOLDI, Marcelo M/ Márcia Carla Pereira Ribeiro. Curso Avançado de Direito Comercial. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais. 9ª edição, 2015.

RAMOS, André Luiz Santa Cruz . Direito Empresarial esquematizado, Editora Método..5ª edição, 2015.

COMPLEMENTAR

BULGARELLI, Waldírio. Direito Comercial. São Paulo: Atlas.

CAMPINHO, Sérgio. O Direito de Empresa a Luz do Novo Código Civil. Renovar

DÓREA, Dylson. Curso de Direito Comercial, vol.1, Edit. Saraiva, São Paulo- SP.

GUSMÃO, Mônica. Lições deDireito Empresarial. Gen. Forense. 2012.

MAMEDE, Gladston. Empresae atuação Empresarial. São Paulo: Atlas. 2015

MAMEDE, Gladston. Manual de Direito Empresarial. São Paulo: Atlas. 90ª edição, 2015.

MARLON, Tomazette. Curso de Direito Empresarial. Teoria Geral e Direito Societário. São Paulo. Atlas. 6ª edição, 2014.

MARTIN, Fran. Curso de Direito Comercial. Rio de Janeiro: Forense. 38ª edição, 2015.

MARTINS, Frans. Curso de Direito Comercial, Edit. Forense, Rio de Janeiro- RJ. 38ª edição, 2015.

NEGRÃO, Ricardo. Direito Empresarial: Estudo unificado. São Paulo: Saraiva. 5ª edição, 2014.

NETO, Gonçalves/ Alfredo de Assis. Direito de Empresa. São Paulo: Saraiva..5ª edição, 2014.

PERES, Marcelo Andrade. Estabelecimento empresarial- Trespasse e seus efeitos. Saraiva. 1ª edição, 2007.

PIMENTA, Luciana. Empresarial para quem odeia empresarial. Saraiva. 2ª edição, 2014.

REQUIÃO, Rubens. Curso de Direito Comercial, vol. 1, ED. Saraiva, São Paulo -SP. 33ª edição, 2014.

REQUIÃO, Rubens. Curso de Direito Comercial. São Paulo: Saraiva.33ª edição, 2014.

TEIXEIRA, Tacísio. Direito Empresarial sistematizado. Doutrina e prática. Saraiva. 4ª edição, 2015.

VIVANTE, Cesare. Instituições do Direito Comercial. Lisboa: Livraria Clássica, 1910.

AESGA – Lei n. 2174 de 23 de Agosto de 1985

FDG – Unidade Acadêmica da AESGA

Curso
Bacharelado em Direito

Nome da Disciplina
Direito Civil III

Autenticação

Código	Semestre	CARGA HORÁRIA		CRÉDITOS	
		T	P	T	P
DIR4032260	1º	60	-	04	-

PLANODECURSO

EMENTA: A disciplina estuda as relações obrigacionais oriundas da celebração de negócios jurídicos. Nesta, analisa-se o surgimento do vínculo obrigacional, as espécies de obrigação, sua extinção pela adimplência, e as consequências da inadimplência.

OBJETIVOS:

GERAL

Transmitir ao corpo discente o entendimento sobre as consequências de um negócio jurídico, como gerador de um vínculo obrigacional. Compreender como surgem as obrigações civis de natureza patrimonial. Diferenciar suas diversas espécies e suas repercussões dentro do contexto social e econômico.

ESPECÍFICOS

- Definir e classificar as obrigações civis.
- Estudar a natureza jurídica das obrigações civis.
- Estudar a constituição, existência e extinção das relações obrigacionais.
- Estudar as diversas formas de pagamento e sua e sua aplicação à prática jurídica.

CONTEÚDO:

UNIDADE I

1. Teoria Geral das Obrigações

1.1. Obrigações, conceito, histórico, elementos constitutivos e fontes. Natureza dos direitos creditórios, distinção entre direitos de crédito e direitos reais. Controvérsias doutrinárias. Categorias jurídicas híbridas: obrigação “propterrem”, os ônus reais e obrigações com eficácia real. Sujeito, objeto e grau das obrigações.

1.2. Modalidades das obrigações, critério subjetivo e objetivo. Obrigações de dar, fazer e não fazer. Obrigações alternativas, facultativas, divisíveis e indivisíveis, cumulativas, solidárias (ativa e passivamente) e subsidiárias.

1.3. Extinção das obrigações. Modo normal de extinção: a teoria do pagamento. Regras. Modos especiais de extinção: remissão, prescrição, decadência, caso fortuito, força maior, morte, incapacidade superveniente.

1.4. Pagamento indireto: quitação, consignação, pagamento com sub-rogação, dação em pagamento, novação, compensação, transação, confusão.

1.5. Pagamento indevido. Enriquecimento ilícito.

UNIDADE II

2. Teoria do inadimplemento

2.1. Inexecução voluntária e involuntária. Efeitos. Perdas e Danos.

2.2. Mora, conceito, elementos, espécies e efeitos. Purgação da mora.

2.3. Cláusula penal. Teoria dos riscos. Execução forçada.

3. Transmissão das Obrigações

3.1. Cessão de crédito. Conceito, modalidades, requisitos e efeitos. Assunção de dívidas. Conceito, pressupostos, modos de realização e efeitos.

3.2. Tutela e garantia de créditos. Obrigações por declaração unilateral de vontades. Obrigação decorrente de ato ilícito: prestação de serviços comunitários.

METODOLOGIA/MULTIMEIOS EDUCACIONAIS

A metodologia de caráter multifacetado tem como uma de suas finalidades subsidiar os processos de desenvolvimento e de construção das competências indispensáveis à prática profissional. Deve pautar-se por princípios interdisciplinares que permitam e atendam as especificidades da disciplina e possibilitem a abordagem problematizadora dos conteúdos e a utilização de diferentes procedimentos de

ensino aprendizagem com o auxílio de diferentes multimeios. Dos procedimentos metodológicos sugere-se: aulas expositivas dialogada; leitura, discussão e produção de texto; pesquisa bibliográfica e de campo; painéis; palestras; colóquios; rodas vivas e discussões em plenária; mapas conceituais; mesa redonda). Neste sentido, na vivência da metodologia, recomenda-se a adoção de trabalhos individuais que atendam a individualização das trajetórias e trabalhos de grupo que favoreçam a democratização do conhecimento e a construção da cidadania coletiva.

AVALIAÇÃO

A avaliação é processual e tem caráter dialógico, visando prioritariamente a valorização das aprendizagens que constroem a identidade pessoal e profissional.

A metodologia de avaliação inclui o uso de procedimentos que permitam a verificação do aproveitamento, a superação de dificuldades de aprendizagem, a resignificação de conhecimentos e a construção das competências inerentes ao perfil do egresso. Na avaliação da aprendizagem dar-se-á especial atenção aos seguintes aspectos: aquisição de conhecimentos, clareza e objetividade nas argumentações oral e escrita, coerência e pertinência na apresentação de ideias/argumentos, senso crítico. Dentre os procedimentos de avaliação sugere-se a utilização de: prova escrita e oral, decorrência do ensino e aprendizagem.

BIBLIOGRAFIA:

BÁSICA

GONÇALVES, Carlos Roberto, Direito Civil Brasileiro, Parte Geral, Vol. I, 11 ed. São Paulo, Saraiva, 2013.

PAMPLONA, Rodolfo Filho, Novo Curso de Direito Civil, Parte Geral, Vol. I, 15ed. São Paulo, Saraiva, 2013.

NEVES, Silvio Batista, Ensaio de Direito Civil, São Paulo, Atlas, 2009.

COMPLEMENTAR

VENOSA, Sílvio de Salvo, Código Civil Interpretado, 2 ed. São Paulo, Atlas, 2011.

VENOSA, Sílvio de Salvo, Direito Civil, Parte Geral, Vol. I, 13ed. São Paulo, Atlas, 2013.

AESGA – Lei n. 2174 de 23 de Agosto de 1985

FDG – Unidade Acadêmica da AESGA

Curso
Bacharelado em Direito

Nome da Disciplina
Direito Constitucional III

Autenticação

Código	Semestre	CARGA HORÁRIA		CRÉDITOS	
		T	P	T	P
DIR4032460	1º	60	-	04	-

PLANO DE CURSO

EMENTA: Controle de constitucionalidade no Brasil. Processo Legislativo. Hermenêutica constitucional

OBJETIVOS:

GERAL

Apresentar ao corpo discente os conceitos mais relevantes sobre o controle de constitucionalidade, o processo legislativo e a hermenêutica constitucional.

ESPECÍFICOS

- Explicar as diferentes formas de realização do controle de constitucionalidade das leis;
- Exemplificar, por meio de peças processuais, como ocorre, na prática, o controle de constitucionalidade;
- Analisar as fases do processo legislativo
- Analisar a importância dos princípios de hermenêutica constitucional para o estudo dos diversos temas de direito constitucional

CONTEÚDO:

UNIDADE I

1. Controle de constitucionalidade das leis no Brasil: introdução
2. Espécies de inconstitucionalidade
3. Sistemas, modelos e momento de controle. Vias de ação do controle de constitucionalidade

4. Poderes e órgãos incumbidos da fiscalização da constitucionalidade das leis
5. Controle difuso de constitucionalidade das leis
6. Controle abstrato de constitucionalidade das leis
- 6.1. Ação Direta de Inconstitucionalidade - ADIN

UNIDADE II

- 6.2 Ação Declaratória de Constitucionalidade - ADC
- 6.3 Ação Direta de Inconstitucionalidade por omissão – ADO
- 6.4 Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental – ADPF
7. Processo Legislativo
- 7.1 Fases do Processo Legislativo: introdução, constitutiva e complementar
- 7.2 Processo de elaboração das emendas constitucionais, leis, medidas provisórias, decretos legislativos e resoluções.
8. Princípios de hermenêutica constitucional.

METODOLOGIA/MULTIMEIOS EDUCACIONAIS

A metodologia de caráter multifacetado visa preparar o discente para a vida profissional. A metodologia será pautada por princípios interdisciplinares que permitam e atendam as especificidades da disciplina e possibilitem a abordagem problematizadora dos conteúdos. Serão utilizados diferentes procedimentos de ensino, com o auxílio de diferentes multimeios. São sugeridos os seguintes procedimentos metodológicos: aulas expositivas dialogada, leitura, discussão e produção de texto, além da pesquisa bibliográfica. Nesse sentido, na vivência da metodologia, devem ser adotados trabalhos individuais que atendam a individualização das trajetórias e trabalhos de grupo que favoreçam a democratização do conhecimento e a construção da cidadania coletiva.

AVALIAÇÃO

A avaliação é processual e tem caráter dialógico, visando prioritariamente a valorização das aprendizagens que constroem a identidade pessoal e profissional.

A metodologia de avaliação inclui o uso de procedimentos que permitam a verificação do aproveitamento, a superação de dificuldades de aprendizagem, a resignificação de conhecimentos e a construção das competências inerentes ao perfil do egresso. Na avaliação da aprendizagem dar-se-á especial atenção aos seguintes aspectos: aquisição de conhecimentos, clareza e objetividade nas argumentações oral e escrita, coerência e pertinência na apresentação de ideias/argumentos, senso crítico. Dentre os procedimentos de avaliação sugere-se a utilização de: prova escrita e oral, decorrência do ensino e aprendizagem.

BIBLIOGRAFIA:

BÁSICA

BARROSO, Luís Roberto. **O Controle De Constitucionalidade no Direito Brasileiro** - 6ª edição. São Paulo, Saraiva.

FERNANDES, Bernardo Gonçalves. **Curso de Direito Constitucional**. 6a edição: Revista, ampliada e atualizada; Editora JusPodium. 2014.

CUNHA JÚNIOR, Dirleyda. **Curso de Direito Constitucional**. 8ª ed., Ed. JusPodvum, 2014.

NOVELINO, Marcelo. **Manual de Direito Constitucional** - Volume Único, Edição 9ª, Editora: Forense, 2014.

MENDES, Gilmar Ferreira; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. **Curso de Direito Constitucional**. 9ª ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2014.

COMPLEMENTAR

BULOS, UadiLammego. **Curso de Direito Constitucional**. 9ª ed. Saraiva Editora. 2015.

BARROSO, Luis Roberto. **Curso de Direito Constitucional Contemporâneo**. Editora Saraiva, 2014.

BASTOS, Celso Ribeiro. **Curso de Direito Constitucional**.

BONAVIDES. Paulo. **Curso de Direito Constitucional**. 28 ed. Malheiros. 2013.

CUNHA JÚNIOR, Dirleyda. **Curso de Direito Constitucional**. 8ª ed., Ed. JusPodvum, 2014.

FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. **Estado de Direito e Constituição**. 38 ed. São Paulo: Saraiva. 2012.

MARTINS, Flávia Bahia. **Curso de Direito Constitucional**. 3ª ed., Ed. Impetus, 2013.

MENDES, Gilmar. **Tratado de Direito Constitucional**. V.1 e V.2. Editora Saraiva, 2014.

SARLET, Ingo; MARINONI, Guilherme; MITIDIERO, Daniel. **Curso de Direito Constitucional**. 3ª ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2014.

SILVA, Jose Afonso. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. 38 ed. Malheiros, 2015.

TAVARES, André Ramos. **Curso de Direito Constitucional**. Ed. Saraiva, 2014.

TEMER, Michel. **Elementos do Direito Constitucional**. 24 ed. Editora Malheiros, 2012.

AESGA – Lei n. 2174 de 23 de Agosto de 1985

FDG – Unidade Acadêmica da AESGA

Curso
Bacharelado em Direito

Nome da Disciplina
Direito Processual Civil I

Autenticação

Código	Semestre	CARGA HORÁRIA		CRÉDITOS	
		T	P	T	P
DIR4021960	1º	60	-	04	-

PLANO DE CURSO

EMENTA: Parte Geral do CPC. Competência jurisdicional civil. Sujeitos do processo. Litisconsórcio. Intervenção de terceiro. Atos processuais. Negócios jurídicos processuais. Comunicações processuais. Prazos. Despesas processuais. Litigância de má-fé. Gratuita da justiça.

OBJETIVOS:

GERAL

Oportunizar aos acadêmicos o estudo teórico e prático dos tópicos relacionados na ementa, notadamente a análise de alguns institutos inerentes ao processo civil brasileiro, tais como: a competência, os sujeitos processuais, o litisconsórcio, a intervenção de terceiros e os atos processuais.

ESPECÍFICOS

- Analisar a competência jurisdicional cível;
- Examinar os principais sujeitos componentes da relação jurídica processual, explicitando a importância e o papel de cada um deles;
- Possibilitar a compreensão dos institutos do litisconsórcio e da intervenção de terceiros;
- Estudar os atos processuais previstos no Código de Processo Civil.

CONTEÚDO:

UNIDADE I

1. Competência jurisdicional civil.
2. Sujeitos processuais.
 - 2.1. Partes.
 - 2.1.1. Capacidades processuais.
 - 2.2. Juiz.
 - 2.3. Ministério Público.
 - 2.4. Advogados.
 - 2.5. Defensoria Pública.
 - 2.6. Auxiliares da Justiça.
3. Litisconsórcio.
4. Intervenção de terceiro.
 - 4.1. Introdução.
 - 4.2. Assistência.
 - 4.3. Denúnciação da Lide.
 - 4.4. Chamamento ao processo.
 - 4.5. Incidente de descon sideração da personalidade jurídica
 - 4.6. Amicus curiae.
5. Atos processuais.

UNIDADE II

6. Negócios jurídicos processuais.
7. Prazos.
8. Processo em autos eletrônicos e prática eletrônica de atos processuais.
9. Comunicações processuais.
 - 9.1. Citação.
 - 9.2. Intimação.
10. Despesas processuais.
11. Benefício da gratuidade da justiça.
12. Litigância de má-fé.

METODOLOGIA/MULTIMEIOS EDUCACIONAIS

A metodologia de caráter multifacetado tem como uma de suas finalidades subsidiar os processos de desenvolvimento e de construção das competências indispensáveis à prática profissional. Deve pautar-se por princípios interdisciplinares que permitam e atendam as especificidades da disciplina e possibilitem a abordagem problematizadora dos conteúdos e a utilização de diferentes procedimentos de

ensinoaprendizagem com o auxílio de diferentes multimeios. Dos procedimentos metodológicos sugere-se: aulas expositivas dialogada; leitura, discussão e produção de texto; pesquisa bibliográfica e de campo; painéis; palestras; colóquios; rodas vivas e discussões em plenária; mapas conceituais; mesa redonda). Neste sentido, na vivência da metodologia, recomenda-se a adoção de trabalhos individuais que atendam a individualização das trajetórias e trabalhos de grupo que favoreçam a democratização do conhecimento e a construção da cidadania coletiva.

AVALIAÇÃO

A avaliação é processual e tem caráter dialógico, visando prioritariamente a valorização das aprendizagens que constroem a identidade pessoal e profissional.

A metodologia de avaliação inclui o uso de procedimentos que permitam a verificação do aproveitamento, a superação de dificuldades de aprendizagem, a resignificação de conhecimentos e a construção das competências inerentes ao perfil do egresso. Na avaliação da aprendizagem dar-se-á especial atenção aos seguintes aspectos: aquisição de conhecimentos, clareza e objetividade nas argumentações oral e escrita, coerência e pertinência na apresentação de ideias/argumentos, senso crítico. Dentre os procedimentos de avaliação sugere-se a utilização de: prova escrita e oral, decorrência do ensino e aprendizagem.

BIBLIOGRAFIA:

BÁSICA

DIDIER JR., Fredie. Curso de Direito Processual Civil. Volume 1, Editora JusPodvm, 17ª edição, 2015.

MARQUES, José Frederico. **Instituições de direito processual civil**. Campinas: Millenium, 2000.

SANTOS, Moacyr Amaral. **Primeiras linhas de Direito Processual Civil**. Saraiva: São Paulo, 1º e 2º vol, 2012.

THEODORO JÚNIOR, Humberto. **Curso de Direito Processual Civil**. Forense, 1º vol., 2014.

COMPLEMENTAR

SANTOS, Ernane Fidélis dos. **Manual de Direito Processual Civil**. Volumes 1 e 2, São Paulo: Saraiva, 2011.

MOREIRA, José Carlos Barbosa. **O novo processo civil brasileiro**. RJ: Editora Forense, 2012.

WAMBIER, Luiz Rodrigues e TALAMINE, Eduardo. **Curso Avançado de Processo Civil**, volume 1. 14ª edição, Revista dos Tribunais, 2014.

GONÇALVES, Marcus Vinicius Rios. **Direito Processual Civil Esquematizado**, 4ª edição, 2014.

NEVES, Daniel Amorim. **Manual de Direito Processual Civil**, Editora Método, 2015.

MARINONI, Luiz Guilherme; ARENHART, Sérgio Cruz. **Curso de Processo Civil. Processo de Conhecimento**, São Paulo: RT.

Curso
Bacharelado em Direito

Nome da Disciplina
Direito Penal II

Código	Semestre	CARGA HORÁRIA		CRÉDITOS	
		T	P	T	P
DIR3021760	1º	60	-	04	-

Autenticação

PLANO DE CURSO

EMENTA: DIREITO PENAL. Conceitos Formal, material e Analítico do crime; Delito: crime e contravenção. Tipicidade – Formal e Material. Antijuridicidade. Culpabilidade. Concurso de pessoas.

OBJETIVOS:

GERAL

Proporcionar ao educando o conhecimento sobre os pontos do programa de direito penal.

ESPECÍFICOS

- Possibilitar o exercício reflexivo através dos temas ministrados, estabelecendo as devidas correlações entre as regras gerais do Direito Penal e os princípios constitucionais;
- Propiciar oportunidades de interpretação crítica sobre as unidades ministradas;
- Ensejar incentivos à pesquisa e à elaboração monográfica nessa área
- Oferecer instrumentos teóricos e práticos para alicerçar bases do debate
- Discutir aspectos históricos, sociais e culturais sobre a disciplina, além de seus aspectos e elementos dogmáticos.
- Observar a aplicação prática e as conseqüências na sociedade/comunidades local e regional, mediante a interação no debate das reformas penais e de política criminal.
- Refletir sobre temas polêmicos e atuais do Direito Penal, demonstrando as posições jurídicas divergentes com o objetivo de fazer habitual o debate de teses, avançando para além dos manuais tradicionais e dos textos legais, utilizando análise do direito comparado.
- Criar uma estreita relação com os princípios do direito penal, suficiente para ensinar condições para análise e solução de problemas jurídicos, imprimindo um raciocínio jurídico numa visão interpretativa sistemática, sob uma perspectiva de verticalidade constitucional, valorando

princípios éticos, morais e humanitários.

CONTEÚDO:

UNIDADE I

1. TEORIA GERAL DO CRIME (INFRAÇÃO PENAL)

- 1.1. Processo executivo da infração penal. Crime consumado. Crime tentado. Crime exaurido.
- 1.2. Desistência voluntária e arrependimento eficaz. Arrependimento posterior.
- 1.3. Tentativa inidônea ou crime impossível.
- 1.4. Qualificação legal e doutrinária dos crimes.
- 1.5. Relação de causalidade material. Teorias. Posição do Código Penal Brasileiro. Superveniência de causa independente. Relevância da omissão.
- 1.6. Concurso de pessoas na infração penal. Requisitos. Circunstâncias comunicáveis e incommunicáveis. O crime das multidões.

UNIDADE II

2. DA ANTIJURIDICIDADE

- 2.1. Causas da exclusão da criminalidade. (Justificativas Penais) - Estado de necessidade. Legítima defesa. Estrito cumprimento do dever legal. Exercício regular do direito. O consentimento do ofendido. Causas supra legais. Inexigibilidade de conduta diversa.

3. DA CULPABILIDADE

- 3.1. A culpabilidade. Teorias. A culpa. A preterintencionalidade. O dolo. A imputação objetiva.
- 3.2. A ignorância. O erro. O erro de tipo. O erro de proibição. Conseqüências. A coação irresistível. A obediência hierárquica.
- 3.3. Imputabilidade e responsabilidade. Doença mental. A menoridade. A emoção e a paixão. A embriaguez. Concurso de pessoas.

METODOLOGIA/MULTIMEIOS EDUCACIONAIS

A metodologia de caráter multifacetado tem como uma de suas finalidades subsidiar os processos de desenvolvimento e de construção das competências indispensáveis à prática profissional. Deve pautar-se por princípios interdisciplinares que permitam e atendam as especificidades da disciplina e possibilitem a abordagem problematizadora dos conteúdos e a utilização de diferentes procedimentos de ensino/aprendizagem com o auxílio de diferentes multimeios. Dos procedimentos metodológicos sugere-se: aulas expositivas dialogada; leitura, discussão e produção de texto; pesquisa bibliográfica e de campo; painéis; palestras; colóquios; rodas vivas e discussões em plenária; mapas conceituais; mesa redonda). Neste sentido, na vivência da metodologia, recomenda-se a adoção de trabalhos individuais que atendam a individualização das trajetórias e trabalhos de grupo que favoreçam a democratização do conhecimento e a construção da cidadania coletiva.

AValiação

A avaliação é processual e tem caráter dialógico, visando prioritariamente a valorização das aprendizagens que constroem a identidade pessoal e profissional.

A metodologia de avaliação inclui o uso de procedimentos que permitam a verificação do aproveitamento, a superação de dificuldades de aprendizagem, a resignificação de conhecimentos e a construção das competências inerentes ao perfil do egresso. Na avaliação da aprendizagem dar-se-á especial atenção aos seguintes aspectos: aquisição de conhecimentos, clareza e objetividade nas argumentações oral e escrita, coerência e pertinência na apresentação de ideias/argumentos, senso crítico. Dentre os procedimentos de avaliação sugere-se a utilização de: prova escrita e oral, decorrência do ensino e aprendizagem.

BIBLIOGRAFIA:

BÁSICA

BITTENCOURT, Cezar Roberto. **Tratado de Direito Penal: Geral**. 19 ed. São Paulo: Saraiva. 2013.

MIRABETE, Júlio Frabbrini. **Manual de Direito Penal: Parte Geral**. 29 ed. São Paulo: Atlas. 2013.

PRADO, Luiz Regis. **Curso de Direito Penal brasileiro: Parte Geral**. 12 ed. rev., atual. e ampl. São Paulo:RT. v. 1. 2013.

COMPLEMENTAR

NUCCI, Guilherme. **Código Penal Comentado**. 13 ed. São Paulo: RT. 2013.

GRECCO, Rogério. **Curso de Direito Penal: Parte Geral**. Vol I. 15 ed. Rio de Janeiro: Impetus. 2013.

JESUS, Damásio E. de. **Direito Penal: Parte Geral**. Vol I. 34 ed. São Paulo, Saraiva. 2013.

5° PERÍODO

Curso
Bacharelado em Direito

Nome da Disciplina
Direito Penal III

Autenticação

Código	Semestre	CARGA HORÁRIA		CRÉDITOS	
		T	P	T	P
DIR4032360	1º	60	-	04	-

PLANO DE CURSO

EMENTA: Teoria da pena e da medida de segurança. Efeitos da condenação. Aplicação da Pena. Reabilitação penal. Ação penal. Suspensão condicional da execução da pena (sursis). Livramento condicional. Causas de extinção da punibilidade.

OBJETIVOS:

GERAL

Transmitir ao corpo discente a base teórica da teoria da pena e da medida de segurança, que encerra a Parte Geral do Direito Penal. Como compreender a teoria da pena e da medida de segurança no contexto do Direito Penal, utilizando o sistema lógico dedutivo, tendo em vista os meandros da Execução Penal no Brasil, estabelecendo um juízo crítico e avaliativo da realidade dos sistemas penitenciários brasileiros.

ESPECÍFICOS

- Identificar o que é pena e a medida de segurança, as duas espécies de sanção penal existentes no sistema jurídico-penal brasileiro, com ênfase aos institutos jurídicos diretamente relacionados com a disciplina;
- Relacionar os temas com a realidade prática, mostrando a responsabilidade do operador do direito na efetivação dos direitos frente aos dispositivos legais;

- Adotar a legislação, adotar a jurisprudência como formas de edificação de um senso crítico.

CONTEÚDO:

UNIDADE I

1. Pena. Conceito. Classificação doutrina. Finalidades da pena. Teorias da pena.
- 1.2. Classificação nacional brasileira. Aspectos constitucionais. Sistemas penitenciários clássicos. Penas privadas de liberdade. Regimes de cumprimento de Regras. Regime disciplinar diferenciado. Execução provisória da pena. Direitos do preso. Remição. Detração Penal. Estabelecimentos penais.
- 1.3. Penas Alternativas. Penas restritivas de direitos. Pena de multa. Hipótese de conversão da pena restritiva de direito em pena privativa de liberdade.
2. DA MEDIDA DE SEGURANÇA
- 2.1. Medida de Segurança. Conceito. Pressupostos.
- 2.2. As Medidas de Segurança em espécie.
- 2.3. Do incidente de insanidade mental.

UNIDADE II

3. APLICAÇÃO DA PENAS PRIVATIVA DE LIBERDADE
- 3.1. Aplicação da pena privativa de liberdade. Critério Legal (trifásico).
- 3.2. Circunstâncias atenuantes e agravantes.
- 3.3. Causas de aumento ou de diminuição de pena.
- 3.4. Efeitos da condenação penal.
- 3.5. Suspensão condicional da execução da pena e livramento condicional.
4. DA AÇÃO PENAL E DO CONCURSO DE CRIMES
- 4.1. Ação penal pública. Divisão (incondicionada e condicionada). Características.
- 4.2. Ação penal privada. Divisão. Características.
- 4.3. Do concurso de crimes. Concurso material. Concurso formal. Crime continuado.
5. DA EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE
- 5.1. Considerações gerais. Classificação.
- 5.2. Morte do agente. Da clemência soberana. Anistia. Graça. Indulto. Distinções. Identificar o que é pena e medida de segurança, as duas espécies de sanção penal existentes no sistema jurídico-penal brasileiro; Relacionar os temas com a realidade prática, mostrando a responsabilidade do operador do direito na efetivação dos direitos frente aos dispositivos legais;
- Adotar a legislação, adotar a jurisprudência como formas de edificação de um senso crítico.
- 5.3. *Novatio legis*. Decadência. Preempção. Prescrição. Renúncia do direito de queixa. Perdão aceitamos crimes de ação privada. Retratação. Perdão Judicial.

METODOLOGIA/MULTIMEIOS EDUCACIONAIS

A metodologia de caráter multifacetado tem como uma de suas finalidades subsidiar os processos de desenvolvimento e de construção das competências indispensáveis à prática profissional. Deve pautar-se por princípios interdisciplinares que permitam e atendam as especificidades da disciplina e possibilitem a abordagem problematizadora dos conteúdos e a utilização de diferentes procedimentos de ensino aprendizagem com o auxílio de diferentes multimeios. Dos procedimentos metodológicos sugere-se: aulas expositivas dialogada; leitura, discussão e produção de texto; pesquisa bibliográfica e de campo; painéis; palestras; colóquios; rodas vivas e discussões em plenária; mapas conceituais; mesa redonda). Neste sentido, na vivência da metodologia, recomenda-se a adoção de trabalhos individuais que atendam a individualização das trajetórias e trabalhos de grupo que favoreçam a democratização do conhecimento e a construção da cidadania coletiva.

AVALIAÇÃO

A avaliação é processual e tem caráter dialógico, visando prioritariamente a valorização das aprendizagens que constroem a identidade pessoal e profissional.

A metodologia de avaliação inclui o uso de procedimentos que permitam a verificação do aproveitamento, a superação de dificuldades de aprendizagem, a resignificação de conhecimentos e a construção das competências inerentes ao perfil do egresso. Na avaliação da aprendizagem dar-se-á especial atenção aos seguintes aspectos: aquisição de conhecimentos, clareza e objetividade nas argumentações oral e escrita, coerência e pertinência na apresentação de ideias/argumentos, senso crítico. Dentre os procedimentos de avaliação sugere-se a utilização de: prova escrita e oral, decorrência do ensino e aprendizagem.

BIBLIOGRAFIA:

BÁSICA

CAPEZ, Fernando. **CursodeDireitoPenal. Vol.I.** São Paulo, Saraiva, 18ª edição, 2014.

JESUS, Damásio E. de. **Direito Penal, Parte Geral. Vol. I.** São Paulo, Saraiva, 35ª edição, 2014.

MASSON, Cleber. **Direito penal; partegeral; esquematizado.** São Paulo, Método, 7ª edição, 2013.

MIRABETE, Julio Fabbrini. **Manual de Direito Penal. Vol. I.** Atlas, 29ª edição, 2013.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Manual de Direito Penal. Parte Geral. Parte Especial.** São Paulo, RT, 11ª edição, 2015.

COMPLEMENTAR

ANDREUCCI, Ricardo Antônio. **Manual de Direito Penal**. São Paulo, Saraiva, 10ª edição, 2014.

BARROS, Francisco Dirceu. **Direito Penal. Parte Geral**. Rio de Janeiro. Campus/Elsevier. 2014.

CAPEZ, Fernando. **Código Penal Comentado**. Porto Alegre. Verbo Jurídico, 5ª edição, 2014.

CUNHA, Rogério Sanches. **Código Penal para concursos**. Salvador. Bahia, Editora Podivm, 2014.

GRECO, Rogério. **Curso de Direito Penal. Parte Geral**. Rio de Janeiro. Ímpetus, 15ª edição, 2014.

ESTEFAM, André. **Direito penal; parte geral**. São Paulo, Saraiva, 3ª edição, 2014.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Código Penal Comentado**. São Paulo. RT, 13ª edição, 2014.

PRADO, LUIZ REGIS. **Curso de Direito Penal Brasileiro**. 13ª. Edição. São Paulo. Revista dos Tribunais, 2014.

AESGA – Lei n. 2174 de 23 de Agosto de 1985

FDG – Unidade Acadêmica da AESGA

Curso
Bacharelado em Direito

Nome da Disciplina
Direito Empresarial II

Código	Semestre	CARGA HORÁRIA		CRÉDITOS	
		T	P	T	P
		DIR5042660	1º	60	-

Autenticação

PLANO DE CURSO

EMENTA: A abordagem do Direito Empresarial II trará os fundamentos do Direito societário. De início analisará a sociedade como pessoa jurídica do Direito Privado através da personalidade jurídica oriunda da inscrição dos atos constitutivos no órgão competente e dos atributos advindos dela, tal como a autonomia patrimonial. Estudará as classificações nesta última a subdivisão em simples e empresárias. A disciplina também tem foco na desconsideração da personalidade jurídica e suas teorias. Serão detalhadas as peculiaridades da sociedade simples e de todos os tipos de sociedades empresariais. Por fim, estudar-se-á as operações societárias: fusões, incorporações, transformações e cisões.

OBJETIVOS:

GERAL

- Transmitir ao corpo discente suporte na profissão jurídica em todos os segmentos, através do conhecimento teórico, técnico essencial ao aluno que cursa o bacharelado.
- Reconhecer as modificações da atividade empresarial experimentadas pelo ordenamento brasileiro.
- Analisar a legislação empresarial vigente a partir da doutrina e jurisprudência atual.
- Interpretar o entendimento dos juristas sobre os temas relevantes ao Direito Societário.
- Reconhecer a importância do exame dos argumentos para a solução dos problemas emergentes no cotidiano do labor jurídico.

ESPECÍFICOS

- Reconhecer a função social da empresa que tem a maioria do exercício realizado pelas sociedades.
- Reconhecer que a viabilidade da sociedade tem-se na escolha do tipo societário com a conseqüente responsabilidade dos sócios.
- Identificar a empresa como um dos pilares da economia moderna, mantenedora de empregos, fontes de renda tributária, fornecedora de produtos e serviços, eficiente instrumento para o desenvolvimento econômico do país.
- Identificar que a sociedade como pessoa jurídica não se confunde com os seus sócios, tendo sobretudo autonomia patrimonial.
- Familiarizar os alunos com os conceitos técnicos pertinentes a atividade empresarial.
- Despertar no aluno o senso crítico para o melhor uso da doutrina e legislação na prática forense.
- Compreender a necessidade de profissionais de direito habilitados para o exercício empresarial com o vantajoso mercado de trabalho para quem se especializa nesta área.

CONTEÚDO:

UNIDADE I

1. Noções Gerais do Direito Societário
2. Personalidade jurídica
3. Desconsideração da personalidade jurídica
4. Classificação das sociedades
5. Sociedade simples
6. Sociedades não personificadas

UNIDADE II

7. Sociedade em nome coletivo
8. Sociedade em comandita simples
9. Sociedade limitada
10. Sociedade em comandita por ações
11. Sociedade anônima
12. Operações Societárias
13. Dissolução, liquidação e extinção da sociedade
14. Controle e Grupo de Sociedades

METODOLOGIA/MULTIMEIOS EDUCACIONAIS

A metodologia de caráter multifacetado tem como uma de suas finalidades subsidiar os processos de desenvolvimento e de construção das competências indispensáveis à prática profissional. Deve pautar-se por princípios interdisciplinares que permitam e atendam as especificidades da disciplina e possibilitem a abordagem problematizadora dos conteúdos e a utilização de diferentes procedimentos de ensino aprendizagem com o auxílio de diferentes multimeios. Dos procedimentos metodológicos sugere-se: aulas expositivas dialogada; leitura, discussão e produção de texto; pesquisa bibliográfica e de campo; painéis; palestras; colóquios; rodas vivas e discussões em plenária; mapas conceituais; mesa redonda). Neste sentido, na vivência da metodologia, recomenda-se a adoção de trabalhos individuais que atendam a individualização das trajetórias e trabalhos de grupo que favoreçam a democratização do conhecimento e a construção da cidadania coletiva.

AVALIAÇÃO

A avaliação é processual e tem caráter dialógico, visando prioritariamente a valorização das aprendizagens que constroem a identidade pessoal e profissional.

A metodologia de avaliação inclui o uso de procedimentos que permitam a verificação do aproveitamento, a superação de dificuldades de aprendizagem, a resignificação de conhecimentos e a construção das competências inerentes ao perfil do egresso. Na avaliação da aprendizagem dar-se-á especial atenção aos seguintes aspectos: aquisição de conhecimentos, clareza e objetividade nas argumentações oral e escrita, coerência e pertinência na apresentação de ideias/argumentos, senso crítico. Dentre os procedimentos de avaliação sugere-se a utilização de: prova escrita e oral, decorrência do ensino e aprendizagem.

BIBLIOGRAFIA:

BÁSICA

COELHO, Fábio Ulhoa. **Curso de Direito Comercial**. São Paulo: Saraiva.

MAMEDE, Gladston. **Manual de Direito Empresarial**. São Paulo: Atlas.

RAMOS, André Luis Santa Cruz. **Direito Empresarial Esquematizado**. Método/Forense, 2015

REQUIÃO, Rubens. **Curso de Direito Comercial**, vol. 1, ED. Saraiva, São Paulo -SP.

COMPLEMENTAR

BERTOLDI, Marcelo M/ Márcia Carla Pereira Ribeiro. **Curso Avançado de Direito Comercial**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais.

CAMPINHO, Sérgio. **O Direito de Empresa a Luz do Novo Código Civil**. Renovar.

CRUZ, André Luiz Santa. **Curso de Direito Empresarial: O Novo Regime Empresarial Brasileiro**. Juspodvim.

VIVANTE, Cesare. **Instituições do Direito Comercial.**Lisboa:Livraria Clássica, 1910.

NEGRÃO, Ricardo. **Manual de Direito Comercial de Empresa.** São Paulo: Saraiva.

REQUIÃO, Rubens. **Curso de Direito Comercial.** São Paulo: Saraiva.

BULGARELLI, Waldírio. **Direito Comercial.** São Paulo: Atlas.

NETO, Gonçalves/ Alfredo de Assis. **Direito de Empresa.** São Paulo: Saraiva.

SILVA, Bruno Mattos. **Direito de Empresa.** São Paulo: Atlas. GUSMÃO, Mônica. **Curso de Direito Empresarial.** Lúmen Júris.

MARTIN, Fran.Curso de Direito Comercial. **Rio de Janeiro: Forense.**

DÓREA, Dylson. **Curso de Direito Comercial**, vol.1, Edit. Saraiva, São Paulo- SP. MARTINS, Frans. **Curso de Direito Comercial**, Edit. Forense, Rio de Janeiro-RJ.

AESGA – Lei n. 2174 de 23 de Agosto de 1985

FDG – Unidade Acadêmica da AESGA

Curso
Bacharelado em Direito

Nome da Disciplina
Direito Administrativo II

Autenticação

Código	Semestre	CARGA HORÁRIA		CRÉDITOS	
		T	P	T	P
DIR6053260	1º	60	-	04	-

PLANO DE CURSO

EMENTA: Contratos Administrativos. Licitações

OBJETIVOS:

GERAL

Apresentar ao corpo discente os conceitos mais relevantes sobre os contratos administrativos e o procedimento licitatório

ESPECÍFICOS

- Conceituar os contratos administrativos;
- Exemplificar os principais contratos administrativos;
- Estabelecer as principais diferenças entre os contratos administrativos e os contratos de direito privado;
- Analisar a importância do procedimento licitatório;
- Estudar os princípios, os tipos e as modalidades de licitação;
- Verificar os casos de dispensa e inexigibilidade de licitação;
- Analisar as fases do procedimento licitatório.

CONTEÚDO:

UNIDADE I

1. Contratos Administrativos

- 1.1 Conceito e pontos distintos dos contratos de direito privado;
- 1.2 Características dos contratos administrativos;
- 1.3 Cláusulas exorbitantes;
- 1.4 Prazo dos contratos administrativos;
- 1.5 Extinção dos contratos e a teoria da imprevisão;
- 1.6 Alguns exemplos de contratos administrativos.

UNIDADE II

- 2. Licitação
- 2.1 Conceito e princípios;
- 2.2 Casos de inexigibilidade de licitação;
- 2.3 Casos de dispensa de licitação;
- 2.4 Modalidades e tipos de licitação;
- 2.5 Fases do procedimento licitatório.
- 2.6 Anulação e revogação da licitação

METODOLOGIA/MULTIMEIOS EDUCACIONAIS

A metodologia de caráter multifacetado visa preparar o discente para a vida profissional. A metodologia será pautada por princípios interdisciplinares que permitam e atendam as especificidades da disciplina e possibilitem a abordagem problematizadora dos conteúdos. Serão utilizados diferentes procedimentos de ensino, com o auxílio de diferentes multimeios. São sugeridos os seguintes procedimentos metodológicos: aulas expositivas dialogada, leitura, discussão e produção de texto, além da pesquisa bibliográfica. Nesse sentido, na vivência da metodologia, devem ser adotados trabalhos individuais que atendam a individualização das trajetórias e trabalhos de grupo que favoreçam a democratização do conhecimento e a construção da cidadania coletiva.

AVALIAÇÃO

A avaliação é processual e tem caráter dialógico, visando prioritariamente a valorização das aprendizagens que constroem a identidade pessoal e profissional.

A metodologia de avaliação inclui o uso de procedimentos que permitam a verificação do aproveitamento, a superação de dificuldades de aprendizagem, a resignificação de conhecimentos e a construção das competências inerentes ao perfil do egresso. Na avaliação da aprendizagem dar-se-á especial atenção aos seguintes aspectos: aquisição de conhecimentos, clareza e objetividade nas argumentações oral e escrita, coerência e pertinência na apresentação de ideias/argumentos, senso crítico. Dentre os procedimentos de avaliação sugere-se a utilização de: prova escrita e oral, decorrência do ensino e aprendizagem.

BIBLIOGRAFIA:

BÁSICA

BOTTINO, Marco Túlio. **Manual Prático das Licitações**. São Paulo: Saraiva.

CARVALHO, Matheus. **Manual de Direito Administrativo**. 3ª edição. Salvador: Ed. JusPodivm, 2016

PAULO, Vicente; ALEXANDRINO, Marcelo. **Direito Administrativo Descomplicado**. 21. ed.rev., atual e ampl.. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo; Método, 2013.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito Administrativo**. 25. ed.. São Paulo: Atlas, 2012.

GASPARINI, Diógenes. **Direito Administrativo**. 16. ed.. São Paulo: Saraiva, 2011.

MARINELA, Fernanda. **Direito Administrativo**. 6. ed.. Niterói: Impetus, 2012.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito Administrativo Brasileiro**. 35. ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2010.

COMPLEMENTAR

JUSTEN FILHO, Marçal. **Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos**. 10. ed.. São Paulo: Dialética, 2004.

AESGA – Lei n. 2174 de 23 de Agosto de 1985

FDG – Unidade Acadêmica da AESGA

Curso
Bacharelado em Direito

Nome da Disciplina
Direito Civil IV

Autenticação

Código	Semestre	CARGA HORÁRIA		CRÉDITOS	
		T	P	T	P
DIR5042960	1º	60	-	04	-

PLANO DE CURSO

EMENTA: A disciplina estuda a parte propedêutica do direito civil, especificamente sobre a teoria geral dos contratos e suas espécies. Analisa-se o conceito dos contratos, bem como suas espécies. Estuda a evolução histórica, a função social dos contratos, os princípios fundamentais do direito contratual, da formação dos contratos, classificação dos contratos. Por fim, estuda-se estipulação em favor de terceiro, da promessa de fato de terceiro, os vícios redibitórios, evicção, extinção do contrato e as espécies de contrato e suas influências no nosso ordenamento jurídico.

OBJETIVOS:

GERAL

Transmitir ao corpo discente a base teórica do direito contratual. Como compreendê-lo como ciência, concretizada em um sistema lógico e dedutivo. Assim, quer-se transmitir os conhecimentos técnicos e dimensão ética relacionados a ciência global do direito instrumental. Fomentar o interesse pela pesquisa, compondo um estudo voltado a uma assimilação teoricamente consistente.

ESPECÍFICOS

- Identificar o que é a teoria geral dos contratos;
- Relacionar os temas com os elementos intradogmáticos, mostrando para que os mesmos servem no ordenamento jurídico pátrio;
- Adotar a legislação e a doutrina como maneira de edificação de um senso crítico.

CONTEÚDO:

UNIDADE I

1. Conceito.
2. Evolução histórica.
3. Função social do contrato.
4. Princípios fundamentais do direito contratual.
5. Da formação dos contratos.
6. Classificação dos contratos.
7. Da estipulação em favor de terceiro.
8. Da promessa de fato de terceiro.

UNIDADE II

9. Vícios redibitórios.
10. Evicção
11. Da extinção do contrato.
12. Das várias espécies de contrato.
13. Da compra e venda.
14. Da troca ou permuta.
15. Mandato.
16. Fiança.
17. Do seguro.
18. Do jogo e aposta.

METODOLOGIA/MULTIMEIOS EDUCACIONAIS

A metodologia de caráter multifacetado tem como uma de suas finalidades subsidiar os processos de desenvolvimento e de construção das competências indispensáveis à prática profissional. Deve pautar-se por princípios interdisciplinares que permitam e atendam as especificidades da disciplina e possibilitem a abordagem problematizadora dos conteúdos e a utilização de diferentes procedimentos de ensino aprendizagem com o auxílio de diferentes multimeios. Dos procedimentos metodológicos sugere-se: aulas expositivas dialogada; leitura, discussão e produção de texto; pesquisa bibliográfica e de campo; painéis; palestras; colóquios; rodas vivas e discussões em plenária; mapas conceituais; mesa redonda). Neste sentido, na vivência da metodologia, recomenda-se a adoção de trabalhos individuais que atendam a individualização das trajetórias e trabalhos de grupo que favoreçam a democratização do conhecimento e a construção da cidadania coletiva.

AVALIAÇÃO

A avaliação é processual e tem caráter dialógico, visando prioritariamente a valorização das aprendizagens que constroem a identidade pessoal e profissional.

A metodologia de avaliação inclui o uso de procedimentos que permitam a verificação do aproveitamento, a superação de dificuldades de aprendizagem, a resignificação de conhecimentos e a construção das competências inerentes ao perfil do egresso. Na avaliação da aprendizagem dar-se-á especial atenção aos seguintes aspectos: aquisição de conhecimentos, clareza e objetividade nas argumentações oral e escrita, coerência e pertinência na apresentação de ideias/argumentos, senso crítico. Dentre os procedimentos de avaliação sugere-se a utilização de: prova escrita e oral, decorrência do ensino e aprendizagem.

BIBLIOGRAFIA:

BÁSICA

Gonçalves, Carlos Roberto. Direito Civil Brasileiro, volume 3: Contrato e atos unilaterais – 12ªed.. São Paulo: Saraiva, 2015

Gagliano, Pablo Stolze. Novo Curso de Direito Civil - Contratos Em Espécie - Vol. 4 - Tomo II - 8ª Ed. 2015. São Paulo. Editora Saraiva.

COMPLEMENTAR

DINIZ, Maria Helena. Tratado teórico e prático dos contratos – 5 volumes. 7ª ed. 2013. São Paulo. Editora Saraiva.

GOMES, Orlando. Contratos. 26ª ed. Editora Saraiva. 2008.

Monteiro, Washington de Barros, Curso de Direito Civil - Vol. 5 - Direito Das Obrigações - 2ª Parte - 41ª Ed. 2014.

Matielo, Fabricio Zamprogna. Curso de Direito civil, volume 3: dos contratos e dos atos unilaterais. São Paulo: LTr, 2010.

Pereira, Caio Mário da Silva. Instituições de Direito Civil - Vol. III - Contratos - 19ª Ed. 2015.

Código Civil, Escola Superior da Advocacia de Pernambuco, 2014. OAB-PE.

AESGA – Lei n. 2174 de 23 de Agosto de 1985

FDG – Unidade Acadêmica da AESGA

Curso
Bacharelado em Direito

Nome da Disciplina
Direito Processual Civil II

Autenticação

Código	Semestre	CARGA HORÁRIA		CRÉDITOS	
		T	P	T	P
DIR5042860	1º	60	-	04	-

PLANO DE CURSO

EMENTA: Processo de conhecimento. Petição inicial. Resposta do réu. Direito probatório. Decisão judicial. Precedente judicial. Coisa julgada. Tutela provisória. Suspensão do processo.

OBJETIVOS:

GERAL

Propiciar o estudo minudente da cognição judicial, notadamente a formação da relação jurídica processual, a suspensão do processo, o direito probatório, a extinção do processo, a coisa julgada, bem como a tutela provisória.

ESPECÍFICOS

- Possibilitar a compreensão do processo de conhecimento, notadamente a sua formação e as hipóteses que ensejam a sua suspensão e extinção.
- Relacionar o objetivo, as formalidades e a ordem dos trabalhos na audiência preliminar e na audiência de instrução e julgamento.
- Estudar de forma aprofundada direito probatório, sobretudo a teoria geral das provas e os meios de prova.
- Analisar o instituto da coisa julgada, principalmente as espécies.
- Examinar a tutela provisória, sobretudo as suas modalidades.

-Possibilitar a compreensão acerca das decisões e dos precedentes judiciais.

CONTEÚDO:

UNIDADE I

1. Teoria da cognição judicial.
2. Formação do processo.
3. Petição inicial.
 - 3.1. Conceito.
 - 3.2. Requisitos.
 - 3.3 Pedido.
 - 3.3.1. Conceito.
 - 3.3.2. Requisitos.
 - 3.3.3. Espécies.
 - 3.3.4. Cumulação.
 - 3.3.5. Ampliação e redução do pedido
 - 3.3.6. Interpretação.
 - 3.4. Emenda da petição inicial.
 - 3.5. Indeferimento da petição inicial.
4. Improcedência liminar do pedido.
5. Audiência de mediação e conciliação.
6. Teoria da defesa e resposta do réu.
 - 6.1. Contestação.
 - 6.2. Reconvenção.
 - 6.3. Revelia.
7. Arguição de impedimento e suspeição.
8. Providências preliminares e julgamento conforme o estado do processo.

UNIDADE II

9. Audiência de saneamento e organização do processo.
10. Audiência de instrução e julgamento.
11. Direito probatório.
 - 11.1. Teoria Geral da Prova.
 - 11.2. Parte geral do direito probatório.
 - 11.3. Depoimento da parte.
 - 11.4. Confissão.

- 11.5. Perícia.
- 11.6. Prova testemunhal.
- 11.7. Prova documental.
- 11.8. Exibição de documento ou outra coisa.
- 11.9. Inspeção judicial.
- 12. Suspensão e extinção do processo.
- 13. Decisão judicial.
- 14. Precedente judicial.
- 15. Coisa julgada.
- 16. Tutela provisória.

METODOLOGIA/MULTIMEIOS EDUCACIONAIS

A metodologia de caráter multifacetado tem como uma de suas finalidades subsidiar os processos de desenvolvimento e de construção das competências indispensáveis à prática profissional. Deve pautar-se por princípios interdisciplinares que permitam e atendam as especificidades da disciplina e possibilitem a abordagem problematizadora dos conteúdos e a utilização de diferentes procedimentos de ensino aprendizagem com o auxílio de diferentes multimeios. Dos procedimentos metodológicos sugere-se: aulas expositivas dialogada; leitura, discussão e produção de texto; pesquisa bibliográfica e de campo; painéis; palestras; colóquios; rodas vivas e discussões em plenária; mapas conceituais; mesa redonda). Neste sentido, na vivência da metodologia, recomenda-se a adoção de trabalhos individuais que atendam a individualização das trajetórias e trabalhos de grupo que favoreçam a democratização do conhecimento e a construção da cidadania coletiva.

AVALIAÇÃO

A avaliação é processual e tem caráter dialógico, visando prioritariamente a valorização das aprendizagens que constroem a identidade pessoal e profissional.

A metodologia de avaliação inclui o uso de procedimentos que permitam a verificação do aproveitamento, a superação de dificuldades de aprendizagem, a resignificação de conhecimentos e a construção das competências inerentes ao perfil do egresso. Na avaliação da aprendizagem dar-se-á especial atenção aos seguintes aspectos: aquisição de conhecimentos, clareza e objetividade nas argumentações oral e escrita, coerência e pertinência na apresentação de ideias/argumentos, senso crítico. Dentre os procedimentos de avaliação sugere-se a utilização de: prova escrita e oral, decorrência do ensino e aprendizagem.

BIBLIOGRAFIA:

BÁSICA

CÂMARA, Alexandre Freitas. **Lições de Direito Processual Civil**, 24 ed. Rio de Janeiro: Lumen Júris. 2013.

DIDIER Jr., Fredie. **Curso de Direito Processual Civil**. 15 ed. Salvador: Jus Podium. 2013.

MONTENEGRO Filho, Misael. **Curso de Direito Processual Civil**. 9 ed. São Paulo: Atlas. 2013.

COMPLEMENTAR

BARBOSA MOREIRA, José Carlos. **Comentários ao CPC**. Rio de Janeiro:Forense. LIEBMAN, Enrico Tullio. **Manual de Direito Processual Civil**. Rio de Janeiro: Forense.

NERY JR., Nelson. **Princípios Fundamentais: Teoria Geral dos Recursos**. São Paulo: RT PONTES DE MIRANDA, Francisco Cavalcanti. **Comentários ao CPC**. Rio de Janeiro: Forense.

DONIZETTI, Elpidio. **Curso Didático de Direito Processual Civil**. Rio de Janeiro: Lumen Júris.

GONÇALVES, Marcus Vinicius Rios. **Novo Curso de Direito Processual Civil**. São Paulo: Saraiva.

GRECO Filho, Vicente. **Direito Processual Civil Brasileiro**. São Paulo: Saraiva. THEODORO Jr., Humberto. **Curso de Direito Processual Civil**. Rio de Janeiro: Forense.

JUNIOR, Nelson Nery; NERY, Rosa Maria de Andrade. **Comentários ao Código de Processo Civil**, 1ª Ed., Editora Revista do Tribunais, 2015.

FUX, Luiz e Neves, Daniel Amorim Assunção. **Novo CPC Comparado. Totalmente confrontado**, Editora Gen, 2015.

AESGA – Lei n. 2174 de 23 de Agosto de 1985

FDG – Unidade Acadêmica da AESGA

Curso

Bacharelado em Direito

Nome da Disciplina

Direito Financeiro

Autenticação

Código DIR1185660	Semestre 1º	CARGA HORÁRIA		CRÉDITOS	
		T	P	T	P
		60	-	04	-

PLANODECURSO

EMENTA: Histórico e evolução do Direito Financeiro. A Atividade Financeira do Estado. Ciência das Finanças, Direito Financeiro e Direito Tributário. Fontes do Direito Tributário. Partilha constitucional das rendas. Receita e despesas públicas. Lei de Responsabilidade Fiscal.

OBJETIVOS:

GERAL

Analisar a evolução do Direito Financeiro e a sua importância para o ordenamento jurídico nacional, demonstrando que seu desenvolvimento acompanhou a evolução do próprio Estado, bem como a ingerência do Orçamento público nas finanças públicas, se apresentando como importante instrumento de execução, fiscalização e controle dos gastos públicos.

ESPECÍFICOS

- Analisar a evolução histórica do Direito Financeiro, atrelada a própria evolução histórica do conceito de Estado;
- Analisar o quadro das finanças pública do Estado, a sua composição e os instrumentos que viabilizam a sua dinâmica;
- Estudar o orçamento público, os elementos que o compõem, a sua compatibilidade vertical interna e os seus mecanismos de execução.

CONTEÚDO:

UNIDADE I

1. Definição E Origens Históricas Do Direito Financeiro.
2. Atividades Financeiras Do Estado.
3. Distinção Entre Direito Financeiro E Finanças Publicas. Distinção Entre Direito Financeiro E Direito Tributário.
4. Normas Gerais De Direito Financeiro. Princípios Constitucionais Financeiros.
5. Despesa Pública. Receita Pública. Orçamento Público.

UNIDADE II

6. Fiscalização Financeira.
7. Crédito Público.
8. Direito Tributário. Conceito E Autonomia.
9. Princípios Constitucionais Tributários. Sistema Tributário Nacional.
10. Partilha Constitucional De Rendas. Rendas Partilhadas E Transferidas.
11. Subsídios Intergovernamentais. FUNDOS DE PARTICIPAÇÃO.
12. Lei De Responsabilidades Fiscal

METODOLOGIA/MULTIMEIOS EDUCACIONAIS

A metodologia de caráter multifacetado tem como uma de suas finalidades subsidiar os processos de desenvolvimento e de construção das competências indispensáveis à prática profissional. Deve pautar-se por princípios interdisciplinares que permitam e atendam as especificidades da disciplina e possibilitem a abordagem problematizadora dos conteúdos e a utilização de diferentes procedimentos de ensino aprendizagem com o auxílio de diferentes multimeios. Dos procedimentos metodológicos sugere-se: aulas expositivas dialogada; leitura, discussão e produção de texto; pesquisa bibliográfica e de campo; painéis; palestras; colóquios; rodas vivas e discussões em plenária; mapas conceituais; mesa redonda). Neste sentido, na vivência da metodologia, recomenda-se a adoção de trabalhos individuais que atendam a individualização das trajetórias e trabalhos de grupo que favoreçam a democratização do conhecimento e a construção da cidadania coletiva.

AVALIAÇÃO

A avaliação é processual e tem caráter dialógico, visando prioritariamente a valorização das

aprendizagens que constroem a identidade pessoal e profissional.

A metodologia de avaliação inclui o uso de procedimentos que permitam a verificação do aproveitamento, a superação de dificuldades de aprendizagem, a resignificação de conhecimentos e a construção das competências inerentes ao perfil do egresso. Na avaliação da aprendizagem dar-se-á especial atenção aos seguintes aspectos: aquisição de conhecimentos, clareza e objetividade nas argumentações oral e escrita, coerência e pertinência na apresentação de ideias/argumentos, senso crítico. Dentre os procedimentos de avaliação sugere-se a utilização de: prova escrita e oral, decorrência do ensino e aprendizagem.

BIBLIOGRAFIA:

BÁSICA

TORRES, Ricardo Lobo. Curso de Direito Financeiro e Tributário. Ed. Renovar – RJ. BASTOS, Celso Ribeiro. Curso de Direito Financeiro e Tributário. Ed. Saraiva – SP. FRANCO, António de Sousa — Finanças públicas e direito financeiro. 4ª ed. Coimbra: Livraria Almedina, 2 vols.

CARRAZZA, Roque Antônio. Curso de Direito Constitucional Tributário. 18. ed. rev., ampl. e atual. São Paulo: Malheiros.

MACHADO, Hugo de Brito. Curso de Direito Tributário. 25. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Malheiros.

AMARO, Luciano. Direito Tributário brasileiro. 10. ed. atual. São Paulo: Saraiva. BALEEIRO, Aliomar. Direito Tributário brasileiro. 11. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Forense.

ICHIARA, Yoshiaki. Direito Tributário. São Paulo: Atlas.

HARADA, Kiyoshi. Direito Financeiro e Tributário. São Paulo: Atlas.

OLIVEIRA, Regis Fernandes de. Curso de Direito Financeiro. São Paulo: Revista dos Tribunais.

COMPLEMENTAR

CHIMENTI, Ricardo C. Direito Tributário: com anotações sobre direito financeiro, direito orçamentário e lei de responsabilidade fiscal. São Paulo: Saraiva.

6º PERÍODO

AESGA – Lei n. 2174 de 23 de Agosto de 1985
FDG – Unidade Acadêmica da AESGA

Curso
Bacharelado em Direito

Nome da Disciplina
Direito Penal IV

Autenticação

Código	Semestre	CARGA HORÁRIA		CRÉDITOS	
		T	P	T	P
DIR5032360	1º	60	-	04	-

PLANO DE CURSO

EMENTA: Crimes contra pessoa. Crimes contra patrimônio. Crimes contra propriedade material. Crimes contra organização do trabalho. Crimes contra sentimento religioso e o respeito aos mortos.

OBJETIVOS:

GERAL

Transmitir a corporação discente a base teórica e prática da Parte Especial do Código Penal, estudando o crime sem espécie. Como compreender a estrutura dos tipos penais, no contexto do Direito Penal, utilizando o sistema lógico dedutivo, tendo em vista os aspectos diferenciadores de cada crime, estabelecendo um juízo crítico e valorativo da legislação brasileira.

ESPECÍFICOS

- Identificar cada tipo penal, a partir de sua definição legal, com ênfase aos crimes de maior relevância dentro do ordenamento jurídico-penal brasileiro;
- Relacionar os tipos penais com a realidade prática, mostrando a responsabilidade do operador do direito na efetivação dos direitos frente aos dispositivos legais;
- Adotar a legislação, a doutrina e a jurisprudência como formas de edificação de um senso crítico.

CONTEÚDO:

UNIDADE I

1. Dos crimes contra a pessoa.

UNIDADE II

2. Dos crimes contra o patrimônio.

3. Dos crimes contra a propriedade material.

4. Dos crimes contra a organização do trabalho.

5. Dos crimes contra o sentimento religioso e o respeito aos mortos.

METODOLOGIA/MULTIMEIOS EDUCACIONAIS

A metodologia de caráter multifacetado tem como uma de suas finalidades subsidiar os processos de desenvolvimento e de construção das competências indispensáveis à prática profissional. Deve pautar-se por princípios interdisciplinares que permitam e atendam as especificidades da disciplina e possibilitem a abordagem problematizadora dos conteúdos e a utilização de diferentes procedimentos de ensino aprendizagem com o auxílio de diferentes multimeios. Dos procedimentos metodológicos sugere-se: aulas expositivas dialogada; leitura, discussão e produção de texto; pesquisa bibliográfica e de campo; painéis; palestras; colóquios; rodas vivas e discussões em plenária; mapas conceituais; mesa redonda). Neste sentido, na vivência da metodologia, recomenda-se a adoção de trabalhos individuais que atendam a individualização das trajetórias e trabalhos de grupo que favoreçam a democratização do conhecimento e a construção da cidadania coletiva.

AVALIAÇÃO

A avaliação é processual e tem caráter dialógico, visando prioritariamente a valorização das aprendizagens que constroem a identidade pessoal e profissional.

A metodologia de avaliação inclui o uso de procedimentos que permitam a verificação do aproveitamento, a superação de dificuldades de aprendizagem, a resignificação de conhecimentos e a construção das competências inerentes ao perfil do egresso. Na avaliação da aprendizagem dar-se-á especial atenção aos seguintes aspectos: aquisição de conhecimentos, clareza e objetividade nas argumentações oral e escrita, coerência e pertinência na apresentação de ideias/argumentos, senso crítico. Dentre os procedimentos de avaliação sugere-se a utilização de: prova escrita e oral, decorrência do ensino e aprendizagem.

BIBLIOGRAFIA:

BÁSICA

- CAPEZ, Fernando. **CursodeDireitoPenal. Vol. II.** São Paulo. Saraiva, 14ª edição, 2014.
- JESUS, Damásio E. de. **Direito Penal, Parte Especial. Vol. III.** São Paulo, Saraiva, 22ª edição, 2014.
- MASSON, Cleber. **Direito Penal; Parte Especial Esquematizado.** São Paulo, Método, 4ª edição, 2014.
- MIRABETE, Julio Fabbrini. **Manual de Direito Penal. Vol. III. Atlas,** 29ª edição, 2014.
- NUCCI, Guilherme de Souza. **Manual de Direito Penal. Parte Geral. Parte Especial.** São Paulo. RT, 9ª edição, 2014.

COMPLEMENTAR

- ANDREUCCI, Ricardo Antônio. **Manual de Direito Penal.** São Paulo, Saraiva, 10ª edição, 2014.
- BARROS, Francisco Dirceu. **Direito Penal. Parte Especial.** Rio de Janeiro. Campus/Elsevier. 2015.
- BITENCOURT, Cezar Roberto. **Tratado de Direito Penal. Parte Especial.** São Paulo. Saraiva, 10ª edição, 2014.
- CAPEZ, Fernando. **Código Penal Comentado.** Porto Alegre. Verbo Jurídico, 4ª edição, 2014.
- CUNHA, Rogério Sanches. **Código Penal para concursos.** Salvador. Bahia, Editora Podivm, 7ª. edição, 2014.
- GRECO, Rogério. **CursodeDireitoPenal. Parte Especial. Vol III.** Rio de Janeiro. Ímpetus, 10ª edição, 2014.
- ESTEFAM, André. **Direito Penal; parte Especial.** São Paulo, Saraiva, 2ª edição, 2013.
- MASSON, Cleber. **Código Penal Comentado.** São Paulo. Editora Método, 2013.
- NUCCI, Guilherme de Souza. **Código Penal Comentado.** São Paulo. RT, 13ª edição, 2014.
- PRADO, LUIZ REGIS. **Curso de Direito Penal Brasileiro.** São Paulo, Revista dos Tribunais, 13ª edição, 2014.

AESGA – Lei n. 2174 de 23 de Agosto de 1985

FDG – Unidade Acadêmica da AESGA

Curso Bacharelado em Direito
--

Nome da Disciplina Direito Processual Penal I

Código	Semestre	CARGA HORÁRIA	CRÉDITOS
---------------	-----------------	----------------------	-----------------

Autenticação

DIR30160	1º	T	P	T	P
		60	-	04	-

PLANODECURSO

EMENTA: Teoria Geral do Processo Penal. A Norma Processual Penal. Distinções básicas. Trilogia estrutural do processo. Investigação Criminal. Inquérito policial. Procedimento de Investigação Criminal do MP e outros procedimentos administrativos de investigação. Jurisdição e competência. Ação penal. Sujeitos do processo. Relação processual penal.

OBJETIVO GERAL

Fornecer aos alunos uma visão geral acerca dos principais conceitos e categorias do direito processual penal, estimulando um raciocínio crítico-reflexivo acerca dos institutos estudados, assim como a adequação do direito material ao processual.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Desenvolver a utilização de ferramentas para que os alunos possam, de acordo com o conteúdo trabalhado, compreender e discutir teoria voltada aos fatos vivenciados diariamente. Estimular a adequação do que fora trabalhado no direito material ao direito processual penal. Discutir a importância dos princípios diante da prática processual criminal. Analisar temas referentes ao direito processual penal. Motivar o estudante à leitura, ao manuseio da Lei; Desenvolver habilidades específicas que auxiliem no desenvolvimento de uma visão crítica e justa diante do contexto processual criminal. Capacitar profissionais para o exercício de atividade profissional futura.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

UNIDADE I

1. O Processo Penal. Princípios informadores;
2. Da Eficácia da Lei Processual Penal. No tempo e no espaço;
3. Do Inquérito Policial;
4. Da Investigação Criminal do MP e outros procedimentos de investigação;
5. Ação Penal. Pública e Privada. Privada Subsidiária da Pública;
6. Jurisdição e Competência. Espécies;

UNIDADE II

7. As exceções. Espécies;
8. Sujeitos Processuais. Acusador, acusado, defensor, assistente, juiz;
9. Da Prisão e espécies.
10. Da Liberdade Provisória, com e sem fiança.

METODOLOGIA/MULTIMEIOS EDUCACIONAIS

A metodologia de caráter multifacetado tem como uma de suas finalidades subsidiar os

processos de desenvolvimento e de construção das competências indispensáveis à prática profissional. Deve pautar-se por princípios interdisciplinares que permitam e atendam as especificidades da disciplina e possibilitem a abordagem problematizadora dos conteúdos e a utilização de diferentes procedimentos de ensino aprendizagem com o auxílio de diferentes multimeios. Dos procedimentos metodológicos sugere-se: aulas expositivas dialogada; leitura, discussão e produção de texto; pesquisa bibliográfica e de campo; painéis; palestras; colóquios; rodas vivas e discussões em plenária; mapas conceituais; mesa redonda). Neste sentido, na vivência da metodologia, recomenda-se a adoção de trabalhos individuais que atendam a individualização das trajetórias e trabalhos de grupo que favoreçam a democratização do conhecimento e a construção da cidadania coletiva.

AVALIAÇÃO

A avaliação é processual e tem caráter dialógico, visando prioritariamente a valorização das aprendizagens que constroem a identidade pessoal e profissional.

A metodologia de avaliação inclui o uso de procedimentos que permitam a verificação do aproveitamento, a superação de dificuldades de aprendizagem, a resignificação de conhecimentos e a construção das competências inerentes ao perfil do egresso. Na avaliação da aprendizagem dar-se-á especial atenção aos seguintes aspectos: aquisição de conhecimentos, clareza e objetividade nas argumentações oral e escrita, coerência e pertinência na apresentação de ideias/argumentos, senso crítico. Dentre os procedimentos de avaliação sugere-se a utilização de: prova escrita e oral, decorrência do ensino e aprendizagem.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

Demercian, Pedro Henrique. **Curso de Processo Penal**. Ed. Atlas.
Mossin, HeractloAntonio. **Curso de Processo Penal**. Ed. Atlas.
Tourinho Filho, Fernando da Costa. **Processo Penal**. Ed. Saraiva.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CARNELUTTI, Francesco. **As Misérias do Direito Penal**. 2 ed. São Paulo: Russel, 2009.
GRECO FILHO, Vicente. **Manual do Processo Penal**. 8 ed. São Paulo: Saraiva, 2010.
LOPES JUNIOR, Aury. **Direito Processual Penal e Sua Conformidade Constitucional**. 4ed. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2009, vol. 1.
_____. **Direito Processual Penal e Sua Conformidade Constitucional**. 2ed. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2009, vol. 2.

AESGA – Lei n. 2174 de 23 de Agosto de 1985

FDG – Unidade Acadêmica da AESGA

Curso

Bacharelado em Direito

Nome da Disciplina

Título de Crédito

Autenticação

Código	Semestre	CARGA HORÁRIA		CRÉDITOS	
		T	P	T	P
		DIR6053760	1º	60	-

PLANO DE CURSO

EMENTA: A abordagem do Título de Crédito trará o aspecto econômico do crédito visto sobre o aspecto confiança e segurança jurídica necessária para o recebimento no futuro. De início a sua relevância para o desenvolvimento da atividade empresarial. Os princípios serão aduzidos representando as características do título não se esquecendo da abordagem das classificações. O início do Estudo faz-se com o entendimento da letra de câmbio por ordem didática com a abordagem do aceite, endosso, aval, vencimento, pagamento e protesto que servirão aos demais títulos. Serão estudados em seguida a nota promissória, cheque e duplicata. Por fim, deverão ser estudados os contratos mercantis.

OBJETIVOS:

GERAL

- Transmitir ao corpo discente suporte na profissão jurídica em todos os segmentos, através do conhecimento teórico, técnico essencial ao aluno que cursa o bacharelado.
- Reconhecer instrumentos jurídicos creditícios que amparam o direito creditício. Analisar a legislação empresarial vigente a partir da doutrina e jurisprudência atual.
- Interpretar o entendimento dos juristas sobre os temas relevantes ao Título de Crédito e contratos mercantis.
- Reconhecer a importância do exame dos argumentos para a solução dos problemas emergentes no cotidiano do labor jurídico.

ESPECÍFICOS

- Reconhecer que o crédito é indispensável para a implementação de atividades empresariais.
- Reconhecer que a negociabilidade e executividade do título de crédito.
- Identificar as operações de transferência e garantidoras oriundas do título: endosso, aval.
- Compreender a aplicação jurídica de instrumentos como o protesto e a sua finalidade para o direito cambial.
- Identificar os contratos mercantis como instrumentos jurídicos mais utilizado pelo empresário hodiernamente.
- Familiarizar os alunos com os conceitos técnicos dos títulos de créditos e contratos mercantis.
- Despertar no aluno o senso crítico para o melhor uso da doutrina e legislação prática forense.

CONTEÚDO:

UNIDADE I

1. O crédito: noção, elementos, importância.
2. Crédito e direito público. Sistema Financeiro Nacional.
3. Títulos de crédito: conceito, características. Natureza jurídica.
4. Emissão dos títulos de crédito.
5. Circulação dos títulos de crédito: Aceite, Aval e Endosso.
6. Espécies de títulos de crédito. Os títulos ao portador, à ordem e nominativos.
7. Títulos cambiais: Histórico. Legislação. Lei Uniforme de Genebra; sua introdução no direito brasileiro.
8. Protesto cambiário.
9. Ações cambiárias.
8. Letra de Câmbio.
10. A Nota Promissória.
11. O Cheque.
12. A Duplicata.

UNIDADE II

13. Títulos Impróprios
14. Alienação Fiduciária em garantia
15. Franquia
16. Faturização
17. Arrendamento mercantil
18. Seguro
19. Compra e Venda Mercantil

METODOLOGIA/MULTIMEIOS EDUCACIONAIS

A metodologia de caráter multifacetado tem como uma de suas finalidades subsidiar os processos de desenvolvimento e de construção das competências indispensáveis à prática profissional. Deve pautar-se por princípios interdisciplinares que permitam e atendam as especificidades da disciplina e possibilitem a abordagem problematizadora dos conteúdos e a utilização de diferentes procedimentos de ensino aprendizagem com o auxílio de diferentes multimeios. Dos procedimentos metodológicos sugere-se: aulas expositivas dialogada; leitura, discussão e produção de texto; pesquisa bibliográfica e de campo; painéis; palestras; colóquios; rodas vivas e discussões em plenária; mapas conceituais; mesa redonda). Neste sentido, na vivência da metodologia, recomenda-se a adoção de trabalhos individuais que atendam a individualização das trajetórias e trabalhos de grupo que favoreçam a democratização do conhecimento e a construção da cidadania coletiva.

AVALIAÇÃO

A avaliação é processual e tem caráter dialógico, visando prioritariamente a valorização das aprendizagens que constroem a identidade pessoal e profissional.

A metodologia de avaliação inclui o uso de procedimentos que permitam a verificação do aproveitamento, a superação de dificuldades de aprendizagem, a resignificação de conhecimentos e a construção das competências inerentes ao perfil do egresso. Na avaliação da aprendizagem dar-se-á especial atenção aos seguintes aspectos: aquisição de conhecimentos, clareza e objetividade nas argumentações oral e escrita, coerência e pertinência na apresentação de ideias/argumentos, senso crítico. Dentre os procedimentos de avaliação sugere-se a utilização de: prova escrita e oral, decorrência do ensino e aprendizagem.

BIBLIOGRAFIA:

BÁSICA

COELHO, FábioUlhoa. **Curso de Direito Comercial**. Vol III. 14 ed. São Paulo: Saraiva. 2013.

CRUZ, André Luiz Santa. **Curso de Direito Empresarial: O Novo Regime Empresarial Brasileiro**. 4 ed. Juspodvim. 2010.

MAMEDE, Gladston. **Títulos de Crédito**. São Paulo: Atlas.

RAMOS, André Luis Santa Cruz. **Direito Empresarial Esquematizado. Método/Forense**, 2015

COMPLEMENTAR

BERTOLDI, Marcelo M/ Márcia Carla Pereira Ribeiro. **Curso Avançado de Direito Comercial**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais.

ALMEIDA, Amador Paes. **Teoria e Prática dos Títulos de Crédito**. São Paulo. Saraiva

TOMAZETTE, Marlon. **Curso de Direito Empresarial**. São Paulo. Atlas.

PARIZATTO, João Roberto. **Protesto de Títulos de Crédito. EDIPA**.

RIZZARDO, Arnaldo. **Títulos de Crédito**. Forense.

ASCARELLI, Tullio. **Teoria Geral dos Títulos de Crédito. Servanda**

GUERRA, Luiz Antonio/Gonçalves, Valério Pedroso. **Ramalivos**

DÓREA, Dylson. **Curso de Direito Comercial**, Edit. Saraiva, São Paulo- SP.

MARTIN, Fran. **Títulos de Créditos**. Rio de Janeiro: Forense.

AESGA – Lei n. 2174 de 23 de Agosto de 1985

FDG – Unidade Acadêmica da AESGA

Curso
Bacharelado em Direito

Nome da Disciplina
Direito Civil V

Autenticação

Código	Semestre	CARGA HORÁRIA		CRÉDITOS	
		T	P	T	P
DIR6053560	1º	60	-	04	-

PLANO DE CURSO

EMENTA: Estudo da responsabilidade civil. Espécies de responsabilidade. Função social e evolução. Teoria geral da responsabilidade civil. O dano: definição, espécie e elementos. Conduta e nexos causal. Teorias acerca do nexos causal. Responsabilidade contratual e extracontratual. Responsabilidade objetiva e subjetiva. Teoria da culpa e teoria do risco. Da cláusula geral de responsabilidade objetiva no novo Código Civil.

OBJETIVOS:

GERAL

Contextualizar a responsabilidade civil sob o espectro constitucional, dando-lhe uma nova roupagem funcional.

ESPECÍFICOS

Estudar a evolução dos conceitos inerentes ao instituto da responsabilidade civil. Empreender o espírito da solidariedade como escopo da integral e efetiva indenização às vítimas. Questionar e entender a questão da socialização do risco. Analisar as hipóteses concretas de aplicação das diversas teorias envolvidas na responsabilidade civil no tocante à cada instituto jurídico específico.

CONTEÚDO:

UNIDADE I

1. Responsabilidade Civil Como Uma Problemática Jurídica.
2. Responsabilidade Civil: Evolução, Conceito E Pressupostos.
3. Dano: Conceito, Espécies, Elementos E Sua Reparação. O dano moral.
4. Responsabilidade Contratual Por Inadimplemento.
5. Responsabilidade Extracontratual.
6. Responsabilidade civil subjetiva.

UNIDADE II

7. Responsabilidade civil objetiva.
8. Teoria do Risco. Espécies, princípios e teorias adotadas pela doutrina e pela legislação.
9. Responsabilidade civil transubjetiva.
9. Responsabilidade civil pelo fato da coisa.
10. Responsabilidade civil no CDC.
11. Responsabilidade civil do profissional liberal.
12. Responsabilidade civil decorrente do abuso de direito.
12. Da cláusula de não indenizar.
13. Da influência da sentença penal condenatória sobre o juízo cível.
14. Da liquidação do dano e do Arbitramento do dano moral.

METODOLOGIA/MULTIMEIOS EDUCACIONAIS

A metodologia de caráter multifacetado tem como uma de suas finalidades subsidiar os processos de desenvolvimento e de construção das competências indispensáveis à prática profissional. Deve pautar-se por princípios interdisciplinares que permitam e atendam as especificidades da disciplina e possibilitem a abordagem problematizadora dos conteúdos e a utilização de diferentes procedimentos de ensino aprendizagem com o auxílio de diferentes multimeios. Dos procedimentos metodológicos sugere-se: aulas expositivas dialogada; leitura, discussão e produção de texto; pesquisa bibliográfica e de campo; painéis; palestras; colóquios; rodas vivas e discussões em plenária; mapas conceituais; mesa redonda). Neste sentido, na vivência da metodologia, recomenda-se a adoção de trabalhos individuais que atendam a individualização das trajetórias e trabalhos de grupo que favoreçam a democratização do conhecimento e a construção da cidadania coletiva.

AVALIAÇÃO

A avaliação é processual e tem caráter dialógico, visando prioritariamente a valorização das aprendizagens que constroem a identidade pessoal e profissional.

A metodologia de avaliação inclui o uso de procedimentos que permitam a verificação do aproveitamento, a superação de dificuldades de aprendizagem, a resignificação de conhecimentos e a construção das competências inerentes ao perfil do egresso. Na avaliação da aprendizagem dar-se-á especial atenção aos seguintes aspectos: aquisição de conhecimentos, clareza e objetividade nas argumentações oral e escrita, coerência e pertinência na apresentação de ideias/argumentos, senso crítico. Dentre os procedimentos de avaliação sugere-se a utilização de: prova escrita e oral, decorrência do ensino e aprendizagem.

BIBLIOGRAFIA:

BÁSICA

MOARAES, Maria Celina Bodim de. Danos à Pessoa Humana. Uma leitura civil-constitucional dos danos morais. Rio de Janeiro. São Paulo. Recife. Renovar. 2003.

RODRIGUES, Sylvio. Curso de Direito Civil. Ed. Saraiva.

COMPLEMENTAR

DINIZ, Maria Helena. Curso de Direito Civil. Ed. Saraiva.

GOMES, Orlando. Direitos Reais. Ed. Forense.

AESGA – Lei n. 2174 de 23 de Agosto de 1985

FDG – Unidade Acadêmica da AESGA

Curso
Bacharelado em Direito

Nome da Disciplina
Direito do Trabalho I

Autenticação

Código	Semestre	CARGA HORÁRIA		CRÉDITOS	
		T	P	T	P
DIR4022060	1º	60	-	04	-

PLANO DE CURSO

EMENTA: Analisa-se o conceito de direito do trabalho, características, denominação, divisão do direito do trabalho, natureza jurídica, formação histórica, fontes e princípios do direito do trabalho, relação de emprego e relação de trabalho, contrato de trabalho. Estuda o relacionamento do empregado e empregador, direitos e deveres no âmbito do contrato. Estuda-se sobre FGTS, estabilidade, jornada de trabalho, terceirização, salário, férias, dano e seus reflexos, suspensão e interrupção do contrato de trabalho e extinção do contrato de trabalho.

OBJETIVOS:

GERAL

Transmitir ao corpo discente a base teórica do direito individual do trabalho. Como compreendê-lo como ciência, concretizada em um sistema lógico e dedutivo. Assim, quer-se transmitir os conhecimentos técnicos e a dimensão ética relacionados a ciência global do direito material. Fomentar o interesse pela pesquisa, compondo um estudo voltado a uma assimilação teoricamente consistente.

ESPECÍFICOS

- Possibilitar a formação teórico-prático do aluno;
- Identificar o que é a ciência do direito do trabalho;
- Relacionar os temas com os elementos intradogmáticos, mostrando para que os mesmos servem no ordenamento jurídico pátrio;
- Adotar a legislação e a doutrina como maneira de edificação de um senso crítico.

CONTEÚDO:

UNIDADE I

1. Direito do trabalho (histórico).
2. Fontes de direito do trabalho.
3. Princípios do direito do trabalho.
4. Relação de emprego.
5. Relação de trabalho.
6. Empregados domésticos.
7. Trabalhadores rurais.
8. Empregador e sucessão de titulares da empresa.
9. Terceirização.
10. Contrato de trabalho.

UNIDADE II.

11. Alteração, interrupção e suspensão do contrato de trabalho.
12. Remuneração e salário.
13. Jornada de trabalho.
14. Estabilidade.
15. FGTS.
16. Aviso prévio.
17. Extinção do contrato de trabalho.

METODOLOGIA/MULTIMEIOS EDUCACIONAIS

O curso terá o conteúdo explorado através de aulas expositivas abertas ao debate. Para tanto, recomendar-se-á aos alunos que tenham uma prévia leitura dos textos, sugeridos em sala de aula. Sobretudo, durante a vivência acadêmica em nossa faculdade.

AVALIAÇÃO

O processo de avaliação será realizado necessariamente em forma de prova escrita e possíveis trabalhos ou seminários sobre o conteúdo ministrado, além de resolução de exercícios.

BIBLIOGRAFIA:

BÁSICA

- CASSAR, Vólia Bomfim. Direito do Trabalho. 10ª EDIÇÃO. 2014. Editora Método\Forensis.
- Delgado, Maurício Godinho. Curso de Direito do Trabalho. 14ª edição. Editora LTR. FEVEREIRO 2015.
- Saraiva, Renato. Direito do trabalho para concursos públicos. 16ª EDIÇÃO 2014. Editora Método.

COMPLEMENTAR

NASCIMENTO, Amauri Mascaro. Iniciação ao direito do trabalho. 40ª ed. São Paulo. LTr, 2015.

Consolidação das Leis do Trabalho. Armando Casimiro Costa Filho, 44ª ed. São Paulo. LTr, 2015.

CLT Organizada. Isabelli Gravatá. 6ª ed. São Paulo. LTr, 2015.

Garcia, Gustavo Filipe Barbosa. Manual de Direito do Trabalho, São Paulo: Método, 9ªEd. 2015.

AESGA – Lei n. 2174 de 23 de Agosto de 1985

FDG – Unidade Acadêmica da AESGA

Curso
Bacharelado em Direito

Nome da Disciplina
Direito Processual Civil III

Autenticação

Código	Semestre	CARGA HORÁRIA		CRÉDITOS	
		T	P	T	P
DIR 6053460	1º	60	-	04	-

PLANODECURSO

EMENTA: Processo nos tribunais. Recursos. Ação rescisória. Julgamento de casos repetitivos. Reclamação. Teoria dos Procedimentos especiais. Mandado de segurança. Ações possessórias. Ação de família.

OBJETIVOS:

GERAL

Oportunizar aos estudantes o estudo teórico e prático acerca dos recursos, notadamente os seus aspectos gerais e suas espécies, bem como a ação rescisória, a reclamação e o julgamento de casos repetitivos, propiciando, ainda, a compreensão sobre os procedimentos especiais existentes no sistema jurídico processual.

ESPECÍFICOS

- Pontuar a dinâmica do sistema recursal no processo civil a partir da garantia do duplo grau de jurisdição.
- Classificar os atos do juiz segundo sua natureza jurídica, apontando os meios de impugnação adequados a corrigir possíveis erros na prestação jurisdicional;
- Diferenciar o juízo de admissibilidade do juízo de mérito dos recursos, a partir de seus requisitos e dos órgãos competentes para fazê-los;
- Discorrer sobre cada recurso em espécie previsto no CPC, seu modo de interposição, requisitos para o processamento e efeitos;
- Estudar a ação rescisória, sobretudo as hipóteses de cabimento;
- Analisar o microsistema das tutelas das causas repetitivas;
- Propiciar o entendimento acerca da teoria dos procedimentos especiais previstos no CPC, analisando algumas espécies de tais procedimentos.

CONTEÚDO:

UNIDADE I

1. Ordem dos processos nos tribunais.
2. Recursos.
 - 2.1. Parte geral.
 - 2.2. Recursos em espécie.
 - 2.2.1. Apelação.
 - 2.2.2. Agravo de instrumento.
 - 2.2.3. Embargos de declaração.
 - 2.2.4. Agravo interno.
 - 2.2.5. Recurso ordinário.
 - 2.2.6. Recurso especial e extraordinário.
3. Ação rescisória.
4. Reclamação.
5. Microssistema de tutela das causas repetitivas: julgamento de casos repetitivos.
 - 5.1. Incidente de resolução de demandas repetitivas.
 - 5.2. Recursos especiais e extraordinários repetitivos.
6. Incidente de assunção de competência.

UNIDADE II

7. Incidente de arguição de inconstitucionalidade.
8. Remessa necessária.
9. Teoria dos Procedimentos Especiais.
10. Mandado de segurança
 - 10.1. Generalidades.
 - 10.2. Mandado de segurança contra ato judicial.
 - 10.3. Pedido de suspensão de segurança.
11. Ações possessórias.
12. Ações de Família.

METODOLOGIA/MULTIMEIOS EDUCACIONAIS

A metodologia de caráter multifacetado tem como uma de suas finalidades subsidiar os processos de desenvolvimento e de construção das competências indispensáveis à prática profissional. Deve pautar-se por princípios interdisciplinares que permitam e atendam as especificidades da disciplina e possibilitem a abordagem problematizadora dos conteúdos e a utilização de diferentes procedimentos de ensino aprendizagem com o auxílio de diferentes multimeios. Dos procedimentos metodológicos sugere-

se: aulas expositivas dialogada; leitura, discussão e produção de texto; pesquisa bibliográfica e de campo; painéis; palestras; colóquios; rodas vivas e discussões em plenária; mapas conceituais; mesa redonda). Neste sentido, na vivência da metodologia, recomenda-se a adoção de trabalhos individuais que atendam a individualização das trajetórias e trabalhos de grupo que favoreçam a democratização do conhecimento e a construção da cidadania coletiva.

AVALIAÇÃO

A avaliação é processual e tem caráter dialógico, visando prioritariamente a valorização das aprendizagens que constroem a identidade pessoal e profissional.

A metodologia de avaliação inclui o uso de procedimentos que permitam a verificação do aproveitamento, a superação de dificuldades de aprendizagem, a resignificação de conhecimentos e a construção das competências inerentes ao perfil do egresso. Na avaliação da aprendizagem dar-se-á especial atenção aos seguintes aspectos: aquisição de conhecimentos, clareza e objetividade nas argumentações oral e escrita, coerência e pertinência na apresentação de ideias/argumentos, senso crítico.

BIBLIOGRAFIA:

BÁSICA

Donizetti, Elpídio. Curso Didático de Direito Processual Civil, 18ª ed. Editora Atlas, 2014.

Filho, Misael Montenegro. Curso de Direito Processual Civil – Processo de Execução, vol. II, Editora Atlas, 2014.

Gonçalves, Marcus Vinicius Rios. Direito Processual Civil Esquematizado. 4ª ed.. 2014. Editora Saraiva.

COMPLEMENTAR

SOUZA E SILVA, Rinaldo Mouzalas, 7ª edição, revisada, atualizada e ampliada, 2014. Editora JusPodium.

BARBI, Celso Agrícola. Comentários ao Código de Processo Civil, 14ª ed. 2010..

MOREIRA, J. C. Barbosa. O novo processo civil brasileiro. Editora Forense.

ALVIM, José Manoel Arruda. Manual de Direito Processo Civil. 14ª ed. Editora Revista dos Tribunais.

SANTOS, Moacyr Amaral. Primeiras linhas de direito processual civil. Editora Saraiva. 12ª ed.

JUNIOR, Fredie Didier; CUNHA, Leonardo Carneiro da; BRAGA, Paula Saruo; OLIVEIRA, Rafael Alexandria de. Curso de Direito Processual Civil, . vol. 5, 6ª Ed., Juspodium, 2014.

JUNIOR, Nelson Nery e NERY, Rosa Maria de A.. Comentários ao Código de Processo Civil, 1ª Ed. Editora Revista dos Tribunais, 2015.

MARCATO, Antônio Carlos. Código de Processo Civil Interpretado. Editora Atlas, 2015.

7º PERÍODO

Curso

Bacharelado em Direito

Autenticação

Nome da Disciplina

Direito Penal V

Código	Semestre	CARGA HORÁRIA		CRÉDITOS	
		T	P	T	P
DIR6053660	1º	60	-	04	-

PLANO DE CURSO

EMENTA: Crimes contra a dignidade sexual. Crimes contra a família. Crimes contra a incolumidade pública. Crimes contra a paz pública. Crimes contra a fé pública. Crimes contra a administração pública. Crimes previstos na legislação especial.

OBJETIVOS:

GERAL

Transmitir a o corpo discente a base teórica e prática da Parte Especial do Código Penal, estudando o crime sem espécie. Como compreender a estrutura dos tipos penais, no contexto do Direito Penal, utilizando um sistema lógico dedutivo, tendo em vista os aspectos diferenciadores de cada crime, estabelecendo um juízo crítico e valorativo da legislação brasileira.

ESPECÍFICOS

- Identificar cada tipo penal, a partir de sua definição legal, com ênfase aos crimes de maior relevância dentro do ordenamento jurídico-penal brasileiro;
- Relacionar os tipos penais com a realidade prática, mostrando a responsabilidade do operador do direito na efetivação dos direitos frente aos dispositivos legais vigentes;

- Adotar a legislação, a doutrina e a jurisprudência como formas de edificação de senso crítico.

CONTEÚDO:

UNIDADE I

1. Dos crimes contra a dignidade sexual.
2. Dos crimes contra a família.

UNIDADE II

3. Dos crimes contra a incolumidade pública.
4. Dos crimes contra a paz pública.
5. Dos crimes contra a fé pública.
6. Dos crimes contra a administração pública.
7. Dos crimes previstos na legislação especial.

METODOLOGIA/MULTIMEIOS EDUCACIONAIS

A metodologia de caráter multifacetado tem como uma de suas finalidades subsidiar os processos de desenvolvimento e de construção das competências indispensáveis à prática profissional. Deve pautar-se por princípios interdisciplinares que permitam e atendam as especificidades da disciplina e possibilitem a abordagem problematizadora dos conteúdos e a utilização de diferentes procedimentos de ensino – aprendizagem com o auxílio de diferentes multimeios. Dos procedimentos metodológicos sugere-se: aulas expositivas dialogada; leitura, discussão e produção de texto; pesquisa bibliográfica e de campo; painéis; palestras; colóquios; rodas vivas e discussões em plenária; mapas conceituais; mesa redonda). Neste sentido, na vivência da metodologia, recomenda-se a adoção de trabalhos individuais que atendam a individualização das trajetórias e trabalhos de grupo que favoreçam a democratização do conhecimento e a construção da cidadania coletiva.

AVALIAÇÃO

A avaliação é processual e tem caráter dialógico, visando prioritariamente a valorização das aprendizagens que constroem a identidade pessoal e profissional.

A metodologia de avaliação inclui o uso de procedimentos que permitam a verificação do aproveitamento, a superação de dificuldades de aprendizagem, a resignificação de conhecimentos e a construção das competências inerentes ao perfil do egresso. Na avaliação da aprendizagem dar-se-á

especial atenção aos seguintes aspectos: aquisição de conhecimentos, clareza e objetividade nas argumentações oral e escrita, coerência e pertinência na apresentação de ideias/argumentos, senso crítico. Dentre os procedimentos de avaliação sugere-se a utilização de: prova escrita e oral, decorrência do ensino e aprendizagem.

BIBLIOGRAFIA:

BÁSICA

- CAPEZ, Fernando. **CursodeDireitoPenal. Vol. III.** São Paulo. Saraiva, 14ª edição, 2014.
- JESUS, Damásio E. de. **Direito Penal, Parte Especial. Vol. III.** São Paulo, Saraiva, 22ª edição, 2014.
- MASSON, Cleber. **Direitopenal; Parte Especial Esquematizado.** São Paulo, Método, 4ª edição, 2014.
- MIRABETE, Julio Fabbrini. **Manual de Direito Penal. Vol. III.** Atlas, 29ª edição, 2014.
- NUCCI, Guilherme de Souza. **Manual de Direito Penal. Parte Geral. Parte Especial.** São Paulo. RT, 9ª edição, 2014.

COMPLEMENTAR

- ANDREUCCI, Ricardo Antônio. **Manual de Direito Penal.** São Paulo, Saraiva, 10ª edição, 2014.
- BARROS, Francisco Dirceu. **Direito Penal. Parte Especial.** Rio de Janeiro. Campus/Elsevier. 2015.
- BITENCOURT, Cezar Roberto. **Tratado de Direito Penal. Parte Especial.** São Paulo. Saraiva, 10ª edição, 2014.
- CAPEZ, Fernando. **Código Penal Comentado.** Porto Alegre. Verbo Jurídico, 4ª edição, 2014.
- CUNHA, Rogério Sanches. **Código Penal para concursos.** Salvador. Bahia, Editora Podivm, 7ª. edição, 2014.
- GRECO, Rogério. **CursodeDireitoPenal. Parte Especial.** Vol III. Rio de Janeiro. Ímpetus, 10ª edição, 2014.
- ESTEFAM, André. **Direitopenal; parte Especial.** São Paulo, Saraiva, 2ª edição, 2013.
- MASSON, Cleber. **Código Penal Comentado.** São Paulo. Editora Método, 2013.
- NUCCI, Guilherme de Souza. **Código Penal Comentado.** São Paulo. RT, 13ª edição, 2014.
- NUCCI, Guilherme de Souza. **Crimes Contra a Dignidade Sexual.** São Paulo, Revista dos Tribunais; 2010.
- PRADO, LUIZ REGIS. **Curso de Direito Penal Brasileiro.** São Paulo, Revista dos Tribunais, 13ª edição, 2014.

AESGA – Lei n. 2174 de 23 de Agosto de 1985

FDG – Unidade Acadêmica da AESGA

Curso
Bacharelado em Direito

Nome da Disciplina
Falências e Recuperação de Empresas

Autenticação

Código	Semestre	CARGA HORÁRIA		CRÉDITOS	
		T	P	T	P
DIR1196360	1º	60	-	04	-

PLANO DE CURSO

EMENTA A abordagem da Lei 11.101, de 09.02.2005 sobre o tratamento do empresário em dificuldade econômico-financeira. O aspecto primordial a ser estudado privilegia a preservação da empresa em razão da sua função social, sendo protegido o mercado. De início será estudado a falência destinada a um devedor específico, empresário, que se encontra em uma situação de insolvência jurídica. Serão aduzidas as fases do processo falimentar. Por fim, será estudada a recuperação judicial de empresa do empresário na busca do equilíbrio financeiro diante da possibilidade.

OBJETIVOS:

GERAL

- Transmitir ao corpo discente suporte na profissão jurídica em todos os segmentos, através do conhecimento teórico, técnico essencial ao aluno que cursa o bacharelado.
- Reconhecer a falência como um processo complexo.
- Analisar a legislação falimentar vigente a partir da doutrina e jurisprudência atual.
- Interpretar o entendimento dos juristas sobre os temas relevantes a falência e a Recuperação de Empresas.
- Reconhecer a importância do exame dos argumentos para a solução dos problemas emergentes no cotidiano do labor jurídico.
- Reconhecer o estudo da preservação da empresa como indispensável da Lei 11.101/2005 por ser a empresa uma unidade produtiva, geradora de riquezas, criadora de empregos tendo um indiscutível interesse social.

ESPECÍFICOS

- Reconhecer a aplicação da Lei 11.101, de 09 de fevereiro de 2005 aos empresários em dificuldades econômicas.
- Reconhecer a função social da empresa.
- Identificar os princípios, a possibilidade da recuperação aos empresários com possibilidade de reversão da crise, tendo a aplicação da falência aos irrecuperáveis.
- Compreender que através da prioridade da preservação da empresa tem-se além da satisfação dos credores implementação de procedimentos que não leve ao necessário encerramento da atividade empresarial.
- Familiarizar os alunos com os conceitos técnicos da recuperação de empresas e falência.
- Despertar no aluno o senso crítico para o melhor uso da doutrina e legislação na prática forense.

CONTEÚDO:

UNIDADE I

1. Teoria Geral da Falência
2. Caracterização da falência;
3. Processo da Falência –Fase pré-falimentar
4. Declaração Judicial da Falência
5. Efeitos da falência
6. Processo da falência- Fase Falimentar
7. Administração da massa falida;
8. Arrecadação
6. Pedido de restituição;
- 7..Habilitação e classificação dos créditos;
8. Liquidação e pagamento dos credores;
- 9..Extinção das obrigações;
10. Crimes falimentares.
11. Processo Falimentar- Fase pós-falencial.

UNIDADE II

12. Espécies
13. Recuperação judicial e sua Caracterização
14. Processamento e procedimento da recuperação judicial;
15. Plano de recuperação e efeitos:
 - Quanto ao direito dos credores;
 - Aos bens;
 - À pessoa do empresário;

- Aos contratos.
- 16. Processo da recuperação judicial e da recuperação extrajudicial;
- 17. Intervenção e Liquidação Extrajudicial:
 - Intervenção administrativa nas instituições financeiras;
 - Liquidação extrajudicial das instituições financeiras;
 - Liquidação extrajudicial de outras empresas.

METODOLOGIA/MULTIMEIOS EDUCACIONAIS

A metodologia de caráter multifacetado tem como uma de suas finalidades subsidiar os processos de desenvolvimento e de construção das competências indispensáveis à prática profissional. Deve pautar-se por princípios interdisciplinares que permitam e atendam as especificidades da disciplina e possibilitem a abordagem problematizadora dos conteúdos e a utilização de diferentes procedimentos de ensino/aprendizagem com o auxílio de diferentes multimeios. Dos procedimentos metodológicos sugere-se: aulas expositivas dialogada; leitura, discussão e produção de texto; pesquisa bibliográfica e de campo; painéis; palestras; colóquios; rodas vivas e discussões em plenária; mapas conceituais; mesa redonda). Neste sentido, na vivência da metodologia, recomenda-se a adoção de trabalhos individuais que atendam a individualização das trajetórias e trabalhos de grupo que favoreçam a democratização do conhecimento e a construção da cidadania coletiva.

AVALIAÇÃO

A avaliação é processual e tem caráter dialógico, visando prioritariamente a valorização das aprendizagens que constroem a identidade pessoal e profissional.

A metodologia de avaliação inclui o uso de procedimentos que permitam a verificação do aproveitamento, a superação de dificuldades de aprendizagem, a resignificação de conhecimentos e a construção das competências inerentes ao perfil do egresso. Na avaliação da aprendizagem dar-se-á especial atenção aos seguintes aspectos: aquisição de conhecimentos, clareza e objetividade nas argumentações oral e escrita, coerência e pertinência na apresentação de ideias/argumentos, senso crítico. Dentre os procedimentos de avaliação sugere-se a utilização de: prova escrita e oral, decorrência do ensino e aprendizagem.

BIBLIOGRAFIA:

BÁSICA

- COELHO, Fábio Ulhoa. Comentários à Nova Lei de Falências e de Recuperação de Empresa. São Paulo: Saraiva. 2014
- COELHO, Fábio Ulhoa. Manual de Direito Comercial. São Paulo: Saraiva. 27ª edição, 2015.
- MAMEDE, Gladston. Falência e Recuperação de Empresas. São Paulo: Atlas. 6ª edição, 2014.

MAMEDE, Gladston. Manual de Direito Empresarial. São Paulo: Atlas. . 9ª edição. 2015

NEGRÃO, Ricardo. Aspectos Objetivos da Lei de Recuperação de Empresas e de Falência. São Paulo: Saraiva.

FRAZZIO JR., WALDO. Nova Lei de Falência e Recuperação de Empresas. São Paulo: Atlas.6ª edição, 2012.

BERTOLDI, Marcelo M/ Márcia Carla Pereira Ribeiro. Curso Avançado de Direito Comercial. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais. 9ª edição, 2015.

CRUZ, André Luiz Santa. Curso de Direito Empresarial: O Novo Regime Empresarial Brasileiro. Juspodvim, 5ª edição, 2015.

COMPLEMENTAR

CASTELLANI, Fernando A. A Empresa em Crise: Falência e Recuperação judicial de empresas. São Paulo: Saraiva. 2007

ALMEIDA, Amado Paes de. Curso de Falência e Recuperação de Empresa. São Paulo: Saraiva.

FRANCO, Vera Helena de Mello. Falência de Recuperação de Empresas. Campus Jurídico

AESGA – Lei n. 2174 de 23 de Agosto de 1985

FDG – Unidade Acadêmica da AESGA

Curso
Bacharelado em Direito

Nome da Disciplina
Direito do Trabalho II

Autenticação

Código	Semestre	CARGA HORÁRIA		CRÉDITOS	
		T	P	T	P
DIR5042760	1º	60	-	04	-

PLANO DE CURSO

EMENTA: Analisa-se o conceito de direito coletivo do trabalho. Estuda as organizações sindicais, enfatizando o papel dos sindicatos, federação, confederação, centrais sindicais. Por fim, estuda-se acordo e convenção coletiva, mediação, arbitragem, comissão de conciliação prévia, greve e os métodos de soluções de conflitos coletivos de trabalho.

OBJETIVOS:

GERAL

Transmitir ao corpo discente a base teórica do direito coletivo do trabalho. Como compreendê-lo como ciência, concretizada em um sistema lógico e dedutivo. Assim, quer-se transmitir os conhecimentos técnicos e a dimensão ética relacionados a ciência global do direito material. Fomentar o interesse pela pesquisa, compondo um estudo voltado a uma assimilação teoricamente consistente.

ESPECÍFICOS

- Possibilitar a formação teórico-prático do aluno;
- Identificar o que é a ciência do direito coletivo do trabalho;
- Relacionar os temas com os elementos intradogmáticos, mostrando para que os mesmos servem no ordenamento jurídico pátrio;
- Adotar a legislação e a doutrina como maneira de edificação de um senso crítico.

CONTEÚDO:

UNIDADE I

1. Conceito.
2. Origem histórica.
3. Natureza jurídica.
4. Princípios do direito coletivo do trabalho.
5. Organização Sindical (sindicato, federação, confederação, centrais sindicais).

UNIDADE II.

6. Convenção e acordo coletivo do trabalho.
7. Mediação e Arbitragem.
8. Comissão de Conciliação Prévia.
9. Greve

METODOLOGIA/MULTIMEIOS EDUCACIONAIS

A metodologia de caráter multifacetado tem como uma de suas finalidades subsidiar os processos de desenvolvimento e de construção das competências indispensáveis à prática profissional. Deve pautar-se por princípios interdisciplinares que permitam e atendam as especificidades da disciplina e possibilitem a abordagem problematizadora dos conteúdos e a utilização de diferentes procedimentos de ensino aprendizagem com o auxílio de diferentes multimeios. Dos procedimentos metodológicos sugere-se: aulas expositivas dialogada; leitura, discussão e produção de texto; pesquisa bibliográfica e de campo; painéis; palestras; colóquios; rodas vivas e discussões em plenária; mapas conceituais; mesa redonda). Neste sentido, na vivência da metodologia, recomenda-se a adoção de trabalhos individuais que atendam a individualização das trajetórias e trabalhos de grupo que favoreçam a democratização do conhecimento e a construção da cidadania coletiva.

AVALIAÇÃO

A avaliação é processual e tem caráter dialógico, visando prioritariamente a valorização das aprendizagens que constroem a identidade pessoal e profissional.

A metodologia de avaliação inclui o uso de procedimentos que permitam a verificação do aproveitamento, a superação de dificuldades de aprendizagem, a resignificação de conhecimentos e a construção das competências inerentes ao perfil do egresso. Na avaliação da aprendizagem dar-se-á especial atenção aos seguintes aspectos: aquisição de conhecimentos, clareza e objetividade nas argumentações oral e escrita, coerência e pertinência na apresentação de ideias/argumentos, senso crítico.

BIBLIOGRAFIA:

BÁSICA

CASSAR, Vólia Bomfim. Direito do Trabalho. 10ª EDIÇÃO. 2014. Editora Método\Forense.

Delgado, Maurício Godinho. Curso de Direito do Trabalho. 14ª edição. Editora LTR. FEVEREIRO 2015.

Sarai va, Renato. Direito do trabalho para concursos públicos. 16ª EDIÇÃO 2014. Editora Método.

COMPLEMENTAR

NASCIMENTO, Amauri Mascaro. Iniciação ao direito do trabalho. 40ª ed. São Paulo. LTr, 2015.

Consolidação das Leis do Trabalho. Armando Casimiro Costa Filho, 44ª ed. São Paulo. LTr, 2015.

CLT Organizada. Isabelli Gravatá. 6ª ed. São Paulo. LTr, 2015.

Garcia, Gustavo Filipe Barbosa. Manual de Direito do Trabalho, São Paulo: Método, 9ªEd. 2015.

AESGA – Lei n. 2174 de 23 de Agosto de 1985

FDG – Unidade Acadêmica da AESGA

Curso
Bacharelado em Direito

Nome da Disciplina
Direito Processual Civil IV

Autenticação

Código	Semestre	CARGA HORÁRIA		CRÉDITOS	
		T	P	T	P
DIR064160	1º	60	-	04	-

PLANODECURSO

EMENTA: Execução e cumprimento de sentença. Execuções especiais. Ação monitória. Embargos de terceiros.

OBJETIVOS:

GERAL

Análise do Processo de Execução, com o estudo dos diversos tipos ou espécies de execução e as defesas oponíveis na execução pelo devedor e por terceiros.

ESPECÍFICOS

- Estudar a teoria geral da execução civil, sobretudo os princípios aplicáveis e as normas gerais correlatas previstas no CPC.
- Diferenciar os títulos executivos judiciais e extrajudiciais e a dinâmica procedimental em relação a execução de cada título;
- Analisar os procedimentos especiais de execução, dando ênfase a execução fiscal, execução de alimentos, execução contra a fazenda pública, execução hipotecária e a execução contrato garantido por alienação fiduciária.

CONTEÚDO:

UNIDADE I

1. Teoria da Execução Civil.
2. Parte geral da execução civil.
3. Execução de título judicial (com todos os desdobramentos).
4. Execução de título extrajudicial (com todos os desdobramentos).

UNIDADE II

5. Procedimentos especiais de execução.
 - 5.1. Execução fiscal.
 - 5.2. Execução de alimentos.
 - 5.3. Execução contra a Fazenda Pública.
 - 5.4. Execução hipotecária.
 - 5.5. Execução de contrato garantido por alienação fiduciária.
6. Procedimentos especiais relacionados à execução.

METODOLOGIA/MULTIMEIOS EDUCACIONAIS

A metodologia de caráter multifacetado tem como uma de suas finalidades subsidiar os processos de desenvolvimento e de construção das competências indispensáveis à prática profissional. Deve pautar-se por princípios interdisciplinares que permitam e atendam as especificidades da disciplina e possibilitem a abordagem problematizadora dos conteúdos e a utilização de diferentes procedimentos de ensino aprendizagem com o auxílio de diferentes multimeios. Dos procedimentos metodológicos sugere-se: aulas expositivas dialogada; leitura, discussão e produção de texto; pesquisa bibliográfica e de campo; painéis; palestras; colóquios; rodas vivas e discussões em plenária; mapas conceituais; mesa redonda). Neste sentido, na vivência da metodologia, recomenda-se a adoção de trabalhos individuais que atendam a individualização das trajetórias e trabalhos de grupo que favoreçam a democratização do conhecimento e a construção da cidadania coletiva.

AVALIAÇÃO

A avaliação é processual e tem caráter dialógico, visando prioritariamente a valorização das aprendizagens que constroem a identidade pessoal e profissional.

A metodologia de avaliação inclui o uso de procedimentos que permitam a verificação do aproveitamento, a superação de dificuldades de aprendizagem, a resignificação de conhecimentos e a construção das competências inerentes ao perfil do egresso. Na avaliação da aprendizagem dar-se-á

especial atenção aos seguintes aspectos: aquisição de conhecimentos, clareza e objetividade nas argumentações oral e escrita, coerência e pertinência na apresentação de ideias/argumentos, senso crítico. Dentre os procedimentos de avaliação sugere-se a utilização de: prova escrita e oral, decorrência do ensino e aprendizagem.

BIBLIOGRAFIA:

BÁSICA

BÁSICA FILHO, Misael Montenegro, Curso de Direito Processual Civil – Medidas de urgência, Tutela Antecipada e Ação Cautelar, Procedimentos Especiais, vol.2, 9ª ed, Editora Atlas, São Paulo, 2013.

MARINONI, Luiz Guilherme, Curso de Direito Processual Civil – Procedimentos Especiais, vol.5, ed. 5, Editora Revista dos Tribunais, 2013.

DONIZETTI, Elpídio, O Novo Processo Cautelar, 2ª ed, Editora Lumen Juris.

COMPLEMENTAR

ALVIM, José Manoel Arruda. Manual de direito processual civil I , II e III

ARAGÃO, Egas Dirceu Muniz. Comentários ao código de processo civil

BARBI, Celso Agrícola. Comentários ao código de processo civil

CINTRA, Antonio Carlos de Araújo e outros. Teoria geral do processo

DINAMARCO, Cândido Rangel. Instituições de direito processual civil. 7 ed. 2013 GRECO FILHO, Vicente. Direito processual civil brasileiro

LIEBMAN, Enrico Túllio. Manual de direito processual civil

MARQUES, José Frederico. Manual de direito processual civil

PASSOS, José Joaquim Calmon de. Comentários ao código de processo civil WAMBIER, Luiz Rodrigues, Curso Avançado de Processo Civil V.3, 8ª ed, Ed. Revista dos Tribunais, 2007.

MOREIRA, J.C. Barbosa. O novo processo civil brasileiro

SANTOS, Moacyr Amaral. Primeiras linhas de direito processual civil

THEODORO JUNIOR, Humberto. Curso de direito processual civil

THEODORO JUNIOR, Humberto. Processo de cautelar. SANTOS, Ernani Fidelis, Manual de Direito Processual Civil, vol. 3, 12ª ed, Ed. Saraiva, 2008.

KLIPPEL, Rodrigo e BASTOS, Antônio Adomas. Manual de Direito Processual Civil, vol. Único. Editora Juspodium, 2015.

SOUZA e SILVA, Rinaldo M., 7ªed., 2014, Editora Jus Podium.

AESGA – Lei n. 2174 de 23 de Agosto de 1985

FDG – Unidade Acadêmica da AESGA

Curso Bacharelado em Direito
--

Nome da Disciplina Direito Processual Penal II
--

Autenticação

Código	Semestre	CARGA HORÁRIA		CRÉDITOS	
		T	P	T	P
DIR7063860	1º	60	-	04	-

PLANO DE CURSO

EMENTA: A disciplina estuda a parte propedêutica do direito processual penal. Nesta, analisa-se o conceito de prova

dentro de uma teoria geral da prova, bem como as suas espécies. Estuda também as formas de comunicação dos atos processuais, prazos no processo penal, perfazendo toda uma visão ampliada do processo e de seus procedimentos, de caráter geral e especial.

OBJETIVO GERAL

Transmitir ao corpo discente a base teórica do direito processual penal. Como compreendê-lo como ciência, concretizada em um sistema lógico e dedutivo. Assim, quer-se transmitir os conhecimentos técnicos e a dimensão ética relacionados a ciência global do direito instrumental. Fomentar o interesse pela pesquisa, compondo um estudo voltado a uma assimilação teoricamente consistente.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Identificar o que é a ciência processual penal;

Relacionar os temas com os elementos intradogmáticos, mostrando para que os mesmos servem no mundo do prático-constituendo;

Adotar a legislação e a doutrina como maneira de edificação de um senso crítico.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

UNIDADE I

1. A prova no processo penal;
2. Atos de comunicação processual;
3. Dos prazos processuais e sua contagem;
4. Do processo.

UNIDADE II

5. Dos procedimentos;
6. Das Nulidades.
7. Sentença e sua estrutura lógica.

METODOLOGIA E MEIOS EDUCACIONAIS

A metodologia de caráter multifacetado tem como uma de suas finalidades subsidiar os processos de desenvolvimento e de construção das competências indispensáveis à prática profissional. Deve pautar-se por princípios interdisciplinares que permitam e atendam as especificidades da disciplina e possibilitem a abordagem problematizadora dos conteúdos e a utilização de diferentes procedimentos de ensino/aprendizagem com o auxílio de diferentes meios. Dos procedimentos metodológicos sugere-se: aulas expositivas mantendo uma dialética democrática com alunos, leitura, discussão e produção de texto; pesquisa bibliográfica e de campo; painéis; palestras; colóquios; rodas vivas e discussões em plenária; mapas conceituais; mesa redonda. Neste sentido, na vivência da metodologia, recomenda-se a adoção de trabalhos individuais que atendam a individualização das trajetórias e trabalhos de grupo que favoreçam a democratização do conhecimento e a construção da cidadania coletiva.

AVALIAÇÃO

A avaliação é processual e tem caráter dialógico, visando prioritariamente a valorização das aprendizagens que constroem a identidade pessoal e profissional.

A metodologia de avaliação inclui o uso de procedimentos que permitam a verificação do aproveitamento, a superação de dificuldades de aprendizagem, a resignificação de conhecimentos e a construção das competências inerentes ao perfil do egresso. Na avaliação da aprendizagem dar-se-á especial atenção aos seguintes aspectos: aquisição de conhecimentos, clareza e objetividade nas argumentações oral e escrita, coerência e pertinência na apresentação de ideias/argumentos, senso crítico. Dentre os procedimentos de avaliação sugere-se a utilização de: prova escrita e oral, decorrência do ensino e aprendizagem, podendo ser aplicados testes periódicos para auferir se os conteúdos ministrados estão sendo apreendidos pelos alunos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

TORURINHO FILHO, Fernando da Costa, **Curso de Direito Processual Penal**, São Paulo, Saraiva, 2010.

NUCCI, Guilherme de Sousa. **Curso de Direito Processual Penal**. São Paulo. Saraiva. 2009.

OLIVEIRA, Eugênio Pacelli, **Curso de Direito Processual Penal**. São Paulo. Del Rey. 2009.

COMPLEMENTAR

BRANDÃO, Cláudio. **Teoria Jurídica do Crime**. São Paulo. Forense. 2009

GOMES, Luis Flavio. **Direito Processual Penal**. Vol. São Paulo. Revista dos Tribunais. 2007

REIS, Alexandre Celmanet al, **Processual Penal**. São Paulo. Saraiva. 2009

AESGA – Lei n. 2174 de 23 de Agosto de 1985

FDG – Unidade Acadêmica da AESGA

Curso
Bacharelado em Direito

Nome da Disciplina
Direito Civil VI

Autenticação

Código	Semestre	CARGA HORÁRIA		CRÉDITOS	
		T	P	T	P
DIR7064260	1º	60	-	04	-

PLANODECURSO

EMENTA: A disciplina busca uma visão atualizada do Direito das Coisas, afastando a concepção clássica, privatista e individualista de importantes institutos como a posse e a propriedade, primando pela observância dos direitos e garantias fundamentais, a partir da análise doutrinária dos dispositivos legais, bem como da abordagem jurisprudencial, procurando estabelecer um constante diálogo com a Constituição Feral e o direito infraconstitucional.

OBJETIVOS:

GERAL

Promover uma leitura contemporânea da posse, da propriedade e das demais relações jurídicas que lhes são subjacentes, fundadas na função social proclamada pelo texto Constitucional, que busca promover a dignidade humana e a igualdade substancial, eixo central do atual sistema jurídico.

ESPECÍFICOS

Analisar o conceito, as características e a classificação dos direitos reais;

Realizar uma abordagem prática da posse e da propriedade, demonstrando a relevância dos temas analisados no contexto jurídico contemporâneo;

Adotar a análise legislativa, doutrinária e jurisprudencial como instrumentos de desenvolvimento do senso crítico.

CONTEÚDO:

UNIDADE I

1. DIREITOS REAIS

1.1. Do Direito das coisas em geral

1.1.1 Conceito, características, classificação;

1.1.2 Direitos reais e pessoais

1.2. DA POSSE

1.2.1 Conceito e Natureza Jurídica

1.2.2 Teorias sobre a posse

1.2.3 Classificação

1.2.4 Aquisição e perda

1.2.5 Efeitos da Posse. Proteção possessória. Frutos e benfeitorias

UNIDADE II

1.3. DA PROPRIEDADE

1.3.1 Conceito, características e espécies

1.3.2 Da propriedade imobiliária

1.3.2.1 Aquisição e perda

1.3.2.2 Limitações ao direito de propriedade.

1.3.3 Da propriedade mobiliária

1.3.1.1 Aquisição e perda.

1.3.4 Direitos de Vizinhança

1.3.5 Condomínio em geral

1.3.6 Condomínio edilício

METODOLOGIA/MULTIMEIOS EDUCACIONAIS

O conteúdo programático será explorado através de aulas expositivas abertas ao debate, recomendando-se aos alunos prévia leitura de textos, artigos e decisões judiciais sugeridos em sala de aula.

AVALIAÇÃO

O processo de avaliação será realizado mediante prova escrita e possíveis trabalhos ou seminários sobre o conteúdo ministrado.

BIBLIOGRAFIA:

BÁSICA

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito Civil Brasileiro: Direito das Coisas**. Vol. 5. São Paulo. Ed. Saraiva.

FARIAS, Cristiano Chaves de; ROSENVALD, Nelson. *Direitos Reais*. Rio de Janeiro. Ed. Lumen Juris.
TARTUCE, Flávio; SIMÃO, José Fernando. *Direito Civil: Direito das Coisas*. Vol. 4. São Paulo. Ed. Método.

COMPLEMENTAR

MONTEIRO, Washington de Barros. **Curso de Direito Civil: Direito das Coisas**. Vol. 3. São Paulo. Ed. Saraiva.

DINIZ, Maria Helena. **Curso de Direito Civil Brasileiro: Direito das Coisas**. Vol. 4. São Paulo. Ed. Saraiva.

GOMES, Orlando. **Direitos Reais**. Rio de Janeiro. Ed. Forense.

PEREIRA, Caio Mário da Silva. **Instituições de Direito Civil: Direitos Reais**. Vol. 4. Rio de Janeiro. Ed. Forense.

RODRIGUES, Silvío. **Direito Civil: Direito das Coisas**. Vol. 5. São Paulo. Ed. Saraiva.

VENOSA, Sílvio de Salvo. **Direito Civil: Direitos Reais**. Vol. 5. São Paulo. Ed. Atlas.

8º PERÍODO

AESGA – Lei n. 2174 de 23 de Agosto de 1985

FDG – Unidade Acadêmica da AESGA

Curso
Bacharelado em Direito

Nome da Disciplina
Direito do Consumidor

Autenticação

Código	Semestre	CARGA HORÁRIA		CRÉDITOS	
		T	P	T	P
DIR1155460	1º	60	-	04	-

PLANO DE CURSO

EMENTA: Evolução histórica do Direito do Consumidor. Conceitos de consumidor e fornecedor. O consumidor individual e a coletividade de consumidores. Os consumidores por equiparação. Produtos e serviços como objetos da relação de consumo. Os direitos fundamentais do consumidor. A responsabilidade civil objetiva adotada pelo Código de Defesa do Consumidor. A responsabilidade pelo fato do produto e do serviço e a responsabilidade por vício do produto e do serviço. Da responsabilidade nas relações de consumo. Das práticas e das cláusulas contratuais abusivas. Dos crimes contra as relações de consumo. Das sanções administrativas. Da tutela jurisdicional individual e coletiva dos consumidores. Do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor e da convenção coletiva de consumo.

OBJETIVOS:

GERAL

Capacitar, preparar o aluno como profissional competente, capaz de atuar administrativamente (como no âmbito do PROCON) e no poder judiciário com desenvoltura no que toca às questões relativas às relações de consumo.

ESPECÍFICOS

Instrumentalizar o aluno com a legislação nos assuntos pertinentes ao Direito do Consumidor, estimulando raciocínio e as amplas possibilidades de postular, defender, argüir o que for possível e necessário na defesa de uma tese. Aproximá-los nos conceitos, vocabulários, procedimentos técnicos e jurídicos.

CONTEÚDO:

UNIDADE I

1. A história do movimento consumerista
2. A proteção ao consumidor: o consumerismo
3. A questão da intervenção do Estado na ordem econômica e na ordem jurídica
4. A legislação básica sobre relações de consumo em defesa do consumidor
5. A Constituição de 1988 e o advento da Lei nº. 8.078/90
6. O estudo dos elementos da relação de consumo
7. Política Nacional de Relações de Consumo
8. Direitos básicos do consumidor

UNIDADE II

9. Da qualidade de produtos e serviços, da prevenção e da reparação dos danos
10. Da desconsideração da personalidade jurídica
11. Das práticas comerciais
12. Da proteção contratual
13. Os contratos eletrônicos
14. Das sanções administrativas e das infrações penais
15. Da defesa do consumidor em juízo
16. A convenção coletiva de consumo

METODOLOGIA/MULTIMEIOS EDUCACIONAIS

A metodologia de caráter multifacetado tem como uma de suas finalidades subsidiar os processos de desenvolvimento e de construção das competências indispensáveis à prática profissional. Deve pautar-se por princípios interdisciplinares que permitam e atendam as especificidades da disciplina e possibilitem a abordagem problematizadora dos conteúdos e a utilização de diferentes procedimentos de ensino aprendizagem com o auxílio de diferentes multimeios. Dos procedimentos metodológicos sugere-se: aulas expositivas dialogada; leitura, discussão e produção de texto; pesquisa bibliográfica e de campo;

painéis; palestras; colóquios; rodas vivas e discussões em plenária; mapas conceituais; mesa redonda). Neste sentido, na vivência da metodologia, recomenda-se a adoção de trabalhos individuais que atendam a individualização das trajetórias e trabalhos de grupo que favoreçam a democratização do conhecimento e a construção da cidadania coletiva.

AVALIAÇÃO

A avaliação é processual e tem caráter dialógico, visando prioritariamente a valorização das aprendizagens que constroem a identidade pessoal e profissional.

A metodologia de avaliação inclui o uso de procedimentos que permitam a verificação do aproveitamento, a superação de dificuldades de aprendizagem, a resignificação de conhecimentos e a construção das competências inerentes ao perfil do egresso. Na avaliação da aprendizagem dar-se-á especial atenção aos seguintes aspectos: aquisição de conhecimentos, clareza e objetividade nas argumentações oral e escrita, coerência e pertinência na apresentação de ideias/argumentos, senso crítico. Dentre os procedimentos de avaliação sugere-se a utilização de: prova escrita e oral, decorrência do ensino e aprendizagem.

BIBLIOGRAFIA:

BÁSICA

FILOMENO, José Geraldo Brito. Manual de direitos do consumidor. 11 ed. – São Paulo: Atlas, 2012.

BENJAMIN, Antônio Herman V. Manual de direito do consumidor / Antônio Herman V. Benjamin, Cláudia Lima Marques, Leonardo Roscoe Bessa – 5 ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2013.

NUNES, Luis Antônio Rizzatto. Curso de direito do consumidor. 7. ed. – São Paulo: Saraiva, 2012.

CAVALIERI FILHO, Sérgio. Programa de Direito do Consumidor. Atlas

COMPLEMENTAR

ALMEIDA, João Batista de. A proteção jurídica do consumidor. 7. Ed. – São Paulo: Saraiva, 2009.

_____ Manual de direito do consumidor. 4. Ed. – São Paulo: Saraiva, 2010.

BRASIL. Código brasileiro de defesa do consumidor: comentado pelos autores do anteprojeto / Ada Pellegrini Grinover... [et al] – 7. ed. – Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001.

MARQUES, Cláudia Lima. Comentários ao código de defesa do consumidor / Cláudia Lima Marques, Antônio Herman V. Benjamin, Bruno Miragem.

2. ed.—São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2006.

MARQUES, Claudia Lima. Contratos no código de defesa do consumidor

. 5. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2005.

AESGA – Lei n. 2174 de 23 de Agosto de 1985

FDG – Unidade Acadêmica da AESGA

Curso
Bacharelado em Direito

Nome da Disciplina
Direito Processual do Trabalho

Autenticação

Código	Semestre	CARGA HORÁRIA		CRÉDITOS	
		T	P	T	P
DIR7053760	1º	60	-	04	-

PLANO DE CURSO

EMENTA: Conceito, histórico, características, princípios. Justiça do Trabalho: organização e competência. Ministério Público do Trabalho: atribuições institucionais. O processo trabalhista: o dissídio individual, o dissídio coletivo, recursos trabalhistas, execução trabalhista, ações especiais e perspectivas do direito processual do trabalho.

OBJETIVOS:

GERAL

Apresentar aos discentes o Direito Processual do Trabalho, como ramo processual fundamental a instrumentalização do direito material, demonstrando seus elementos e mecanismos básicos, seus viés protecionista voltado ao hipossuficiente, bem como a estruturação do Judiciário Trabalhista e seus caracteres únicos que transformam esse ramo do Judiciário em um poder único.

ESPECÍFICOS

- Analisar o processo do trabalho como ramo autônomo e distinto do Direito do Trabalho, seu surgimento, evolução e características e objetivos;
- Estudar a estrutura do Poder Judiciário Trabalhista, sua composição, competência e seu elemento distintivo: seu poder normativo;
- Analisar os instrumentos típicos do processo do trabalho, seu caráter protecionista, seu procedimento simplificado e sua celeridade processual típica.

CONTEÚDO:

UNIDADE I

1. Direito Processual do Trabalho. Conceito. Relações com outros ramos do Direito.
2. Natureza jurídica das normas. Interpretação. Aplicação no e no espaço.
3. A Justiça do Trabalho. Competência. Estrutura. Funcionamento.
4. Processo Judiciário em Geral.
5. Nulidades Processuais.

UNIDADE II.

6. Procedimento Judicial.
7. Da sentença.
8. Processos especiais de dissídio individual.
9. Recursos.
10. Do procedimento executório.

METODOLOGIA/MULTIMEIOS EDUCACIONAIS

A metodologia de caráter multifacetado tem como uma de suas finalidades subsidiar os processos de desenvolvimento e de construção das competências indispensáveis à prática profissional. Deve pautar-se por princípios interdisciplinares que permitam e atendam as especificidades da disciplina e possibilitem a abordagem problematizadora dos conteúdos e a utilização de diferentes procedimentos de ensino aprendizagem com o auxílio de diferentes multimeios. Dos procedimentos metodológicos sugere-se: aulas expositivas dialogada; leitura, discussão e produção de texto; pesquisa bibliográfica e de campo; painéis; palestras; colóquios; rodas vivas e discussões em plenária; mapas conceituais; mesa redonda). Neste sentido, na vivência da metodologia, recomenda-se a adoção de trabalhos individuais que atendam a individualização das trajetórias e trabalhos de grupo que favoreçam a democratização do conhecimento e a construção da cidadania coletiva.

AVALIAÇÃO

A avaliação é processual e tem caráter dialógico, visando prioritariamente a valorização das aprendizagens que constroem a identidade pessoal e profissional. A metodologia de avaliação inclui o uso de procedimentos que permitam a verificação do aproveitamento, a superação de dificuldades de aprendizagem, a resignificação de conhecimentos e a construção das competências inerentes ao perfil do egresso. Na avaliação da aprendizagem dar-se-á especial atenção aos seguintes aspectos: aquisição de conhecimentos, clareza e objetividade nas argumentações oral e escrita, coerência e pertinência na apresentação de ideias/argumentos, senso crítico.

BIBLIOGRAFIA:

BÁSICA

Schiavi, Mauro. Manual de direito Processual do Trabalho. 8ª ed.. São Paulo. LTr, 2015.

Leite, Carlos Henrique Bezerra. Curso de direito processual do trabalho 12ª ED. 2014. LTr.

Saraiva, Renato. Curso de direito processual do trabalho. São Paulo: Método, 2015.

SCHIAVI, Mauro. **Manual de Direito Processual do Trabalho de Acordo com o Novo CPC-** 10ª Edição. Editora LTR, 2016.

COSTA FILHO, Armando Casimiro, COSTA, Manoel Casimiro, MARTINS, Melchíades Rodrigues e CLARO, Sonia Regina Da S.; **CLT-LTR.46ª Edição-** Editora Ltr-, 2016.

DALLEGRAVE NETO, José Affonso e GOULART, Rodrigo Fortunato. **Novo CPC e O Processo do Trabalho**, Editora Ltr -, 2016.

GARCIA, Gustavo Filipe Barbosa. **Curso de Direito Processual do Trabalho-**, Editora Gen Forense, 2016.

COMPLEMENTAR

NASCIMENTO, Amauri Mascaro. Curso de Direito Processual do Trabalho. Ed. Saraiva.

Carrion, Valentim. Comentários à Consolidação das Leis do Trabalho. São Paulo: Saraiva.

CLT Organizada. Isabelli Gravatá. 6ª ed. São Paulo. LTr, 2015.

Almeida, Amador Paes de. Curso prático de processo do trabalho. São Paulo: Saraiva.

AESGA – Lei n. 2174 de 23 de Agosto de 1985

FDG – Unidade Acadêmica da AESGA

Curso
Bacharelado em Direito

Nome da Disciplina
Direito Tributário I

Autenticação

Código	Semestre	CARGA HORÁRIA		CRÉDITOS	
		T	P	T	P
DIR30160	1º	60	-	04	-

PLANODECURSO

EMENTA: Introduzir o aluno no estudo do fenômeno da tributação, tendo como ponto de partida a atividade financeira. As receitas tributárias, objeto de estudo do Direito Tributário. Tributos e sua classificação. As limitações ao poder de tributar. A competência tributária. Fiscalização. Relação da Fazenda Pública com o contribuinte.

OBJETIVOS:

GERAL

Iniciar o corpo discente no conhecimento da base teórica do fenômeno da tributação, permitindo não só a transmissão de conhecimentos técnicos específicos, mas também, estimular o hábito da pesquisa e análise crítica, da legislação, da doutrina e jurisprudência.

ESPECÍFICOS

1. Desenvolver aptidão para defender, com igual competência, tanto a Fazenda Pública como os contribuintes;
2. Estimular que seja feito o bom uso da multiplicidade das construções teóricas e jurisprudenciais inerentes ao Direito Tributário;
3. Conhecer a dogmática relativa ao estudo do sistema tributário nacional;
4. Desenvolver o raciocínio conjuntivo no sentido de conhecer os tributos e suas espécies, após saber seus princípios e características.

CONTEÚDO:

UNIDADE I

- 1.O Poder de Tributar do Estado
2. Direito Tributário;
- 3.Fontes do Direito Tributário
4. Obrigação tributária, Estrutura da norma Jurídica, Hipótese de Incidência e Fato gerador.
- 5.Tributos.

UNIDADE II

6. Espécies tributárias;
7. Sistema Tributário Nacional
8. Hermenêutica tributária
9. Administração Tributária

METODOLOGIA/MULTIMEIOS EDUCACIONAIS

A metodologia de caráter multifacetado tem como uma de suas finalidades subsidiar os processos de desenvolvimento e de construção das competências indispensáveis à prática profissional. Deve pautar-se por princípios interdisciplinares que permitam e atendam as especificidades da disciplina e possibilitem a abordagem problematizadora dos conteúdos e a utilização de diferentes procedimentos de ensino aprendizagem com o auxílio de diferentes multimeios. Dos procedimentos metodológicos sugere-se: aulas expositivas dialogada; leitura, discussão e produção de texto; pesquisa bibliográfica e de campo; painéis; palestras; colóquios; rodas vivas e discussões em plenária; mapas conceituais; mesa redonda). Neste sentido, na vivência da metodologia, recomenda-se a adoção de trabalhos individuais que atendam a individualização das trajetórias e trabalhos de grupo que favoreçam a democratização do conhecimento e a construção da cidadania coletiva.

AVALIAÇÃO

A avaliação é processual e tem caráter dialógico, visando prioritariamente a valorização das aprendizagens que constroem a identidade pessoal e profissional.

A metodologia de avaliação inclui o uso de procedimentos que permitam a verificação do aproveitamento, a superação de dificuldades de aprendizagem, a resignificação de conhecimentos e a construção das competências inerentes ao perfil do egresso. Na avaliação da aprendizagem dar-se-á

especial atenção aos seguintes aspectos: aquisição de conhecimentos, clareza e objetividade nas argumentações oral e escrita, coerência e pertinência na apresentação de ideias/argumentos, senso crítico. Dentre os procedimentos de avaliação sugere-se a utilização de: prova escrita e oral, decorrência do ensino e aprendizagem.

BIBLIOGRAFIA:

BÁSICA

ALEXANDRE, Ricardo. Direito Tributário Esquematizado. São Paulo: Método.

AMARO, Luciano. Direito tributário brasileiro. 15ª ed. São Paulo : Saraiva

BALEEIRO, Aliomar. Uma Introdução à Ciência das Finanças. 16ª ed. rev. e atualizada por Dejalma de Campos. Rio de Janeiro: Forense, 2004.

CARVALHO, Paulo de Barros. Curso de Direito Tributário. São Paulo: Saraiva.

MACHADO, Hugo de Brito. Comentários ao Código Tributário Nacional. São Paulo: Atlas.

NOGUEIRA, Ruy Barbosa. Curso de Direito Tributário. São Paulo: Saraiva

ROSA Jr., Luiz Emygdio F. da. Manual de Direito Financeiro e Direito Tributário. 18ª ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2005.

TORRES, Ricardo Lobo. Curso de Direito Financeiro e Tributário. Rio de Janeiro: Renovar.

FILHO, Roberval Rocha Ferreira & João Gomes da Silva Junior.. Direito Tributário: teoria, jurisprudência e questões. . Salvador: Podvim

PAULSEN, Leandro. Direito Tributário: Constituição e Código Tributário Nacional à luz da doutrina e da jurisprudência. Porto Alegre: Livraria do Advogado.

COMPLEMENTAR

Constituição Federal;

SABBAG, Eduardo. Manual de Direito Tributário. São Paulo: Saraiva.

AESGA – Lei n. 2174 de 23 de Agosto de 1985

FDG – Unidade Acadêmica da AESGA

Curso
Bacharelado em Direito

Nome da Disciplina
Direito Processual Penal III

Autenticação

Código	Semestre	CARGA HORÁRIA		CRÉDITOS	
		T	P	T	P
DIR8074660	1º	60	-	04	-

PLANO DE CURSO

EMENTA: A disciplina estuda a parte propedêutica do direito processual penal na esfera dos recursos e da execução penal.

OBJETIVO GERAL

Conhecer a sistemática dos recursos e da Execução Penal desde a dogmática e conceitos pertinentes à matéria. Fomentar o exercício da prática jurídica através da capacitação técnica ministrada pela disciplina. Difundir simplificação da linguagem jurídica nos atos e procedimentos previstos nas legislações.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Conhecer os fundamentos históricos e doutrinários da disciplina;
Estabelecer um liame entre a disciplina Processo Penal III e os demais ramos do direito;
Estimular o pensamento crítico na aplicação da Lei de Execução Penal e Legislação Extravagante;
Interligar os conhecimentos teóricos à realidade;

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

UNIDADE I

1. Teoria geral dos recursos
2. Princípios e efeitos dos recursos
3. Juízo de admissibilidade
3. Dos recursos em espécie: apelação
4. Dos recursos em espécie: recurso em sentido estrito
5. Recursos ordinário, extraordinário e especial
6. Outros recursos

7. Ações autônomas

UNIDADE II

8. Da Lei de Execuções Penais

9. Da Assistência ao Preso e ao Egresso

10. Do Trabalho na Lei de Execução Penal

11. Dos Direitos e Deveres e da Disciplina do Condenado

12. Dos Estabelecimentos Penais

13. Da Execução da Pena em Espécie

14. Da Progressão

15. Do Livramento Condicional

16. Das Penas Restritivas de Direitos

17. Da Execução das Medidas de Segurança

18. Dos Incidentes da Execução Penal

19. Do Procedimento na Execução Penal

METODOLOGIA/MULTIMEIOS EDUCACIONAIS

A metodologia de caráter multifacetado tem como uma de suas finalidades subsidiar os processos de desenvolvimento e de construção das competências indispensáveis à prática profissional. Deve pautar-se por princípios interdisciplinares que permitam e atendam as especificidades da disciplina e possibilitem uma abordagem problematizadora dos conteúdos e a utilização de diferentes procedimentos de ensino/aprendizagem com o auxílio de diferentes multimeios. Dos procedimentos metodológicos sugere-se: aulas expositivas dialogada; leitura, discussão e produção de texto; pesquisa bibliográfica e de campo; painéis; palestras; colóquios; rodas vivas e discussões em plenária; mapas conceituais; mesa redonda). Neste sentido, na vivência da metodologia, recomenda-se a adoção de trabalhos individuais que atendam a individualização das trajetórias e trabalhos de grupo que favoreçam a democratização do conhecimento e a construção da cidadania coletiva.

AVALIAÇÃO

A avaliação é processual e tem caráter dialógico, visando prioritariamente a valorização das aprendizagens que constroem a identidade pessoal e profissional.

A metodologia de avaliação inclui o uso de procedimentos que permitam a verificação do aproveitamento, a superação de dificuldades de aprendizagem, a resignificação de conhecimentos e a construção das competências inerentes ao perfil do egresso. Na avaliação da aprendizagem dar-se-á especial atenção aos seguintes aspectos: aquisição de conhecimentos, clareza e objetividade nas argumentações oral e escrita, coerência e pertinência na apresentação de ideias/argumentos, senso crítico.

Dentre os procedimentos de avaliação sugere-se a utilização de: prova escrita e oral, decorrência do ensino e aprendizagem, podendo ser aplicados testes periódicos para auferir se os conteúdos ministrados estão sendo compreendidos pelos alunos.

BIBLIOGRAFIA

BÁSICA

BITENCOURT, Cezar Roberto. Falência da Pena de Prisão – Causas e alternativas. 4 ed. S.P., Saraiva, 2011.

MARCÃO, Renato. Curso de Execução Penal. S.P., Saraiva, 2010.

NUNES, Adeildo. Da Execução Penal, Rio de Janeiro, FORENSE, 2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CAPEZ, Fernando. Execução Penal, 13ª ed. São Paulo, P. Damásio de Jesus, 2007. _____.

Curso de Direito Penal – Legislação Especial, vol4, 3ª ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

GOMES, Luiz Flávio. Penas e Medidas Alternativas à Prisão. São Paulo, Rev. Dos Tribunais, 2000.

JUNQUEIRA, Ivan de Carvalho. Dos Direitos Humanos dos Presos. S.P., Lemos & Cruz, 2005.

BECCARIA, Cesare. Dos delitos e das penas. São Paulo: Hemus, 1983.

CARVALHO, Salo de. Penas e garantias. 3 ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008.

TOURINHO FILHO, Fernando da Costa, Curso de Direito Processual Penal, São Paulo, Saraiva, 2010.

NUCCI, Guilherme de Sousa. Curso de Direito Processual Penal. São Paulo. Saraiva. 2009. OLIVEIRA,

Eugênio Pacelli, Curso de Direito Processual Penal. São Paulo. Del Rey. 2009.

AESGA – Lei n. 2174 de 23 de Agosto de 1985

FDG – Unidade Acadêmica da AESGA

Curso Bacharelado em Direito
--

Nome da Disciplina Prática Jurídica I

Autenticação

Código	Semestre	CARGA HORÁRIA		CRÉDITOS	
		T	P	T	P
DIR081401	1º	60	-	04	-

PLANO DE CURSO

EMENTA: Exposição de modelo, aplicação de técnicas e utilização da fundamentação legal para a elaboração de arrazoados no processo cível no âmbito do direito de família, na esfera dos direitos reais e responsabilidade civil relativos ao processo de conhecimento.

OBJETIVOS:

GERAL

Propiciar ao aluno a possibilidade de elaboração das principais peças processuais do Processo Cível em geral bem como vivenciar a prática das audiências nos Fóruns da Região Garanhuns e adjacências.

ESPECÍFICOS

O objetivo da disciplina é preparar o aluno para o exercício das profissões jurídicas, possibilitando a formação teórico-prático, com ênfase na prática do Processo do Civil nos seus diversos procedimentos, com incursões para as demais disciplinas correlatas aos temas discutidos em aula.

CONTEÚDO:

UNIDADE I

- Ação de Alimentos – Petição Inicial e Contestação
- Petição inicial de Separação Judicial Litigiosa e Consensual cumulada com Alimentos, guarda e regulamentação de visita
- Elaboração da Peça de Contestação

- Procedimento de Audiência de Conciliação e Instrução
- Audiência simulada Separação Judicial Litigiosa cumulada com Alimentos
- Participação e acompanhamento de audiências cíveis no Fórum

UNIDADE II

- Juizado Especial Cível – Petição Inicial – Ação indenizatória
- Usucapião – Elaboração de Peças Processuais
- Petição Inicial e Contestação – Procedimento Comum
- Recurso Embargo de Declaração
- Agravo de Instrumento e Retido
- Recurso de Apelação
- Recurso especial e Extraordinário
- Realização de Audiência Simulada Indenizatória com Pedido Liminar

METODOLOGIA/MULTIMEIOS EDUCACIONAIS

A metodologia de caráter multifacetado tem como uma de suas finalidades subsidiar os processos de desenvolvimento e de construção das competências indispensáveis à prática profissional. Deve pautar-se por princípios interdisciplinares que permitam e atendam as especificidades da disciplina e possibilitem a abordagem problematizadora dos conteúdos e a utilização de diferentes procedimentos de ensino aprendizagem com o auxílio de diferentes multimeios. Dos procedimentos metodológicos sugere-se: aulas expositivas dialogada; leitura, discussão e produção de texto; pesquisa bibliográfica e de campo; painéis; palestras; colóquios; rodas vivas e discussões em plenária; mapas conceituais; mesa redonda). Neste sentido, na vivência da metodologia, recomenda-se a adoção de trabalhos individuais que atendam a individualização das trajetórias e trabalhos de grupo que favoreçam a democratização do conhecimento e a construção da cidadania coletiva.

AValiação

A avaliação é processual e tem caráter dialógico, visando prioritariamente a valorização das aprendizagens que constroem a identidade pessoal e profissional.

A metodologia de avaliação inclui o uso de procedimentos que permitam a verificação do aproveitamento, a superação de dificuldades de aprendizagem, a resignificação de conhecimentos e a construção das competências inerentes ao perfil do egresso. Na avaliação da aprendizagem dar-se-á especial atenção aos seguintes aspectos: aquisição de conhecimentos, clareza e objetividade nas argumentações oral e escrita, coerência e pertinência na apresentação de ideias/argumentos, senso crítico.

Dentre os procedimentos de avaliação sugere-se a utilização de: prova escrita e oral, decorrência do ensino e aprendizagem.

BIBLIOGRAFIA:

BÁSICA

BORTOLAI, Edson Cosac. Manual de Prática Forense Civil.

CASELLA, José Erasmo. Manual de Prática Forense.

FILHO, Misael Montenegro, Curso de Prática e Procedimento Cível, 6ª ed, Editora Atlas, 2009.

RAITANI, Francisco. Prática de Processo Civil. Vol. 1.

SCAVONE JUNIOR, Luiz Antônio. **Modelos de peça no novo código de processo Civil**, Forense: São Paulo, 2015.

JÚNIOR ARAÚJO, Gediel Claudino de. **Prática no Processo Civil**. Editora Atlas: São Paulo: 2015.

JÚNIOR ARAÚJO, Gediel Claudino de. **Prática de Contestação no Processo Civil**. Editora Atlas: São Paulo: 2015.

COMPLEMENTAR

CASTRO, Adauto de Souza. Técnica Judiciária e prática forense.

CHOCHIQUIA, Edson. Técnica Judiciária e prática forense.

DIAS, Maria Berenice. **Manual de Direito de Família**. 9ª edição. Editora Revistas dos Tribunais: São Paulo, 2013.

DINIZ, Maria Helena. **Curso de Direito Civil Brasileiro**. vol. V, S. Paulo: Saraiva.

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito Civil Brasileiro**. Família. 10ª Edição. Editora Saraiva: São Paulo, 2013.

LÔBO, Paulo. **Direito Civil**. Família. 4ª Edição. Editora Saraiva: São Paulo, 2012.

STOLZE, Plabo. **No curso de Direito Civil. Direito de família. As famílias na perspectiva constitucional**. Volume VI. 3 ed. Editora Saraiva: São Paulo, 2013.

GOMES, Orlando. **Direito de Família**. Rio de Janeiro: Forense Editora.

NADER, Paulo. **Curso de Direito Civil**. Vol. 5. Editora Forense: Rio de Janeiro: 2010.

PEREIRA, Caio Mário da Silva. **Instituições de Direito Civil**. Volume V. Direito de Família. Editora Forense: 2010.

MILHOMENS, Jônatas. Manual de Prática Forense Civil e Comercial.

PAULO CASTRO FILHO, *José Olympio de*. **Prática Forense**. Vol. I.

RODRIGUES, Sylvio. **Direito Civil**. Vol. VI, **Direito de Família**. Saraiva, São SANTOS, Paulo Sergio Puerta de. Manual de Prática Processual Civil.

AESGA – Lei n. 2174 de 23 de Agosto de 1985

FDG – Unidade Acadêmica da AESGA

Curso
Bacharelado em Direito

Nome da Disciplina
Direito Civil VII

Autenticação

Código	Semestre	CARGA HORÁRIA		CRÉDITOS	
		T	P	T	P
DIR807460	1º	60	-	04	-

PLANO DE CURSO

EMENTA: A disciplina busca uma visão constitucionalizada do Direito Civil, abordando as diversas modalidades de direito real na coisa alheia, partindo de uma análise doutrinária e jurisprudencial dos diversos desdobramentos do direito de propriedade.

OBJETIVOS:

GERAL

Promover uma leitura contemporânea dos direitos reais sobre coisa alheia, a partir de uma preocupação com os direitos e garantias fundamentais, primando pela realização de uma abordagem constitucional e axiológica do direito civil.

ESPECÍFICOS

- Analisar o conceito e a classificação dos direitos reais sobre coisas alheias;
- Realizar uma abordagem prática dos institutos que compõem o conteúdo programático da disciplina, demonstrando a relevância dos mesmos no contexto jurídico atual;
- Adotar a análise legislativa, doutrinária e jurisprudencial como instrumentos de desenvolvimento do senso crítico.

CONTEÚDO:

I UNIDADE

1. DIREITOS REAIS SOBRE COISAS ALHEIAS

1.1 Conceito e classificação;

1.2 Enfitese

1.3 Superfície

1.4 Servidões

1.5 Usufruto

1.6 Uso

1.7 Habitação

II UNIDADE

1.8 Direito do Promitente Comprador

1.9 Hipoteca

1.10 Penhor

1.11 Anticrese

1.12 Concessão de uso especial para fins de moradia

1.13 Concessão de direito real de uso

METODOLOGIA/MULTIMEIOS EDUCACIONAIS

O conteúdo programático será explorado através de aulas expositivas abertas ao debate, recomendando-se aos alunos prévia leitura de textos, artigos e decisões judiciais sugeridos em sala de aula.

AVALIAÇÃO

O processo de avaliação será realizado mediante prova escrita e possíveis trabalhos ou seminários sobre o conteúdo ministrado.

BIBLIOGRAFIA:

BÁSICA

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito Civil Brasileiro: Direito das Coisas**. Vol. 5. 8 ed. São Paulo. Ed. Saraiva. 2013.

FARIAS, Cristiano Chaves de; ROSENVALD, Nelson. *Direitos Reais*. Rio de Janeiro. Ed. Lumen Juris.

TARTUCE, Flávio; SIMÃO, José Fernando. *Direito Civil: Direito das Coisas*. Vol. 4. 5 ed. São Paulo. Ed. Método. 2013.

COMPLEMENTAR

DINIZ, Maria Helena. **Curso de Direito Civil Brasileiro: Direito das Coisas**. Vol. 4. São Paulo. Ed. Saraiva.

GOMES, Orlando. **Direitos Reais**. Rio de Janeiro. Ed. Forense.

MONTEIRO, Washington de Barros. **Curso de Direito Civil: Direito das Coisas**. Vol. 3. São Paulo. Ed. Saraiva.

PEREIRA, Caio Mário da Silva. **Instituições de Direito Civil: Direitos Reais**. Vol. 4. Rio de Janeiro. Ed. Forense.

RODRIGUES, Silvio. **Direito Civil: Direito das Coisas**. Vol. 5. São Paulo. Ed. Saraiva.

VENOSA, Sílvio de Salvo. **Direito Civil: Direitos Reais**. Vol. 5. São Paulo. Ed. Atlas.

9º PERÍODO

AESGA – Lei n. 2174 de 23 de Agosto de 1985
FDG – Unidade Acadêmica da AESGA

Curso
Bacharelado em Direito

Nome da Disciplina
Família, Infância e Juventude

Código	Semestre	CARGA HORÁRIA		CRÉDITOS	
		T	P	T	P
DIR30160	1º	60	-	04	-

Autenticação

PLANO DE CURSO

EMENTA: Retrospectiva histórica. Direito Pessoal. Direito Patrimonial. União Estável. Tutela. Curatela. Infância e Juventude.

OBJETIVOS:

GERAL

Refletir sobre os aspectos teóricos e práticos da ciência jurídica que fundamentam o direito de Família, Infância e Juventude.

ESPECÍFICOS

- Explicitar as diferentes concepções de constituição de família;
- Analisar os aspectos jurídicos do Casamento e de outras constituições de família;
- Construir conhecimentos indispensáveis ao desenvolvimento de ações de alimentos, tutela e Curatela;
- Utilizar adequadamente a legislação pertinente à Criança e ao Adolescente prevista na Lei nº 8.069/90.

CONTEÚDO:

UNIDADE I

1. A Família e o Direito de Família. Características. Princípios e Natureza.
2. Do Casamento. Conceito, Fins, Natureza Jurídica, Caracteres e Princípios.
3. Procedimento de Habilitação para o casamento. Impedimentos Matrimoniais e Causas Suspensivas.
4. Casamento civil e religioso. Existência jurídica do casamento e requisitos de Validade. Regularidade e Prova do Casamento.
5. Casamento Por Procuração. Casamento Nuncupativo Ou “In Extremis Vitae Momentis”. Casamento Perante Autoridade Diplomática Ou Consular. Casamento Religioso Com Efeitos Cíveis.
6. Regime de bens no casamento. Dissolução da sociedade e do vínculo conjugal.
7. Da Filiação. Do Parentesco. Dos Alimentos. Da Adoção. Do poder familiar e da Tutela.
8. Da União Estável

UNIDADE II

9. Estudo do Estatuto da Criança e do Adolescente.
 - 9.1 Parte Geral
 - 9.2 Parte Especial

METODOLOGIA/MULTIMEIOS EDUCACIONAIS

A metodologia de caráter multifacetado tem como uma de suas finalidades subsidiar os processos de desenvolvimento e de construção das competências indispensáveis à prática profissional. Deve pautar-se por princípios interdisciplinares que permitam e atendam as especificidades da disciplina e possibilitem a abordagem problematizadora dos conteúdos e a utilização de diferentes procedimentos de ensino aprendizagem com o auxílio de diferentes multimeios. Dos procedimentos metodológicos sugere-se: aulas expositivas dialogada; leitura, discussão e produção de texto; pesquisa bibliográfica e de campo; painéis; palestras; colóquios; rodas vivas e discussões em plenária; mapas conceituais; mesa redonda). Neste sentido, na vivência da metodologia, recomenda-se a adoção de trabalhos individuais que atendam a individualização das trajetórias e trabalhos de grupo que favoreçam a democratização do conhecimento e a construção da cidadania coletiva.

AVALIAÇÃO

A avaliação é processual e tem caráter dialógico, visando prioritariamente a valorização das aprendizagens que constroem a identidade pessoal e profissional.

A metodologia de avaliação inclui o uso de procedimentos que permitam a verificação do aproveitamento, a superação de dificuldades de aprendizagem, a resignificação de conhecimentos e a construção das competências inerentes ao perfil do egresso. Na avaliação da aprendizagem dar-se-á

especial atenção aos seguintes aspectos: aquisição de conhecimentos, clareza e objetividade nas argumentações oral e escrita, coerência e pertinência na apresentação de ideias/argumentos, senso crítico. Dentre os procedimentos de avaliação sugere-se a utilização de: prova escrita e oral, decorrência do ensino e aprendizagem.

BIBLIOGRAFIA:

BÁSICA

DIAS, Maria Berenice. **Manual de Direito de Família**. 9ª edição. Editora Revistas dos Tribunais: São Paulo, 2013.

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito Civil Brasileiro**. Família. 10ª Edição. Editora Saraiva: São Paulo, 2013.

ISHIDA, Valter Kenji. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. 14ª Edição. Editora Atlas: São Paulo, 2013.

LÔBO, Paulo. **Direito Civil**. Família. 4ª Edição. Editora Saraiva: São Paulo, 2012.

STOLZE, Plabo. **No curso de Direito Civil. Direito de família. As famílias na perspectiva constitucional**. Volume VI. 3 ed. Editora Saraiva: São Paulo, 2013.

COMPLEMENTAR

DEZEM, Guilherme Madeira. **Estatuto da Criança e do Adolescente: difusos e coletivos**. Editora Revista dos Tribunais: São Paulo, 2013.

DI MAURO, Renata Giovanoni. **Procedimentos Cíveis no Estatuto da Criança e do Adolescente**. Saraiva: São Paulo, 2013.

DIAS, Maria Berenice. **Alimentos aos Bocados**. Editora Revista dos Tribunais: São Paulo, 2013.

DINIZ, Maria Helena. **Curso de Direito Civil Brasileiro**. vol. V, S. Paulo: Saraiva., 2015.

GOMES, Orlando. **Direito de Família**. Rio de Janeiro: Forense Editora, 2002.

NADER, Paulo. **Curso de Direito Civil. Vol. 5**. Editora Forense: Rio de Janeiro: 2010.

MALUF, Carlos Alberto Dabus. **Curso de Direito de Família**. Saraiva: São Paulo, 2013.

NERY, Rosa Maria de Andrade. **Manual de Direito Civil: família**. 1. Ed. Editora Revista dos Tribunais: São Paulo, 2013.

PEREIRA, Caio Mário da Silva. **Instituições de Direito Civil**. Volume V. Direito de Família. Editora Forense: 2010.

RODRIGUES, Sylvio. **Direito Civil**. Vol. VI, Direito de Família. Saraiva, São Paulo.

SILVA PEREIRA, Tânia da. **Direito da criança e do adolescente – uma proposta interdisciplinar**. Editora Renovar. Rio de Janeiro, 1996.

VERONESE J.R. P. **Os Direitos da Criança e do Adolescente**. São Paulo LT

VERONESE J.R. P. **Temas de Direito da Criança e do Adolescente**. São Paulo: LTR.

AESGA – Lei n. 2174 de 23 de Agosto de 1985

FDG – Unidade Acadêmica da AESGA

Curso
Bacharelado em Direito

Nome da Disciplina
Tributário II

Código DIR30160	Semestre 1º	CARGA HORÁRIA		CRÉDITOS	
		T	P	T	P
		60	-	04	-

Autenticação

PLANO DE CURSO

EMENTA: O estudo da disciplina está voltado à teoria e prática das obrigações e créditos tributários, e dos impostos em espécie, de competência da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Também realiza uma abordagem do procedimento administrativo fiscal. O ponto de partida do estudo é a Constituição Federal e o Código Tributário Nacional.

OBJETIVOS:

GERAL

Expor ao corpo discente os principais pontos da disciplina, o aspecto prático e a jurisprudência que enriquecem a matéria, e estimular os desenvolvimentos do espírito crítico do aluno quando do estudo dos temas propostos.

ESPECÍFICOS

- * Identificar os principais aspectos que distinguem as obrigações tributárias das demais espécies de obrigações;
- * Estudar domicílio e responsabilidade tributários;
- * Estudar crédito tributário, as suas hipóteses de suspensão da exigibilidade e extinção, e as suas garantias

e privilégios;

* Realizar uma análise cuidadosa dos impostos de competência de cada ente da Federação, sempre com base na Constituição e no CTN.

* Comentar o decreto-lei n. 70.235/72.

* Adotar a legislação, a doutrina e a jurisprudência como maneira de edificação de um senso crítico

CONTEÚDO:

UNIDADE I: Obrigação Tributária

Crédito Tributário (até as hipóteses de suspensão de exigibilidade)

UNIDADE II: Crédito Tributário (continuação)

Impostos em espécie, de competência da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Processo Administrativo Fiscal

METODOLOGIA/MULTIMEIOS EDUCACIONAIS

A metodologia de caráter multifacetado tem como uma de suas finalidades subsidiar os processos de desenvolvimento e de construção das competências indispensáveis à prática profissional. Deve pautar-se por princípios interdisciplinares que permitam e atendam as especificidades da disciplina e possibilitem a abordagem problematizadora dos conteúdos e a utilização de diferentes procedimentos de ensino aprendizagem com o auxílio de diferentes multimeios. Dos procedimentos metodológicos sugere-se: aulas expositivas dialogada; leitura, discussão e produção de texto; pesquisa bibliográfica e de campo; painéis; palestras; colóquios; rodas vivas e discussões em plenária; mapas conceituais; mesa redonda). Neste sentido, na vivência da metodologia, recomenda-se a adoção de trabalhos individuais que atendam a individualização das trajetórias e trabalhos de grupo que favoreçam a democratização do conhecimento e a construção da cidadania coletiva.

AVALIAÇÃO

A avaliação é processual e tem caráter dialógico, visando prioritariamente a valorização das aprendizagens que constroem a identidade pessoal e profissional.

A metodologia de avaliação inclui o uso de procedimentos que permitam a verificação do aproveitamento, a superação de dificuldades de aprendizagem, a resignificação de conhecimentos e a construção das competências inerentes ao perfil do egresso. Na avaliação da aprendizagem dar-se-á especial atenção aos seguintes aspectos: aquisição de conhecimentos, clareza e objetividade nas

argumentações oral e escrita, coerência e pertinência na apresentação de ideias/argumentos, senso crítico. Dentre os procedimentos de avaliação sugere-se a utilização de: prova escrita e oral, decorrência do ensino e aprendizagem.

BIBLIOGRAFIA:

BÁSICA

ALEXANDRE, Ricardo. **Direito Tributário Esquematizado**. São Paulo: Método, 2015

KFOURI, Jr. Anis. **Curso de Direito Tributário**. 4ª ed. São Paulo: Saraiva.2014.

SABBAG, Eduardo. **Manual de Direito Tributário**. São Paulo: Saraiva.2015.

PAULSEN, Leandro. **Direito Tributário: Constituição e o Código Tributário Nacional à luz da doutrina e da jurisprudência**. Porto Alegre: Livraria do Advogado.

COMPLEMENTAR:

MACHADO, Hugo de Brito. **Comentários ao Código Tributário Nacional**. São Paulo: Atlas.

ROCHA, João Marcelo. **Direito Tributário**. Rio de Janeiro: Ferreira.

AESGA – Lei n. 2174 de 23 de Agosto de 1985

FDG – Unidade Acadêmica da AESGA

Curso Bacharelado em Direito
--

Nome da Disciplina Direito Administrativo III

Autenticação

Código	Semestre	CARGA HORÁRIA		CRÉDITOS	
		T	P	T	P
DIR7063960	1º	60	-	04	-

PLANO DE CURSO

EMENTA: A disciplina estuda a parte propedêutica do direito administrativo. Nesta, analisa-se o conceito de serviços públicos, a inter relação com as concessões e permissões. Estuda a responsabilidade civil do Estado, servidores públicos, intervenção do Estado na propriedade privada, dando ênfase a desapropriação, controle da Administração Pública, bens públicos. Por fim, estuda-se a atuação do Estado no domínio econômico e improbidade administrativa.

OBJETIVOS:

GERAL

Transmitir ao corpo discente a base teórica do direito administrativo, especificamente os assuntos de maior intervenção e participação do Estado. Como compreendê-lo como ciência, concretizada em sistema lógico e dedutivo. Assim, quer-se transmitir os conhecimentos técnicos e a dimensão ética relacionados a ciência global do direito instrumental. Fomentar o interesse pela pesquisa, compondo um estudo voltado a uma assimilação teoricamente consistente.

ESPECÍFICOS

- Identificar como é a atuação do Estado, sua intervenção na propriedade privada, seu controle administrativo, sua responsabilidade civil e seus agentes públicos;
- Relacionar os temas com os elementos intradogmáticos, mostrando para que os mesmos servem no mundo jurídico;
- Adotar a legislação e a doutrina como maneira de edificação de um senso crítico.

CONTEÚDO:

UNIDADE I

1. Serviços Públicos.
2. Concessão e permissão dos serviços públicos.
3. Responsabilidade Civil do Estado;
4. Servidores Públicos.

UNIDADE II.

5. Intervenção do Estado na Propriedade Privada.
6. Desapropriação.
7. Improbidade Administrativa.
8. Atuação do Estado no Domínio Econômico.
9. Controle da Administração Pública.
10. Bens Públicos.

METODOLOGIA/MULTIMEIOS EDUCACIONAIS

A metodologia de caráter multifacetado tem como uma de suas finalidades subsidiar os processos de desenvolvimento e de construção das competências indispensáveis à prática profissional. Deve pautar-se por princípios interdisciplinares que permitam e atendam as especificidades da disciplina e possibilitem a abordagem problematizadora dos conteúdos e a utilização de diferentes procedimentos de ensino aprendizagem com o auxílio de diferentes multimeios. Dos procedimentos metodológicos sugere-se: aulas expositivas dialogada; leitura, discussão e produção de texto; pesquisa bibliográfica e de campo; painéis; palestras; colóquios; rodas vivas e discussões em plenária; mapas conceituais; mesa redonda). Neste sentido, na vivência da metodologia, recomenda-se a adoção de trabalhos individuais que atendam a individualização das trajetórias e trabalhos de grupo que favoreçam a democratização do conhecimento e a construção da cidadania coletiva.

AVALIAÇÃO

A avaliação é processual e tem caráter dialógico, visando prioritariamente a valorização das aprendizagens que constroem a identidade pessoal e profissional.

A metodologia de avaliação inclui o uso de procedimentos que permitam a verificação do aproveitamento, a superação de dificuldades de aprendizagem, a resignificação de conhecimentos e a

construção das competências inerentes ao perfil do egresso. Na avaliação da aprendizagem dar-se-á especial atenção aos seguintes aspectos: aquisição de conhecimentos, clareza e objetividade nas argumentações oral e escrita, coerência e pertinência na apresentação de ideias/argumentos, senso crítico. Dentre os procedimentos de avaliação sugere-se a utilização de: prova escrita e oral, decorrência do ensino e aprendizagem.

BIBLIOGRAFIA:

BÁSICA

Carvalho Filho, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo 28ª ed. Editora Atlas. 2015

Marinela, Fernanda. Direito Administrativo 8ª ed. Editora Impetus. 2014.

Di Pietro, Maria Sylvia Zanella 28ª ed. 2015. Editora Atlas.

COMPLEMENTAR

Gasparini, Diogenes. Direito Administrativo. 17ª ed. 2012. Editora Saraiva

Justen Filho, Marçal. Curso de Direito Administrativo. 10ª ed. 2014. Editora Revista dos Tribunais.

Alexandrino, Marcelo Paulo, Vicente Direito Administrativo Descomplicado - Acompanha Caderno de Questões - 23ª Ed. 2015. Editora Método.

AESGA – Lei n. 2174 de 23 de Agosto de 1985

FDG – Unidade Acadêmica da AESGA

Curso
Bacharelado em Direito

Nome da Disciplina
Direito Civil VIII

Autenticação

Código	Semestre	CARGA HORÁRIA		CRÉDITOS	
		T	P	T	P
DIR9085360	1º	60	-	04	-

PLANO DE CURSO

EMENTA: A disciplina estuda o direito das sucessões. Nesta, analisa-se o conceito de sucessões, sua evolução histórica, as espécies de sucessões e sua repercussão social econômica.

OBJETIVOS:

GERAL

Transmitir ao corpo discente o entendimento sobre as formas de transferência do patrimônio de uma pessoa falecida para seus herdeiros legítimos ou testamentários, e sua repercussão social e econômica.

ESPECÍFICOS

- Definir direito sucessório.
- Estudar sua aplicação prática, com relação partilha de bens.
- Estudar as diversas espécies de testamento e solucionar os problemas oriundos de sua elaboração e sua aplicação após o óbito do testador.
- Estudar os procedimentos administrativos e judiciais relativos à sucessão.

CONTEÚDO:

UNIDADE I

1. Direito Das Sucessões: Conceito, Evolução Histórica E Fundamento.
2. Sucessões Em Geral.
3. Transmissão Da Herança.
4. Capacidade Sucessória, Sua Definição. Incapacidade Para Suceder: Indignidade.
5. Herança. Conceito, Espécies E Conteúdo. Anulação, Revogação E Retratação.
6. Herança Jacente E Herança Vacante.

UNIDADE II

7. Sucessão Legítima.
8. Sucessão Testamentária.
9. Dos Codicilos.
10. Dos Legados.
11. Do Procedimento De Inventário E Arrolamento.
12. Da Partilha.

METODOLOGIA/MULTIMEIOS EDUCACIONAIS

A metodologia de caráter multifacetado tem como uma de suas finalidades subsidiar os processos de desenvolvimento e de construção das competências indispensáveis à prática profissional. Deve pautar-se por princípios interdisciplinares que permitam e atendam as especificidades da disciplina e possibilitem a abordagem problematizadora dos conteúdos e a utilização de diferentes procedimentos de ensinoaprendizagem com o auxílio de diferentes multimeios. Dos procedimentos metodológicos sugere-se: aulas expositivas dialogada; leitura, discussão e produção de texto; pesquisa bibliográfica e de campo; painéis; palestras; colóquios; rodas vivas e discussões em plenária; mapas conceituais; mesa redonda). Neste sentido, na vivência da metodologia, recomenda-se a adoção de trabalhos individuais que atendam a individualização das trajetórias e trabalhos de grupo que favoreçam a democratização do conhecimento e a construção da cidadania coletiva.

AVALIAÇÃO

A avaliação é processual e tem caráter dialógico, visando prioritariamente a valorização das aprendizagens que constroem a identidade pessoal e profissional.

A metodologia de avaliação inclui o uso de procedimentos que permitam a verificação do aproveitamento, a superação de dificuldades de aprendizagem, a resignificação de conhecimentos e a construção das competências inerentes ao perfil do egresso. Na avaliação da aprendizagem dar-se-á especial atenção aos seguintes aspectos: aquisição de conhecimentos, clareza e objetividade nas argumentações oral e escrita, coerência e pertinência na apresentação de ideias/argumentos, senso crítico. Dentre os procedimentos de avaliação sugere-se a utilização de: prova escrita e oral, decorrência do ensino e aprendizagem.

BIBLIOGRAFIA:

BÁSICA

GONÇALVES, Carlos Roberto, **Direito Civil Brasileiro, Direito das Sucessões**, vol. VIII, São Paulo, Saraiva, 2010.

PAMPLONA, Rodolfo Filho, **Novo Curso de Direito Civil, Direito das Sucessões**, vol. VIII, São Paulo, Saraiva, 2010.

VENOSA, Silvio da Salvo, **Direito Civil, Direito de Sucessões** Vol. VIII, São Paulo, Atlas, 2010.

COMPLEMENTAR

NEVES, Silvio Batista, **Ensaio de Direito Civil**. São Paulo. Atlas. 2009.

VENOSA, Silvio de Salvo, **Código Civil Interpretado**, São Paulo, Atlas, 2010.

DINIZ, Maria Helena. **Curso de Direito Civil**. vol. VI, S. Paulo: Saraiva.

GOMES, Orlando. **Direito das Sucessões**. Rio de Janeiro: Forense.

RODRIGUES, Sylvio. **Curso de Direito civil, Direito das Sucessões**. Editora Saraiva, São Paulo.

AESGA – Lei n. 2174 de 23 de Agosto de 1985

FDG – Unidade Acadêmica da AESGA

Curso
Bacharelado em Direito

Nome da Disciplina
Prática Jurídica II

Autenticação

Código	Semestre	CARGA HORÁRIA		CRÉDITOS	
		T	P	T	P
DIR6053460	1º	60	-	04	-

PLANO DE CURSO

EMENTA: Exposição de modelo, aplicação de técnicas e utilização da fundamentação legal para a elaboração de arrazoados no processo trabalhista relativos ao processo de conhecimento.

OBJETIVOS:

GERAL

Propiciar ao aluno a possibilidade de elaboração das principais peças processuais do Processo Trabalhista.

ESPECÍFICOS

O objetivo da disciplina é preparar o aluno para o exercício das profissões jurídicas, possibilitando a formação teórico-prático, com ênfase na prática do Processo do Trabalho, com incursões para as demais disciplinas correlatas aos temas discutidos em aula.

CONTEÚDO:

UNIDADE I

- Verbas Trabalhistas e indenizatórias
- Competência da Justiça do Trabalho e Princípios Processuais da Justiça do trabalho
- Jus Postulandi e questões incidentes e processuais da justiça do Trabalho
- Petição Inicial – Reclamação Trabalhista

Rito Sumaríssimo

Rito Ordinário

- Defesas do Reclamado

Contestação

Reconvenção

Exceção de Incompetência

- Procedimento das Audiências Trabalhistas - Procedimento
- Palestras sobre Audiência na Justiça do Trabalho

UNIDADE II

- Recursos Trabalhistas

Recurso Ordinário

Contra-razões ao Recurso Ordinário

Recurso de Revista

Embargos Declaratórios

Embargo ao TST

Recurso Adesivo

Recurso Extraordinário

- Atuação do Ministério Público do Trabalho
- Assédio Moral e Dano Moral no Trabalho

METODOLOGIA/MULTIMEIOS EDUCACIONAIS

A metodologia de caráter multifacetado tem como uma de suas finalidades subsidiar os processos de desenvolvimento e de construção das competências indispensáveis à prática profissional. Deve pautar-se por princípios interdisciplinares que permitam e atendam as especificidades da disciplina e possibilitem a abordagem problematizadora dos conteúdos e a utilização de diferentes procedimentos de ensino - aprendizagem com o auxílio de diferentes multimeios. Dos procedimentos metodológicos sugere-se: aulas expositivas dialogada; leitura, discussão e produção de texto; pesquisa bibliográfica e de campo; painéis; palestras; colóquios; rodas vivas e discussões em plenária; mapas conceituais; mesa redonda). Neste sentido, na vivência da metodologia, recomenda-se a adoção de trabalhos individuais que atendam a individualização das trajetórias e trabalhos de grupo que favoreçam a democratização do conhecimento e a construção da cidadania coletiva.

AVALIAÇÃO

A avaliação é processual e tem caráter dialógico, visando prioritariamente a valorização das aprendizagens que constroem a identidade pessoal e profissional.

A metodologia de avaliação inclui o uso de procedimentos que permitam a verificação do aproveitamento, a superação de dificuldades de aprendizagem, a resignificação de conhecimentos e a construção das competências inerentes ao perfil do egresso. Na avaliação da aprendizagem dar-se-á

especial atenção aos seguintes aspectos: aquisição de conhecimentos, clareza e objetividade nas argumentações oral e escrita, coerência e pertinência na apresentação de ideias/argumentos, senso crítico. Dentre os procedimentos de avaliação sugere-se a utilização de: prova escrita e oral, decorrência do ensino e aprendizagem.

BIBLIOGRAFIA:

BÁSICA

CARRION, Valentin, Comentários à Consolidação das leis do Trabalho. São Paulo: Saraiva.

MARTINS, Sergio Pinto. Direito Processual do Trabalho: doutrina e prática forense, modelos e petições, recurso, sentenças e outros. São Paulo:Atlas.

NASCIMENTO, Amauri Mascaro. Curso de Direito Processual do Trabalho, São Paulo: Saraiva.

OLIVEIRA, Francisco Antônio. O Processo na Justiça do Trabalho – Doutrina, Jurisprudência, Enunciados e Súmulas, São Paulo: Revista dos Tribunais.

COMPLEMENTARES

ALBUQUERQUE, Francisca Rita Alencar. A Justiça do Trabalho na Ordem Judiciária Brasileira. São Paulo:LTR.

ALMEIDA, Isis de. Manual de Direito Processual do Trabalho.SãoPaulo:LTR.

Campos Batalha, Wilson de Souza. Tratado de Direito Judiciário do Trabalho, Vol. 1 e 2, São Paulo: LTR.

FERRARI, Irani; Nascimento, Amauri Mascaro; MARTINS FILHO; Ives Gandra da Silva. História do Trabalho, do Direito do Trabalho e da Justiça do Trabalho. São Paulo:LTR

GIGLIO, Wagner. Direito processual do Trabalho, São Paulo: Saraiva.

MALTA, ChristóvãoPiragibe Tostes. Prática do Processo Trabalhista. São Paulo:LTR.

RODRIGUES PINTO, José Augusto. Processo Trabalhista de Conhecimento. São Paulo:LTR.

SAAD, Eduardo Gabriel. Direito Processual do Trabalho. São Paulo: LTR.

TEIXEIRA FILHO, Manoel Antônio Curso de processo do trabalho: perguntas e respostas sobre assuntos polêmicos em opúsculos específicos. São Paulo: LTR.

10º PERÍODO

AESGA – Lei n. 2174 de 23 de Agosto de 1985

FDG – Unidade Acadêmica da AESGA

Curso
Bacharelado em Direito

Nome da Disciplina
Psicologia Jurídica

Autenticação

Código	Semestre	CARGA HORÁRIA		CRÉDITOS	
		T	P	T	P
DIR128060	1º	60	-	04	-

PLANO DE CURSO

EMENTA: Introdução ao estudo da Psicologia como ciência; As escolas ou abordagens teóricas da psicologia; Psicologia e Direito: o uso dos conceitos; Aplicações práticas da Psicologia Jurídica.

OBJETIVOS:

GERAL

Apresentar as bases epistemológicas da psicologia como Ciência, destacando sua relevância e aplicabilidade em interface com o Direito.

ESPECÍFICOS

- Conhecer as bases histórico/conceituais da psicologia;
- Caracterizar as principais teorias psicológicas e seus conceitos básicos;
- Compreender a interface Psicologia e Direito;
- Analisar o papel da Psicologia frente a prática jurídica.

CONTEÚDO:

I UNIDADE:

1 O Estudo da Psicologia como ciência

- 1.1 Introdução à Psicologia: fundamentos históricos, filosóficos e sociológicos da Psicologia.
- 1.2 O Indivíduo e a Psicologia: o indivíduo como objeto de estudo da Psicologia; o indivíduo 'biopsicossocial' e a Psicologia como ciência e profissão: uso dos conceitos psicológicos e interfaces temáticas.

2 As escolas ou abordagens teóricas da Psicologia (18h/a)

- 2.1 Behaviorismo e Gestalt: princípios básicos, conceitos fundamentais e uso e atualidades teórico/conceituais.
- 2.2 Psicanálise e Psicologia Social: princípios básicos, conceitos fundamentais e uso e atualidades teórico/conceituais.

II UNIDADE

2 Psicologia e Direito: o uso dos conceitos

- 3.1 Psicologia forense: funções mentais superiores, formação e desenvolvimento da personalidade, saúde e doença mental.
- 3.2 Psicopatologia: doenças psicológicas e psiquiátricas, exames, testes e a prática do diagnóstico, noções básicas de psicofarmacologia Jurídica.

4 Aplicações Práticas da Psicologia Jurídica

- 4.1 Psicologia, Direito Civil, Penal e do Trabalho: o lugar da Psicologia, conceitos úteis e aplicação prática.
- 4.2 Perícia Psicológica e emissão de documentos oficiais e a ética no diagnóstico em Psicologia.

METODOLOGIA/MULTIMEIOS EDUCACIONAIS

A metodologia de caráter multifacetado tem como uma de suas finalidades subsidiar os processos de desenvolvimento e de construção das competências indispensáveis à prática profissional. Deve pautar-se por princípios interdisciplinares que permitam e atendam as especificidades da disciplina e possibilitem a abordagem problematizadora dos conteúdos e a utilização de diferentes procedimentos de ensino aprendizagem com o auxílio de diferentes multimeios. Dos procedimentos metodológicos sugere-se: aulas expositivas dialogada; leitura, discussão e produção de texto; pesquisa bibliográfica e de campo; painéis; palestras; colóquios; rodas vivas e discussões em plenária; mapas conceituais; mesa redonda). Neste sentido, na vivência da metodologia, recomenda-se a adoção de trabalhos individuais que atendam a individualização das trajetórias e trabalhos de grupo que favoreçam a democratização do conhecimento e a construção da cidadania coletiva.

AVALIAÇÃO

A avaliação é processual e tem caráter dialógico, visando prioritariamente a valorização das aprendizagens que constroem a identidade pessoal e profissional.

A metodologia de avaliação inclui o uso de procedimentos que permitam a verificação do aproveitamento, a superação de dificuldades de aprendizagem, a resignificação de conhecimentos e a construção das competências inerentes ao perfil do egresso. Na avaliação da aprendizagem dar-se-á especial atenção aos seguintes aspectos: aquisição de conhecimentos, clareza e objetividade nas argumentações oral e escrita, coerência e pertinência na apresentação de ideias/argumentos, senso crítico. Dentre os procedimentos de avaliação sugere-se a utilização de: prova escrita e oral, decorrência do ensino e aprendizagem.

BIBLIOGRAFIA:

BÁSICA

BOCK, Ana M^a Mercês *et al.* Psicologias: uma introdução ao estudo da Psicologia. 14 ed. São Paulo: Saraiva: 2008.

IORELLI, José Osmir e MANGINI, Rosana C. Ragazzoni. Psicologia Jurídica. São Paulo: Atlas, 2009.

COMPLEMENTAR

BRAGUIROLI, Elaine M^a *et al.* Psicologia Geral. 28 ed. Petrópolis – RJ: Vozes, 2009.

FADIMAN, James e FRAGER, Robert. Teorias da personalidade. São Paulo: Harbra, 20??

TRINDADE, Jorge. Manual de Psicologia Jurídica para Operadores do Direito. 5 ed. Porto Alegre: Livraria do advogado, 2011.

AESGA – Lei n. 2174 de 23 de Agosto de 1985

FDG – Unidade Acadêmica da AESGA

Curso Bacharelado em Direito
--

Nome da Disciplina Metodologia II

Autenticação

Código	Semestre	CARGA HORÁRIA		CRÉDITOS	
		T	P	T	P
SEC057760	1º	60	-	04	-

PLANO DE CURSO

EMENTA:

O projeto de pesquisa; a monografia; o embasamento teórico; as fontes de pesquisa; os elementos pré-textuais, textuais e pós-textuais; a formatação do trabalho científico de acordo com as normas da ABNT e da AESGA, e a defesa da monografia.

OBJETIVOS:

GERAL

Favorecer a construção o Trabalho de Conclusão do Curso de Direito, subsidiando os aspectos metodológicos da pesquisa.

ESPECÍFICOS

- Desenvolver a escrita científica;
- Construir texto autoral, fundamentado na literatura pertinente ao tema escolhido;
- Reforçar o espírito crítico, investigativo e reflexivo;
- Produzir pesquisa científica, contribuindo para a construção do conhecimento jurídico;

CONTEÚDO:

UNIDADE I

1. A elaboração do projeto de pesquisa.
2. O roteiro da monografia.
3. O embasamento teórico da investigação.
4. Fontes de pesquisa bibliográfica.

5. Tipos de citações
6. Considerações Iniciais.
7. Construindo o primeiro capítulo da monografia.

UNIDADE II

1. Construindo dos demais capítulos da monografia
2. Considerações finais.
3. Construção do resumo da monografia
4. Formatação das referências
5. Elementos pré e pós-textuais.
6. A defesa da monografia.

METODOLOGIA/MULTIMEIOS EDUCACIONAIS

A metodologia de caráter multifacetado tem como uma de suas finalidades subsidiar os processos de desenvolvimento e de construção das competências indispensáveis à prática profissional. Deve pautar-se por princípios interdisciplinares que permitam e atendam as especificidades do componente e possibilitem a abordagem problematizadora dos conteúdos e a utilização de diferentes procedimentos de ensino aprendizagem com o auxílio de diferentes multimeios. Dos procedimentos metodológicos sugere-se: aulas expositivas dialogadas; leitura, discussão e produção de texto; pesquisa bibliográfica e de campo; palestras. Neste sentido, na vivência da metodologia, recomenda-se a adoção de trabalhos individuais que atendam a individualização das trajetórias e trabalhos de grupo que favoreçam a democratização do conhecimento e a construção da cidadania coletiva.

AVALIAÇÃO

A avaliação é processual e tem caráter dialógico, visando prioritariamente a valorização das aprendizagens que constroem a identidade pessoal e profissional.

A metodologia de avaliação inclui o uso de procedimentos que permitam a verificação do aproveitamento, a superação de dificuldades de aprendizagem, a ressignificação de conhecimentos e a construção das competências inerentes ao perfil do egresso. Na avaliação da aprendizagem dar-se-á especial atenção aos seguintes aspectos: aquisição de conhecimentos, clareza e objetividade nas argumentações oral e escrita, coerência e pertinência na apresentação de ideias/argumentos, senso crítico. Dentre os procedimentos de avaliação sugere-se a utilização de: Texto científico utilizando as normativas da AESGA e da ABNT.

BIBLIOGRAFIA:

BÁSICA

MEZZAROBA, Orides; MONTEIRO, Cláudia Servilha. **Manual de metodologia da pesquisa no direito**. 5. ed., São Paulo: Saraiva, 2009.

LAKATOS, Eva M.; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos da Metodologia científica**. 7. ed., São Paulo: Atlas, 2010.

COMPLEMENTAR

BIAGI, Ma. Cristina. **Pesquisa científica**. Roteiro prático para desenvolver projetos e teses. São Paulo: Juruá, 2010.

ECO, Umberto. **Como se faz uma tese?**. 22. ed. Rio de Janeiro: Perspectiva, 2009.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. 12 reimpr. São Paulo: Atlas, 2009.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa Social**. 6. ed. 2 reimpr. São Paulo: Atlas, 2009.

HENRIQUE, Antônio; MEDEIROS, João Bosco. **Monografia no curso de direito: Como elaborar o trabalho de conclusão de curso (TCC)**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MEDEIROS, João Bosco. **Redação científica: A prática de fichamento, resumos e resenhas**. 10. ed., São Paulo: Atlas, 2008.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social: Teoria, método e criatividade**. 27. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

OLIVEIRA, Bernardina Maria Juvenal Freire de. **Conversas sobre normatização de trabalhos acadêmicos**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2007.

RAMOS, Albenides. **Metodologia da pesquisa científica: como uma monografia pode abrir o horizonte do conhecimento**. São Paulo: Atlas, 2009.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 22. ed. Revista e ampliada, São Paulo: Cortez, 2002

AESGA – Lei n. 2174 de 23 de Agosto de 1985

FDG – Unidade Acadêmica da AESGA

Curso
Bacharelado em Direito

Nome da Disciplina
Direito Ambiental

Autenticação

Código DIR30160	Semestre 1º	CARGA HORÁRIA		CRÉDITOS	
		T	P	T	P
		60	-	04	-

PLANO DE CURSO

EMENTA:A disciplina visa abordar conceitos gerais sobre Meio-Ambiente. Princípios de Direito Ambiental. A Tutela Constitucional do Meio-Ambiente. O Sistema Nacional do Meio Ambiente – O Estado e a Proteção Ambiental. Cidadania e Meio Ambiente. Administração Pública e Meio Ambiente. Características e aspectos jurídicos da poluição. A questão da Biodiversidade e sua relevância socioeconômica e cultural. Prevenção e reparação do dano ambiental. Crimes ambientais. Proteção do patrimônio cultural: regime jurídico do tombamento. Engenharia genética e meio ambiente: aspectos éticos e jurídicos. A Política Internacional de Tutela Ambiental.

OBJETIVOS

GERAL:

Transmitir aos discentes aspectos sobre a teoria geral do direito ambiental, abordar em sentido *lato sensu* a disciplina em todos os âmbitos cabíveis sua aplicação no âmbito jurídico fornecer elementos básicos sobre tutela jurídico-ambiental, políticas públicas aplicadas ao meio-ambiente, gestão de recursos ambientais e medidas protetivas, punitivas e sócio-educativas. Nosso objetivo é despertar o interesse pelo tema no futuro profissional, que poderá ser aprofundado através da prática profissional e ativismo social, cursos e atividades de extensão ou educação continuada.

ESPECÍFICOS:

- O que é direito ambiental em sentido amplo;
- Relacionar os temas com assuntos práticos do cotidiano e da sua aplicação no mundo jurídico em sentido *lato sensu*;
- Expor o assunto de forma abrangente, pontuar o que é de suma importância dentro das aulas

ministradas pelo docente;

- Adotar a legislação e a doutrina de forma que possamos adotar um senso crítico da disciplina.

CONTEÚDO:

UNIDADE I

1. Teoria geral do direito ambiental (evolução histórica do direito ambiental);
2. Disposições gerais do direito ambiental;
3. Princípios de direito ambiental;
4. Direito ambiental material;
5. Administração do meio ambiente;

UNIDADE II

6. Dano ambiental;
7. Direito processual ambiental (direito administrativo ambiental);
8. Rito do processo administrativo ambiental;
9. Recursos no processo administrativo ambiental;
10. Direito processual judicial ambiental

METODOLOGIA/MULTIMEIOS EDUCACIONAIS:

A metodologia de caráter multifacetado tem como uma de suas finalidades subsidiar os processos de desenvolvimento e de construção das competências indispensáveis à prática profissional. Deve pautar-se por princípios interdisciplinares que permitam e atendam as especificidades do componente e possibilitem a abordagem problematizadora dos conteúdos e a utilização de diferentes procedimentos de ensino aprendizagem com o auxílio de diferentes multimeios. Dos procedimentos metodológicos sugere-se: aulas expositivas dialogadas; leitura, discussão e produção de texto; pesquisa bibliográfica e de campo; palestras. Neste sentido, na vivência da metodologia, recomenda-se a adoção de trabalhos individuais que atendam a individualização das trajetórias e trabalhos de grupo que favoreçam a democratização do conhecimento e a construção da cidadania coletiva.

AVALIAÇÃO:

A avaliação é processual e tem caráter dialógico, visando prioritariamente a valorização das aprendizagens que constroem a identidade pessoal e profissional.

A metodologia de avaliação inclui o uso de procedimentos que permitam a verificação do aproveitamento, a superação de dificuldades de aprendizagem, a ressignificação de conhecimentos e a construção das competências inerentes ao perfil do egresso. Na avaliação da aprendizagem dar-se-á especial atenção aos seguintes aspectos: aquisição de conhecimentos, clareza e objetividade nas argumentações oral e escrita, coerência e pertinência na apresentação de ideias/argumentos, senso crítico.

Dentre os procedimentos de avaliação sugere-se a utilização de: Texto científico utilizando as normativas da AESGA e da ABNT.

BIBLIOGRAFIA

BÁSICA

Barros, Wellington Pacheco. **Curso de Direito Ambiental**. 2 ed. São Paulo. Atlas. 2008

Fiorillo, Celso Antonio Pacheco. **Curso de Direito Ambiental Brasileiro**. Saraiva. 14ª Edição 2013.

Édis, Milaré. **Direito do Ambiente: doutrina, prática, jurisprudência, glossário**. 9ª edição. São Paulo: Ed. Rev. dos Tribunais, 2014.

Beltrão, Antonio F. G. **Curso de Direito Ambiental**. Metodo 4ª Edição 2013.

COMPLEMENTAR

Granziera, Maria Luiza Machado. **Direito Ambiental**. Atlas. 2ª Edição 2009.

Miranda, Robinson Nicacio de. **Direito Ambiental**. Rideel. 2ª Edição 2010.

AESGA – Lei n. 2174 de 23 de Agosto de 1985

FDG – Unidade Acadêmica da AESGA

Curso
Bacharelado em Direito

Nome da Disciplina
Prática Jurídica III

Autenticação

Código	Semestre	CARGA HORÁRIA		CRÉDITOS	
		T	P	T	P
		DIR101401	1º	60	-

PLANODECURSO

EMENTA: Exposição de modelo, análise de processos criminais, aplicação de técnicas e utilização da fundamentação legal para a elaboração de arrazoados na esfera penal no âmbito da prática penal na elaboração de respostas escritas, ações penais privadas e aplicações constituições na proteção do princípio da Dignidade da Pessoa Humana e Princípio da Inocência

OBJETIVOS:

GERAL

Propiciar ao aluno a possibilidade de elaboração das principais peças processuais do Processo Penal em geral bem como vivenciar a prática das audiências nos Fóruns da Região Garanhuns e adjacências inclusive Tribunal do Júri.

ESPECÍFICOS

O objetivo da disciplina é preparar o aluno para o exercício das profissões jurídicas, possibilitando a formação teórico-prático, com ênfase na Prática Criminal nos seus diversos procedimentos, com incursões para as demais disciplinas correlatas aos temas discutidos em aula.

CONTEÚDO:

UNIDADE I

- Queixa-criminis /Ação Penal Privada
- Liberdade Provisória com e sem fiança/ Relaxamento de Prisão e Revogação de Prisão Preventiva

- Análise e Parecer Jurídico sobre Inquérito Policial e Ação Penal Pública Incondicionada e Condicionada.
- Defesa Prévia / Resposta Escrita à Acusação
- Audiência de Instrução Simulada processo competência do Tribunal do Júri
- Análise de Perfis Criminais e crimes de clamor social

UNIDADE II

- Alegações Finais
- Habeas Corpus – Relaxamento de Prisão e por Excesso de Prazo
- Recursos Criminais – Apelação Criminal e Revisão Criminal
- Tribunal do Júri – Procedimento
- Tribunal de Júri simulado

METODOLOGIA/MULTIMEIOS EDUCACIONAIS

Elaboração de peças práticas utilizando doutrina e a jurisprudência referente aos tópicos constantes do conteúdo programático, incentivando e permitindo que cada aluno a partir de situações práticas e concretas, elabore o instrumento processual cabível.

AVALIAÇÃO

A avaliação será realizada por intermédio de provas, peças processuais, de trabalhos em casa, pesquisas e participação de audiências e práticas com participação em aula com audiências simuladas vivenciando as práticas processuais criminais.

BIBLIOGRAFIA:

BÁSICA

NUCCI, Guilherme de Souza; NUCCI, Náila Cristina Ferreira. Prática Forense Penal. São Paulo: 4ª Ed. Editora Revista dos Tribunais, 2006.

CAPEZ, Fernando; COLNAGO, Rodrigo Henrique. Prática Forense Penal, 3ª Ed.2009, Editora: Saraiva
TOUTINHO Filho, Fernando Costa. Prática de Processual Penal: 32ª Ed. Editora: Saraiva, 2010.

- Ishida, Valter Kenji, Prática Jurídica Penal: 3ª Ed. Editora Atlas,
Editora: Atlas, 2009

GONÇALVES, Victor Eduardo Rios, Prática de Processo Penal e Peças Processuais
Editora: Damasio de Jesus:9º Ed, 2009.

MUCCIO, Hidejalma, Prática de Processo Penal: Teoria e Prática, Editora: Metodo: 5ª Ed, 2009

COMPLEMENTARES

- GIULIANE, Ricardo; SILVA, Davi André Costa; EBERTHARDT, Marcos; Prática Processual Penal: 3ª Ed, Editora: Verbo Jurídico, 2010.
- FISHER, Fernanda Salles; CAPOBIANCO, Rodrigo Julio. Prática Processual Penal: 2ª Ed. Editora: Metodo, 2010
- SILVIA, Luiz Claudio; Manual de Processo e Prática Penal:4ª Ed. Editora: Forense, 2010.
- DEZEM, Guilherme Madeira; MACHADO, Angela Cangiano; JUNQUEIRA, Gustavo Octaviano Diniz; FIGUEIREDO, Maria Patricia Vanzolini. Prática Penal – Col Prática Forense. Vol.6 – 6ª Ed., Editora: RT, 2009.
- MESSA, Ana Flávia. Prática Penal para Exame da OAB: 3ª Ed, Editora: Atlas, 2009.

AESGA – Lei n. 2174 de 23 de Agosto de 1985

FDG – Unidade Acadêmica da AESGA

Curso
Bacharelado em Direito

Nome da Disciplina
Direito Internacional Público e Privado

Autenticação

Código	Semestre	CARGA HORÁRIA		CRÉDITOS	
		T	P	T	P
DIR056060	1º	60	-	04	-

PLANO DE CURSO

EMENTA: Desenvolvimento histórico. Sociedade Internacional. Relações jurídicas entre os atores internacionais. Relações jusprivadas de relevância internacional.

OBJETIVOS:

GERAL

Apresentar e discutir sobre os aspectos teóricos e práticos da ciência jurídica que fundamentam o Direito Internacional, com base em um mundo globalizado.

ESPECÍFICOS

- Apresentar o surgimento histórico da Sociedade Internacional;
- Analisar os aspectos jurídicos do D.I.Público para a construção de elos internacionais;
- Refletir sobre os instrumentos utilizados para o desenvolvimento de ações internacionais de cooperação entre os atores internacionais;
- Estudar as consequências de relações privadas que ultrapassam as barreiras nacionais, tanto para os indivíduos como para os Estados;
- Discutir mecanismos mais eficazes para a solução de conflitos jusprivados internacionais.

CONTEÚDO:

UNIDADE I

1. Sociedade Internacional. Surgimento, desenvolvimento histórico, sujeitos e características.
2. Direito Internacional Público. Surgimento. Conceito. Pressupostos. Características. Objeto. Fontes.
3. Tratados. Conceito. Condições de validade. Procedimento de celebração. Execução e extinção de tratados.
4. Sujeitos de Direito Internacional. Estados.
5. Organismos Internacionais.
6. Tratados de relevancia regional e mundial na área de Direitos Humanos.

UNIDADE II

7. Direito Internacional Privado. Surgimento. Conceito. Pressupostos. Características. Objeto. Fontes.
8. Regras de Conexao.
9. Arbitragem Internacional.
10. Direito de Familia no D.I.Privado.
11. Sequestro Internacional de Menores.

METODOLOGIA/MULTIMEIOS EDUCACIONAIS

A metodologia de caráter multifacetado tem como uma de suas finalidades subsidiar os processos de desenvolvimento e de construção das competências indispensáveis à prática profissional. Deve pautar-se por princípios interdisciplinares que permitam e atendam as especificidades da disciplina e possibilitem a abordagem problematizadora dos conteúdos e a utilização de diferentes procedimentos de ensino aprendizagem com o auxílio de diferentes multimeios. Dos procedimentos metodológicos sugere-se: aulas expositivas dialogada; leitura, discussão e produção de texto; pesquisa bibliográfica e de campo; painéis; palestras; colóquios; rodas vivas e discussões em plenária; mapas conceituais; mesa redonda). Neste sentido, na vivência da metodologia, recomenda-se a adoção de trabalhos individuais que atendam a individualização das trajetórias e trabalhos de grupo que favoreçam a democratização do conhecimento e a construção da cidadania coletiva.

AVALIAÇÃO

A avaliação é processual e tem caráter dialógico, visando prioritariamente a valorização das aprendizagens que constroem a identidade pessoal e profissional.

A metodologia de avaliação inclui o uso de procedimentos que permitam a verificação do aproveitamento, a superação de dificuldades de aprendizagem, a resignificação de conhecimentos e a construção das competências inerentes ao perfil do egresso. Na avaliação da aprendizagem dar-se-á especial atenção aos seguintes aspectos: aquisição de conhecimentos, clareza e objetividade nas argumentações oral e escrita, coerência e pertinência na apresentação de ideias/argumentos, senso crítico. Dentre os procedimentos de avaliação sugere-se a utilização de: prova escrita e oral, decorrência do ensino e aprendizagem.

BIBLIOGRAFIA:

BÁSICA

AMORIM, EDGAR CARLOS. Direito Internacional Privado. Forense, 2003.

DOLINGER, JACOB, Direito Internacional Privado Parte Geral, Renovar.

MAZZUOLI, Valerio de Oliveira. Curso de direito internacional público. 9. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Ed. RT, 2015

MELLO, Celso D. de Albuquerque. Curso de Direito Internacional Público. Renovar, (2 volumes), 2002.

COMPLEMENTAR

AMORIM, Edgar Carlos de. Direito Internacional Privado. Rio de Janeiro: Forense.

BAPTISTA, Luiz Olavo. Dos Contratos Internacionais. São Paulo: Saraiva.

BATALHA, Wilson de Campos. Tratado de Direito Internacional Privado. São Paulo: Revista de Tribunais.

CASTRO, Amilcar de. Direito Internacional Privado. Rio de Janeiro: Forense.

MACHADO, João Baptista. Lições de Direito Internacional Privado. Coimbra: Almedina.

RODAS, João Grondino. Direito Internacional Privado Brasileiro. São Paulo: RT. SABATOVSKI, Emílio et. Alli. Constituição Federal e Convenções Internacionais. Rio de Janeiro: Juruá.

ACCIOLY, Hildebrando & NASCIMENTO E SILVA, G. E. Do. Manual de Direito Internacional Público. São Paulo: Saraiva, 2002.

ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon (Org.). Sessenta anos de política externa brasileira (1930-1990). São Paulo: Annablume, 2 volumes, 2000.

AMARAL JÚNIOR, Alberto do. União Européia. Aduaneiras, 2003.

